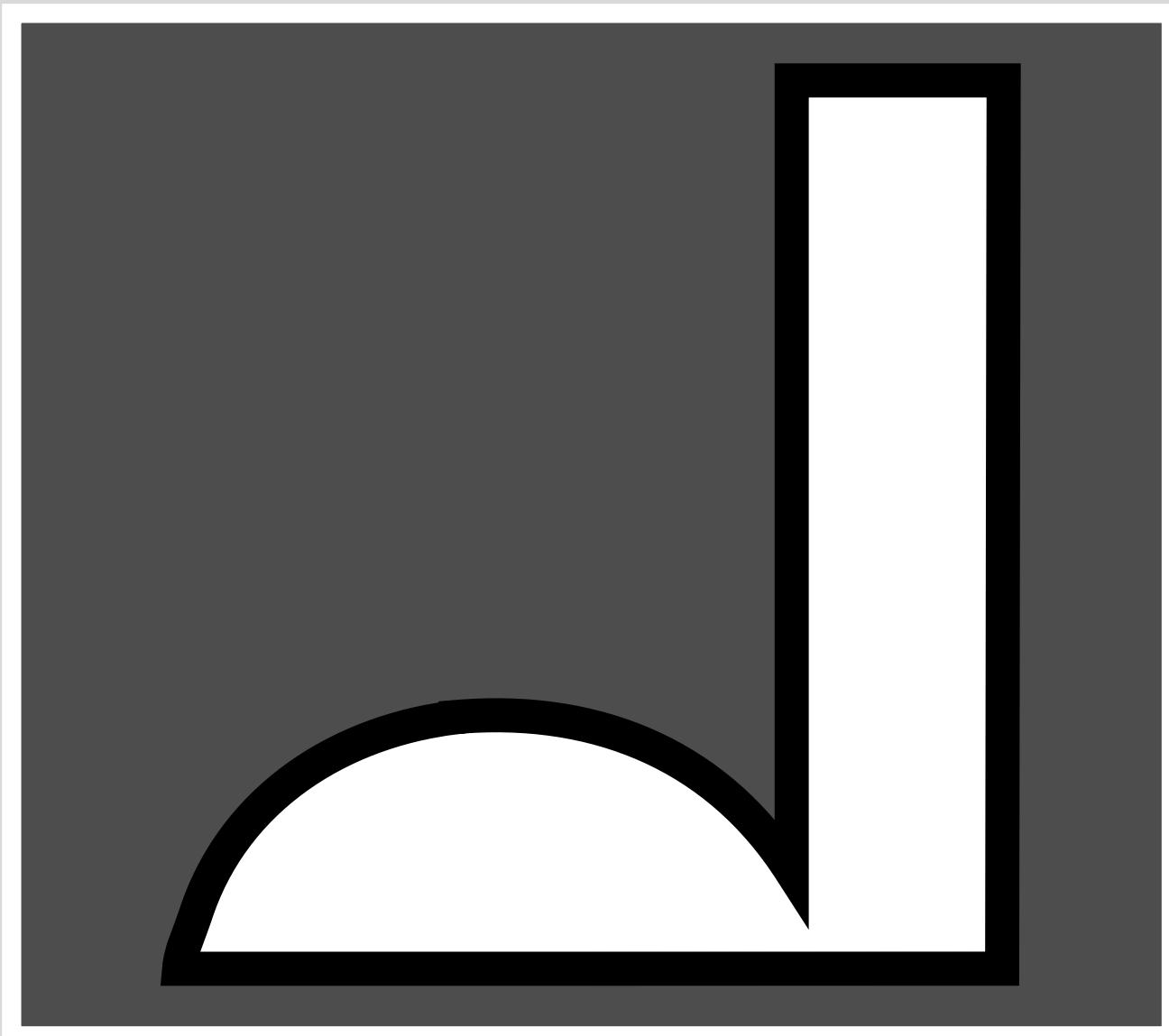




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - N° 014 - SEXTA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – BLOCO – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 2º Papaleo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 22 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta	LÍDER – PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti Vice-Líder – PTB Sérgio Zambiasi LÍDER – PL – 3 Marcelo Crivella Vice-Líder – PL Aelton Freitas	Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Alvaro Dias LIDERANÇA DO PDT – 4 LÍDER Osmar Dias Vice-Líder (vago)
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 22 PT – 13 / PSB – 2 PTB – 3 / PL – 3 PPS – 1 LÍDER – BLOCO Delcídio Amaral – PT LÍDER – PT – 13 Delcídio Amaral Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER – PSB – 2 João Capiberibe Vice-Líder – PSB (vago)	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 31 PFL – 18 / PSDB – 13 Sérgio Guerra – PSDB Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL LÍDER – PFL – 18 José Agripino Vice-Líderes – PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeo Tuma João Ribeiro LÍDER – PSDB – 13 Arthur Virgílio	LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT Vice-Líderes Ideli Salvatti --PT Maguito Vilela – PMDB Romero Jucá – PMDB Fernando Bezerra - PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS Marcelo Crivella – PL
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 12ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE MARÇO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Parecer

Nº 57, de 2005, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 27, de 1999 (nº 629/99, na origem), que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 411, de 1999, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC – 007.407/95-5), referente à Auditoria Operacional realizada na área de habitação e hipoteca da Caixa Econômica Federal.....

04064

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Arquivamento do Aviso nº 27, de 1999, cujo parecer foi lido anteriormente.....

04070

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 240, de 2005, em 1º de março de 2005, e publicada no dia 2 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004.....

04070

Autuação, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Aviso nº 2, de 2005-CN, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 138, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à análise dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2003 – TC 001.842/2004-1.....

04071

1.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

04071

Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre arrendamento compulsório de parcelas de imóvel rural, para os efeitos que especifica.....

04073

Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 1º da Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995,

que dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, para estabelecer o prazo mínimo de validade desses documentos.....

04074

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 114, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando congratulações à Prefeitura de Florianópolis pelo Prêmio Anual Nacional *Os Municípios mais Dinâmicos do Brasil*, oferecido pela **Gazeta Mercantil** ao município que mais cresceu no último ano em cada Estado da Federação.....

04075

Nº 115, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando congratulações à diretoria da *Renar Maçãs S/A*, de Fraiburgo – SC, pelo início, neste último dia 28 de fevereiro, da comercialização de ações desta empresa na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.....

04075

Nº 116, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República as informações que menciona.....

04075

Nº 117, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior as informações que menciona.....

04076

Nº 118, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República as informações que menciona.....

04076

Nº 119, de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 39, de 2004, e 190, de 2002, por regularem a mesma matéria....

04077

1.2.5 – Mensagem do Presidente da República

Nº 101, de 2005, solicitando a retirada da indicação do Senhor *Cleveland Prates Teixeira*, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade.....

04077

1.2.6 – Ofício do Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República

Nº 15/2005, de 25 de fevereiro último, encaminhado termo de compromisso, firmado pelos Três

Poderes da União, para implantação dos serviços de televisão para o exterior.....	04077	da CPI para investigar as privatizações no governo Fernando Henrique Cardoso e a CPI do caso Waldomiro Diniz.....	04094
1.2.7 – Ofícios		SENADOR JOÃO CAPIBERIBE , como Líder – Registro de livro elaborado pelo Ministério da Cultura com o apoio do Sesc São Paulo, que retrata a história da integração entre as culturas indígenas e branca.....	04096
Nº 27/2005, de 3 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão de Educação.....	04079	SENADOR AELTON FREITAS – Defesa da prorrogação do prazo estabelecido para o Programa de Recuperação Fiscal – Refis, a fim de que as prefeituras possam reparcelar suas dívidas de natureza previdenciária.	04097
Nº 60/2005, de 2 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de exclusão de membro na Comissão de Assuntos Sociais.	04079	SENADOR MÃO SANTA – Precariedade do setor de atendimento aos portadores de insuficiência renal no Brasil.	04098
Nºs 62 e 63/2005, de 3 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de exclusão e substituição de membros respectivamente, na Comissão de Assuntos Sociais.	04079	1.2.9 – Comunicação da Presidência	
Nº 64/2005, de 3 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	04080	Convocação de sessão especial, a realizar-se no próximo dia 20 de abril, às 11 horas, destinada a homenagear a cidade de Brasília, pela passagem de seu 45º aniversário.	04099
1.2.8 – Discursos do Expediente		1.3 – ORDEM DO DIA	
SENADORA IDELI SALVATTI , como Líder – Fortalecimento dos interesses da América do Sul no contexto internacional com a viagem do Presidente Lula ao Uruguai. Audiência da Bancada Parlamentar do Sul do País, a realizar-se hoje à tarde com o Presidente Lula, para tratarem das ações emergenciais contra a seca naquela região. Registro de publicação elaborada pela Confederação Nacional dos Municípios, organizadora da VIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, entre os dias 7 a 10 do corrente.	04080	Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
SENADOR PAPALÉO PAES – Defesa de uma efetiva política nacional de tratamento de resíduos.	04080	Medida Provisória nº 225, de 2004, que autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cintas-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã. Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo das Lideranças.	04099
SENADOR CÉSAR BORGES – Crescimento auspicioso da economia baiana, destacando a necessidade do ressarcimento pela desoneração das exportações provocada pela Lei Kandir.....	04085	Item 2	
SENADOR FLÁVIO ARNS , como Líder – Reflexões sobre o projeto de biossegurança, aprovado ontem na Câmara dos Deputados.	04087	Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. Apreciação sobrestada.	04099
SENADOR JOSÉ JORGE – Preocupação com a condução da educação brasileira no Governo do Presidente Lula.....	04088	Item 3	
SENADOR JOSÉ AGRIPINO , como Líder – Reunião de políticos do Rio Grande do Norte no Ministério de Minas e Energia para tratarem da questão relativa à instalação de uma refinaria de petróleo no Nordeste. Posicionamento sobre a questão da saúde pública no município do Rio de Janeiro.	04091	Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade. Apreciação sobrestada.	04099
SENADOR SÉRGIO CABRAL – Esclarecimentos ao Senador José Agripino no que tange à questão da saúde pública no município do Rio de Janeiro.	04093	Item 4	
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO , como Líder – Justificativas a requerimentos de informação. Comentários à entrevista concedida pelo Ministro José Dirceu ao jornal O Globo . Defesa da criação		Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas. Apreciação sobrestada.	04099
		Item 5	
		Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urba-	

no em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes). Apreciação sobrestada.	04099
Item 6 Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal. (Participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).	
Apreciação sobrestada.	04100
Item 7 Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família. Apreciação sobrestada.	04100
Item 8 Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. Apreciação sobrestada.	04100
Item 9 Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria. Apreciação sobrestada.	04100
Item 10 Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria. Apreciação sobrestada.	04100
Item 11 Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mazarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria. Apreciação sobrestada.	04100
Item 12 Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Sihessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano. Apreciação sobrestada.	04100

Item 13

Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.**

04101

Item 14

Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a criação de Comissão, composta de cinco membros, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Apreciação sobrestada.

04101

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR VALDIR RAUPP – Dificuldades enfrentadas pelo setor agrícola no País, destacadamente a do Estado de Rondônia.

04101

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Apelo ao Ministro da Fazenda para a revisão dos cortes orçamentários que afetarão a reforma agrária.

04102

1.3.2 – Comunicações da Presidência

Convocação de Sessão Especial destinada a Comemorar os 20 anos de redemocratização do Brasil, a realizar-se no próximo dia 15 de março, em consequência, fica cancelada a sessão deliberativa ordinária desta data.

04104

Determinação à Secretaria-Geral da Mesa para que proceda à análise dos projetos de lei do Senado e dos projetos de lei da Câmara em tramitação, para redistribuição, em virtude da promulgação da Resolução nº 1, de 2005, que criou a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e alterou a denominação e as funções das Comissões Permanentes.

04104

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR LEONEL PAVAN, como Líder – Problemas com o sistema alfandegário dos portos de Santa Catarina. Dificuldades que a prolongada estiagem está causando à agricultura catarinense neste verão.

04104

SENADOR PEDRO SIMON – Lamenta a estiagem que castiga o Rio Grande do Sul, na pior seca dos últimos trinta anos.

04107

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Satisfação com a iniciativa de se criar uma Comissão para se estudar mudanças na tramitação do Orçamento da União.

04109

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se no próximo dia 10, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher.

04112

1.3.5 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Mobilização do Ministério da Saúde para o enfrentamento da

crise de saúde pública no município do Rio de Janeiro. Louvor à atuação do Ministro Aldo Rebelo.	04112
SENADOR PAULO PAIM – Situação caótica da agricultura no Rio Grande do Sul, em decorrência da estiagem. Registro, nos Anais do Senado, da palestre que faria no Itamaraty, intitulada “A Escravidão e Políticas Públicas no Mundo”. A importância do Estatuto da Igualdade Racial.	04114
SENADOR JONAS PINHEIRO – Considerações acerca da aprovação, ontem, na Câmara dos Deputados, da Lei de Biossegurança.	04118
SENADOR EFRAIM MORAIS – Análise do perfil de desequilíbrio que caracteriza o quadro social brasileiro, conforme relatório do IBGE intitulado “Síntese dos Indicadores Sociais de 2004”.	04119
SENADOR AUGUSTO BOTELHO – As consequências da valorização do Real.....	04121
SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Relatório circunstanciado sobre as investigações do assassinato da Irmã Dorothy.....	04122
SENADOR FRANCISCO PEREIRA – Homenagem ao Senador Magno Malta. Importância da atuação coordenada do Governo Federal e do Governo do Estado do Espírito Santo para uma solução ao gargalo de infra-estrutura naquele Estado.	04123
SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Registro de encontro com o Ministro da Agricultura para tratarem do setor agropecuário.	04125
1.3.6 – Leitura de requerimento	
Nº 120, de 2004, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando a inclusão da Proposta de Emenda a Constituição nº 12, de 2004, na Ordem do Dia.	04126
1.3.7 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR PEDRO SIMON – Comentários à sua participação na cerimônia de instalação em Brasília, do Centro Nacional Fé e Política Dom Helder Câmara.....	04126
SENADOR ROMERO JUCÁ – Documento publicado recentemente pelo Ministério da Saúde denominado “Política Nacional de Atenção às Urgências”.....	04129

SENADOR FLÁVIO ARNS – Necessidade de investimentos federais em infra-estrutura no Estado do Paraná.	04131
1.4 – ENCERRAMENTO	
2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSSÃO ANTERIOR	
Do Senador Álvaro Dias, pronunciado na sessão deliberativa ordinária do dia 2 do corrente.....	04132
3 – TERMO DE REUNIÃO	
Referente à Medida Provisória nº 239, de 2005.....	04135
4 – ATO DO PRESIDENTE	
Nº 8, de 2005 (Republicação)	04136
5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 937 a 996, de 2005.	04137
SENADO FEDERAL	
6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
– 52ª LEGISLATURA	
7 – SECRETARIA DE COMISSÕES	
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
CONGRESSO NACIONAL	
14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO	

Ata da 12^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 3 de março de 2005

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Antero Paes de Barros,
Efraim Moraes, Aelton Freitas, Augusto Botelho, Garibaldi Alves Filho,
Jonas Pinheiro e Leonel Pavan*

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DAS 10:00 HORAS

Período : 3/3/2005 07:33:39 até 3/3/2005 19:12:31

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PL	ES	FRANCISCO PEREIRA	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSE SARNEY	X	
PDT	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PMDB	RO	MÁRIO CALIXTO	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAIS	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	X	

Compareceram: 64 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 64 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Fiscalização e Controle que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 57, DE 2005

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 27, de 1999 (nº 629/99, na origem), que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 411, de 1999, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC 007.407/95-5), referente à Auditoria Operacional realizada na área de habitação e hipoteca da Caixa Econômica Federal.

Relator: Senador **Ney Suassuna**

I – Introdução**I.1 – Histórico**

O Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU, mediante o Aviso nº 629-SGS-TCU, de 09 de julho de 1999, encaminhou a este Senado Federal cópia da Decisão nº 411/99, adotada pelo Plenário daquela Instituição na Sessão Ordinária de 7-7-1999, acompanhada dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam. A matéria versa sobre a Auditoria Operacional realizada por aquela instituição na área de habitação e hipoteca da Caixa Econômica Federal – CEF e foi enviada a este Senado Federal para conhecimento e adoção das providências de sua alcada.

O Aviso em comento foi recebido neste Senado Federal em 13 de julho de 1999, onde foi inicialmente protocolado como Diversos nº 42, de 1999, e, posteriormente, renumerado como Aviso nº 27, de 1999. Em seguida, foi encaminhado a esta Comissão de Fiscalização e Controle – CFC, em 13 de setembro de 1999, para exame e deliberação da matéria.

A auditoria em análise focou os seguintes temas:

1. atuação da Auditoria Interna e das comissões de sindicância;
2. problemas de comercialização e invasões de unidades habitacionais;
3. distribuição de recursos e novos programas; e
4. inadimplência e cobrança de débitos.

Referida Auditoria Operacional é parte de levantamento mais amplo realizado pelo TCU na área de habitação e hipoteca da Caixa Econômica Federal – CEF e complementa o Relatório anteriormente enviado ao Senado Federal (TC – 019079/95-8 e Aviso nº 724-SGS-TCU, de 19 de outubro de 1998, registrado como Diversos nº 31, de 1998), concernente à regularidade das ações (descumprimento de normas específicas e de determinações expedidas pelo Tribunal), já por nós relatado anteriormente.

Em 7 de outubro de 1999, fomos designados Relator da matéria no âmbito da CFC, tarefa que cumprimos com a apresentação do presente Parecer, após estudo minucioso dos temas abordados no processado.

I.2. O trabalho do TCU**Considerações gerais**

Ressalte-se, de início, o caráter intempestivo dos fitos relatados, vez que a Decisão do TCU refere-se a ocorrências registradas no período de 1990 a 1995. Este aspecto de intempestividade torna-se mais significativo ao se ter em mente que o período analisado pode ser caracterizado como de indefinição das políticas públicas para a área de habitação. Tal período constituiu uma fase de transição entre o antigo Sistema Financeiro da Habitação – SFH e as políticas para essa área implantadas Pelo atual Governo, cuja posição oficial foi explicitada no documento “Política Nacional de Habitação”, em 1996.

Parece, assim, evidente que, no atual momento, seria de todo conveniente que o Congresso Nacional pudesse contar com unia avaliação do desempenho da política habitacional implementada no país a partir de 1996.

Por outro lado, é surpreendente e, numa análise preliminar, inexplicável que uni trabalho de tão grande importância, concluído em março de 1996, somente em julho de 1999 – decorridos 3 anos e 4 meses – seja submetido pelo Ministro-Relator e deliberado pelo Plenário do Tribunal.

Principais fatos levantados pela Auditoria

a) Auditoria Interna – AUDIT

O levantamento do TCU constatou a baixa eficácia das ações dessa importante área de controle da CEF, decorrente de:

- falta de averiguações das causas dos problemas encontrados e identificação dos responsáveis, mesmo diante de constatação de irregulares graves, com prejuízos vultosos para a Empresa;
- em grande número de sindicâncias e apurações sumárias realizadas, prevaleceram a impunidade e o descaso para com a necessidade de resarcimento dos danos havidos;
- falta de efetivo acompanhamento da implementação das medidas concretivas sugeridas e avaliação dos seus resultados;
- ausência de realização de trabalhos de auditorias em muitas das ex-SUREG (Superintendências Regionais), notadamente nas de Mato Grosso, Piauí, Sergipe, Campinas, Paraná e Ceará.

Esses fatos motivaram as várias determinações do Tribunal à CEF na Decisão em análise, principalmente para a realização de auditorias preventivas, com a freqüência exigida pela importância da área de habitação e hipoteca, que tem se mostrado fértil no descumprimento de normas e regulamentos próprios.

b) Problemas de comercialização e invasão de unidades habitacionais

Em abril de 1995, os percentuais de obras não concluídas com problemas de comercialização (paralisadas ou invadidas) eram os seguintes:

- obras financiadas com recursos do FGTS: 42%; e
- obras financiadas com recursos do SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo: 11%.

Para que se tenha uma melhor idéia do problema, registrou-se que, no que se refere às obras concluídas financiadas com recursos do FGTS, a quantidade de unidades habitacionais com dificuldades de comercialização era a seguinte: Campinas/SP (4.432), Paraná (3.617), Pará (3.237), Mato Grosso (3.215), Alagoas

(2.851), Ceará (2.555), Rio Grande do Norte (2.282) e Rio Grande do Sul (1.480).

Os dados levantados pelo TCU apontam que grande parte das dificuldades de comercialização dos empreendimentos deve-se à atuação das empresas empreendedoras, mediante as práticas de superfaturamento de custos, construção de imóveis de baixa qualidade e obtenção de suplementações injustificáveis. Outras causas desse problema são citadas, dentre as quais destacam-se:

- valor das unidades habitacionais muito acima do preço de mercado, por razões tais como: aumento do saldo devedor devido a encargos incidentes após decorridos os prazos de carência e a inclusão dos gastos com infra-estrutura nos custos da obra;
- localização inadequada dos empreendimentos, muitos realizados em áreas desprovidas de infra-estrutura urbana;
- insuficiência de demanda efetiva para absorver as unidades habitacionais construídas, em face de pesquisas prévias de mercado mal conduzidas ou mesmo não realizadas;
- estudos de viabilidade dos empreendimentos deficientes, especialmente no que se refere à composição de preços, definição da responsabilidade dos custos de infra-estrutura, elevado número de unidades por empreendimento, baixa qualidade e má localização;
- descumprimento de normas internas da CEF relativas ao relacionamento com construtoras, órgãos assessores e cooperativas, tendo como consequência a contratação de empreendimentos inviáveis, de alto risco e fadados ao insucesso; e
- perda do poder aquisitivo ou achamento salarial.

Ressalta-se, ainda, o elevado estoque de imóveis em poder da CEF, que contabilizava quase 12.000 unidades, em abril de 1995.

Apesar da gravidade da situação, o Tribunal constatou que “os esforços da CEF para solucionar o problema apresentam-se de forma descoordenados e despidos da mais simples organização metodológica”.

Tais são os fatos que justificam as diversas determinações feitas pelo Tribunal à CEF para minorar os

problemas com a comercialização e evitar as invasões de empreendimentos.

c) Distribuição de recursos

A Auditoria do TCU constatou um grande desequilíbrio na distribuição dos recursos de diversas fontes (FGTS, SBPE, FDS), tanto entre as unidades da Federação como entre os programas habitacionais.

Relativamente aos recursos do FGTS, destaca-se que somente as ex-Superintendências Regionais do Rio de Janeiro e Campinas – SP concentravam mais de 36% do total desses recursos, participação relativa muito elevada, se considerados critérios populacionais, econômicos ou de carências sociais na distribuição dos recursos para as diversas regiões.

No que se refere aos recursos do SBPE, também se verifica elevado desequilíbrio inter-regional, pois as ex-SUREGs do Rio de Janeiro, Brasília e Bahia concentravam cerca de 78% dos recursos. Fato semelhante verificou-se também com os recursos do FDS, com as ex-SUREGs de Bauru, Campinas e Rio de Janeiro concentravam mais de 88% desses recursos.

d) Inadimplência e cobrança de débitos

A Auditoria constatou ser extremamente elevado o ativo da CEF frente aos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, pessoas físicas e jurídicas, alcançando cerca de R\$9,2 bilhões, em 9-10-1995. Tal valor seria suficiente, por exemplo, para construir mais de 1,8 milhões de casas populares, ao custo médio de R\$5.000,00 cada.

Essa grande inadimplência tem-se constituído em um dos principais entraves para o desejável equilíbrio do SFH, especialmente nos programas destinados às populações de baixa renda.

Como principais causas do inadimplemento apontam-se:

- dificuldades financeiras dos mutuários;
- cultura da inadimplência, incentivada por líderes comunitários e políticos, com base em uma visão de Estado Paternalista, responsável pelo fornecimento gratuito de habitação, o que legitimaria o não pagamento do débito assumido.

Ainda sobre as causas da inadimplência, registrou-se que, na análise de 137 processos de concessão de financiamento pela CEF, em 36 deles havia pelo menos uma restrição ou irregularida-

de, passível de verificação antes da assinatura do contrato. Demonstrou-se, dessa forma, que a CEF tem como reduzir significativamente os níveis de inadimplência das pessoas jurídicas, mediante procedimentos mais rigorosos na avaliação do cadastro dos tomadores,

Destaca-se, em geral, a pouca eficiência das medidas adotadas pela CEF para receber os créditos, tais como o Plano de Ação de Cobrança e a modalidade extrajudicial de execução de devedores. Tais medidas têm trazido, em média, prejuízos para a CEF da ordem de 30%, o que tem desmotivado a adoção rotineira dessas, preferindo a Entidade promover a renegociação da dívida.

I.3. Análise da Matéria

A maioria dos problemas apontados pelo TCU na Auditoria em análise estão presentes nos diagnósticos governamentais e foram levados em conta na implementação da atual política habitacional, que se fundamenta em algumas premissas básicas:

- focalização das políticas habitacionais públicas ao atendimento das camadas populacionais de baixa renda (até 3 salários mínimos), que concentram cerca de 85% do déficit habitacional brasileiro;
- necessidade de descentralizar e aumentar o controle social sobre a gestão dos programas federais de habitação;
- necessidade de melhorar o mercado de moradias no Brasil, uma vez reconhecida a incapacidade do Governo sozinho resolver o problema habitacional do País, mediante a criação de condições para a boa performance dos mecanismos de mercado na área habitacional;
- reconhecimento de que as políticas públicas nessa área não devem negligenciar a grande parcela da população de baixa renda do País que trabalha no setor informal da economia e/ou habita moradias informais.

Além do mais, diversas ações e mecanismos hoje usados pelo Governo visam à correção de erros do passado e a garantir a captação de poupança de longo prazo para o setor habitacional. Dentre esses mecanismos destacam-se:

– a criação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, vinculada à Presidência da República;

– o crédito direto ao mutuário, que inibe a formação de cartéis no segmento de oferta imobiliária e possibilita mais liberdade de escolha do imóvel ou para aplicação dos recursos (construção, reforma, aquisição de imóvel usado, novo ou na planta);

– a institucionalização mais recente do Programa de Arrendamento Residencial, com opção de compra, para atendimento exclusivo das populações de baixa renda (até seis salários mínimos);

– a criação do Sistema Financeiro Imobiliário, que visa criar condições para uma boa performance dos mecanismos de mercado na área habitacional; e

– o saneamento/flexibilização dos Sistema Financeiro da Habitação.

Dessa forma, reitera-se o entendimento de que o trabalho do Tribunal peca pela falta de tempestividade das determinações e sugestões, muitas das quais já foram implementadas pela Caixa Econômica Federal.

Restam, no entanto, dois aspectos que merecem maiores considerações, por exigirem uma eventual ação do Poder Legislativo:

1) a gestão dos recursos pela CEF

A Auditoria demonstrou a má gestão dos recursos públicos destinados à área habitacional e a debilidade dos controles internos da CEF. Embora não quantificados, é certo que esta foi a causa de vultosos prejuízos que tiveram de ser absorvidos pela CEF, com reflexos diretos na elevação dos custos das moradias e, consequentemente, em todos os demais problemas constatados (dificuldades de comercialização, alto índice de inadimplência etc.).

Figura, portanto, absolutamente necessário, uma ação mais enérgica dos controles externo e interno, no sentido de garantir maior racionalidade e probidade na gestão dos escassos recursos públicos destinados à área.

Considerando que o Congresso Nacional é o titular do sistema de controle externo, deve essa questão merecer uma atenção especial de nossa parte, não só solicitando a atuação mais efetiva do Tribunal de Contas da União, como também promovendo audiências

públicas dos Administradores da Caixa Econômica Federal. Nessas audiências, deverão ser conhecidas e discutidas as medidas saneadoras adotadas pela Direção da CEF para assegurar e prevenir a boa e regular aplicação dos recursos públicos destinados à área habitacional, tomando-se como base os fatos e irregularidades levantados pelo Tribunal.

2) Funcionamento Eficiente do Mercado Habitacional

Conforme mencionado anteriormente, a política de habitação implementada pelo atual Governo restringe a intervenção direta do Poder Público à provisão de moradias para populações de baixa renda, incluindo a melhoria das condições habitacionais de áreas degradadas, caracterizadas pela pobreza extrema e elevados índices de insalubridade (renda mensal de até três salários mínimos). As necessidades habitacionais das populações de renda média e alta são deixadas a cargo do mercado.

Implícita à política, portanto, a crença de que os mecanismos de mercado podem prover eficientemente moradias para grande parcela da população brasileira. Para a superação de obstáculos identificados, o Governo tem promovido uma série de ações (aprimoramento da legislação, capacitação dos agentes e melhoria da qualidade da produção, criação do Sistema Financeiro Imobiliário, que instituiu a alienação fiduciária como garantia imobiliária e viabilizou o mercado secundário de títulos imobiliários) que visam a possibilitar o eficiente funcionamento dos mecanismos de mercado na área habitacional.

Não obstante, o trabalho do TCU, a exemplo do que tem sido apontado por diversos pesquisadores desse tema, demonstra que o eficiente funcionamento do mercado imobiliário no País ainda não foi alcançado. Permanecem obstáculos, especialmente no que se refere aos critérios de reajustes das prestações e do saldo devedor com base na TR, que impedem a dinamização do setor e estão a exigir uma atuação do Poder Público para a superação, de forma a se garantir o atendimento das demandas da sociedade por moradias. O contexto macroeconômico marcado por elevadas taxas de juros, que encarece significativamente o custo dos financiamentos (corrigidos pela TR), diminui a demanda por novos financiamentos e, ao aumentar excessivamente o saldo devedor – cujo remanescente ao final do contrato, na sistemática atual, deve ser pago pelo próprio mutuário –, tem gerado grandes problemas, que deverão ser agravados

no futuro. De fato, parece não restar dúvida quanto à absoluta impossibilidade de assunção por parte dos assalariados brasileiros, submetidos por longos anos a uma política de compressão salarial, dos encargos decorrentes das elevadas taxas de juros praticadas no País.

Esse descompasso entre a capacidade de pagamento dos mutuários e o crescente valor das prestações e do saldo devedor é uma das principais causas da inadimplência apontadas pelo trabalho do Tribunal. Por sua vez, a inadimplência crônica nessa área – que supera em até 20 vezes a registrada em outros países acarreta despesas e prejuízos aos agentes financeiros, que chegam a alcançar cerca de 30% dos valores inadimplidos.

Trata-se, dessa forma, de um dos mais sérios obstáculos ao funcionamento eficiente dos mercados habitacionais no País que está, desde longo tempo, a exigir uma solução adequada.

As características do bem “moradia” – sua essencialidade para o ser humano; a exigência de financiamento de longo prazo para sua aquisição, em face do seu alto custo; e suas elevadas externalidades positivas –, aliadas a enorme parcela da população brasileira que enfrenta e anseia por uma solução para a problemática do financiamento imobiliário, conferem grande importância ao tema em análise, destacando-o como merecedor da atenção deste Poder Legislativo. Ademais, há que se ressaltar que a habitação constitui significativa parcela do setor da construção civil, tradicionalmente reconhecido como grande gerador de empregos.

As mencionadas características do bem “moradia” parecem indicar que dificilmente as necessidades de financiamento da população, dentro de critérios de reajustes compatíveis com a sua capacidade de pagamento, serão suficiente atendidas por mecanismos puramente de mercado.

O Tribunal de Contas da União, no item 8.1.15 da Decisão em comento, determinou que a CEF “promova estudos no sentido de verificar a viabilidade econômica de excluir a TR como fator de correção do saldo devedor frente a outro índice que, de fato, espelhe o real comportamento da variação dos preços do mercado de imóveis, comparando o impacto da medida com aquelas outras atualmente adotadas pela CEF no que pertine aos descontos concedidos aos mutuários em razão dos acordos permitidos pela atual legislação”.

Por força da determinação do Tribunal, que se afigura acertada, diante do cenário desenhado pela Auditoria, e merece ser endossada, cabe à CEF promover a implementação do seu objeto ou apresentar estudos que demonstrem ser este inviável.

Nesse sentido, aparenta conveniente e oportuna a convocação dos Gestores Públicos responsáveis para, em audiência nesta Comissão, apresentar e discutir as alternativas para a substituição da TR como fator de correção dos financiamentos imobiliários (valor das prestações e do saldo devedor) ou demonstrar a impossibilidade de abandono desse índice. Dessa forma estaremos contribuindo para o alcance de uma solução econômica e socialmente aceitável, com reflexos positivos, inclusive, para a desobstrução do nosso Poder Judiciário, onde tramitam atualmente milhares de ações sobre este tema.

I.4. Conclusões

O Exame da matéria permite às seguintes conclusões:

- 1^{a)}) a partir de 1996, foi implementada no País uma nova política habitacional, que intentou corrigir os erros do passado e preparar um cenário propício ao desenvolvimento do setor, fundamentada nas seguintes premissas: a) focalização na população de baixa renda, que concentra cerca de 85% do déficit habitacional; descentralização das ações e ampliação dos controles sociais sobre a gestão dos programas; promoção de condições adequadas à intervenção do mercado no atendimento das demandas por moradias a outras camadas sociais; e inclusão nos programas públicos dos mais pobres que estão em trabalhos ou moradias informais;
- 2^{a)}) não obstante, a auditoria do TCU enfoca o período de 1990 a 1995, cujo relatório foi concluído pela equipe técnica em março de 1996, o que caracteriza a intempestividade da presente análise, vez que a maioria dos fatos trazidos à discussão, além de defasados no tempo, já foram considerados na nova política governamental. Ressente-se, dessa forma, o Congresso Nacional de informações e avaliação do desempenho do setor nos últimos quatro anos, sob a égide das novas diretrizes governamentais;
- 3^{a)}) malgrado a falta de tempestividade da matéria, destacam-se dois temas como merecedores

de serem incluídos na agenda de discussão do Congresso Nacional, quais sejam:

a) a gestão dos recursos e os controles: a auditoria demonstrou a má gestão dos escassos recursos públicos destinados aos programas de habitação e a fragilidade dos controles internos da CEF;

b) dificuldades para os agentes financeiros e, principalmente, para os mutuários, ocasionadas pelos critérios de reajuste das prestações e dos saldos devedores dos empréstimos imobiliários, com base na TR, principal causa da elevada inadimplência registrada na área, de grandes transtornos e preocupações para os mutuários e sério obstáculo à dinamização do setor imobiliário;

4º) as características do bem "moradia" e a enorme parcela da população que depende de financiamento para concretizar o justo anseio por habi-

tação conferem grande importância ao tema em análise e o destaca como merecedor de atenção especial do Poder Legislativo, no sentido de colaborar na busca de solução para os persistentes obstáculos ao regular funcionamento do mercado imobiliário.

II – Voto

Os fatos acima merecem cuidadoso exame, o que, pelo que se verifica, tem sido corretamente efetuado pelo TCU.

Ainda que relevante, a condução dada pela Correia de Contas demonstra que não caberia mais a esta Comissão qualquer providência.

Em vista de tais fatos voto no sentido de que seja conhecida a matéria pela Comissão e encaminhada ao arquivo por exauridas as providências que se esperavam para a espécie.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2004.

– Ney Suassuna, Relator.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVISO Nº 27 DE 1999
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/12/04, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	<i>José Geraldo Mesquita Júnior</i>	SENADOR NEY SUASSUNA
RELATOR :	<i>Ney Suassuna</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO		
IDELEI SALVATTI	<i>Ideli Salvatti</i>	1-ANA JÚLIA CAREPA
SIBÁ MACHADO	<i>Sibá Machado</i>	2-DELcíDIO AMARAL
ANTONIO CARLOS VALADARES	<i>Antônio Carlos Valadares</i>	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR
AELTON FREITAS	<i>Aelton Freitas</i>	
DUCIOMAR COSTA	<i>Duciomar Costa</i>	
PMDB		
NEY SUASSUNA	<i>Ney Suassuna</i>	1-VALMIR AMARAL
LUIZ OTAVIO	<i>Luiz Otávio</i>	2-ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	<i>Gerson Camata</i>	
JOÃO ALBERTO SOUZA	<i>João Alberto Souza</i>	
PFL		
CÉSAR BORGES	<i>César Borges</i>	1-JORGE BORNHAUSEN
EFRAIM MORAIS	<i>Efraim Moraes</i>	2-PAULO OCTAVIO
JOÃO RIBEIRO	<i>João Ribeiro</i>	
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	<i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
PSDB		
ARTHUR VIRGILIO	<i>Arthur Virgílio</i>	1-LEONEL PAVAN
ANTERO PAES DE BARROS	<i>Antero Paes de Barros</i>	
PDT		
OSMAR DIAS	<i>Osmar Dias</i>	1-ALMEIDA LIMA
PPS		
MOZARILDO CAVALCANTI	<i>Mozarildo Cavalcanti</i>	

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com relação ao Parecer nº 57, de 2005, que acaba de ser lido, da Comissão de Fiscalização e Controle, atualmente designada Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, referente ao **Aviso nº 27, de 1999**, a Presidência, em observância à conclusão do referido parecer, encaminha a matéria ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senhor Presidente da República adotou em 1º de março de 2005, e publicou em 2 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 240, de 2005**, que “dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Sérgio Guerra (PSDB)	César Borges (PFL)
José Agripino (PFL)	Lúcia Vânia (PSDB)
Arthur Virgílio (PSDB)	Rodolpho Tourinho(PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	Eduardo Azeredo (PSDB)
Demóstenes Torres (PFL)	5.(vago)

PMDB

Ney Suassuna	Luiz Otávio
Maguito Vilela	Gerson Camata
Hélio Costa	Leomar Quintanilha

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PTB/PL/PPS)

Delcídio Amaral (PT)	Marcelo Crivella (PL)
João Capiberibe (PSB)	Roberto Saturnino (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	Sérgio Zambiasi (PTB)

PDT

Osmar Dias	vago
------------	------

P-SOL*

Heloísa Helena	vago
----------------	------

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PT

Paulo Rocha	Antonio Carlos Biffi
Angela Guadagnin	Vignatti

PMDB

José Borba	Sandra Rosado
Mendes Ribeiro Filho	Benjamin Maranhão

Bloco (PFL/PRONA)

Rodrigo Maia	Roberto Brant
Enéas	Murilo Zauith

PSDB

Alberto Goldman	Eduardo Paes
-----------------	--------------

PP

José Janene	Mário Negromonte
-------------	------------------

PTB

José Múcio Monteiro	Ricarte de Freitas
---------------------	--------------------

PL

Sandro Mabel	Carlos Rodrigues
--------------	------------------

PPS

Dimas Ramalho	Rogério Teófilo
---------------	-----------------

PSB

Renato Casagrande	Dr. Ribamar Alves
-------------------	-------------------

PDT*

Severiano Alves	Álvaro Dias
-----------------	-------------

* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- **Publicação no DO:** 2-3-2005
- **Designação da Comissão:** 3-3-2005
- **Instalação da Comissão:** 4-3-2005
- **Emendas:** até 8-3-2005 (**7º dia da publicação**)
- **Prazo final na Comissão:** 2-3-2005 a 15-3-2005 (**14º dia**)
- **Remessa do processo à CD:** 15-3-2005
- **Prazo na CD:** de 16-3-2005 a 29-3-2005 (**15º ao 28º dia**)
- **Recebimento previsto no SF:** 29-3-2005
- **Prazo no SF:** de 30-3-2005 a 12-4-2005 (**42º dia**)
- **Se modificado, devolução à CD:** 12-4-2005
- **Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD:** de 13-4-2005 a 15-4-2005 (**43º ao 45º dia**)
- **Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de:** 16-4-2005 (**46º dia**)
- **Prazo final no Congresso:** 30-4-2005 (**60 dias**)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de

Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o **Aviso nº 2, de 2005 – CN**, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 138, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à análise dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2003 – TC 001.842/2004-1.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2005

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º As instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil estão obrigadas a:

I – manter atualizadas as informações cadastrais dos respectivos clientes, observadas as exigências e responsabilidades definidas pelo Banco Central;

II – manter controles e registros internos consolidados que permitam verificar, além da adequada identificação do cliente, a compatibilidade entre as correspondentes movimentação de recursos, atividade econômica e capacidade financeira;

III – manter registro, na forma a ser estabelecida pelo Banco Central do Brasil, de operações envolvendo moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, metais ou qualquer outro ativo passível de ser convertido em dinheiro.

§ 1º Além das instituições e entidades referidas no **caput**, sujeitam-se às disposições desta lei:

I – as administradoras de consórcios;

II – as pessoas credenciadas ou autorizadas, pelo Banco Central do Brasil, a operar no “Mercado de Câmbio de Taxas Flutuantes”, aí incluídas as entidades ou sociedades emissoras de cartão de crédito de validade internacional, as agências de turismo e os meios de hospedagem de turismo;

III – as agências, filiais ou sucursais e os representantes de instituições financeiras sediadas no exterior instaladas no País.

§ 2º Na hipótese de o cliente constituir-se em pessoa jurídica, as informações cadastrais referidas no inciso I do **caput** deverão abranger as pessoas físicas autorizadas a representá-la, bem como seus controladores.

§ 3º Independentemente do estabelecido no inciso III do **caput**, deverão ser registradas:

– as operações que, realizadas com uma mesma pessoa, conglomerado ou grupo, em um mesmo mês calendário, superem, por instituição ou entidade, em seu conjunto, o limite estabelecido no art. 4º, inciso I;

II – as operações cujo titular de conta corrente apresente créditos ou débitos que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício que objetive burlar os mecanismos de identificação de que se trata.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se também às instituições em regime especial.

Art. 2º Além das providências estabelecidas no art. 1º, as pessoas ali mencionadas devem dispensar especial atenção às operações ou propostas cujas características, no que se refere às partes envolvidas, valores, formas de realização e instrumentos utilizados, ou que, pela falta de fundamento econômico ou legal, possam indicar a existência de crime, conforme previsto na Lei nº 9.613, de 3-3-1998, ou com ele relacionar-se.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, o Banco Central divulgará ato normativo descrevendo operações e situações que possam configurar indício de ocorrência dos crimes previstos na mencionada lei.

Art. 3º Os cadastros e registros referidos no art. 1º devem ser mantidos e conservados durante o período mínimo de 5 (cinco) anos contados a partir do primeiro dia do ano seguinte ao do encerramento das contas correntes ou da conclusão das operações.

Art. 4º Deverão ser comunicadas ao Banco Central do Brasil, na forma que vier a ser determinada, quando verificadas as características descritas no art. 2º:

I – as operações de que trata o art. 1º, inciso III, cujos valores sejam iguais ou superiores a R\$10.000,00 (dez mil reais);

II – as operações de que trata o art. 1º, § 3º, inciso I;

III – as operações referidas no art. 2º, bem como propostas no sentido de sua realização.

§ 1º A comunicação referida neste artigo deverá ser efetuada sem que seja dada ciência aos envolvidos.

§ 2º As comunicações de boa-fé, conforme previsto na Lei nº 9.613/98, não acarretarão responsabilidade civil ou administrativa ás instituições e entidades mencionadas no art. 1º, seus controladores, administradores e empregados.

Art. 5º As instituições e entidades mencionadas no art. 1º devem desenvolver e implementar procedimentos internos de controle para detectar operações que caracterizem indício de ocorrência dos crimes previstos na mencionada Lei nº 9.613/98, promovendo treinamento adequado para seus empregados.

Art. 6º Ás instituições e entidades mencionadas no art. 1º, bem como a seus administradores e empregados, que deixarem de cumprir as obrigações estabelecidas nesta Lei serão aplicadas, cumulativamente ou não, pelo Banco Central do Brasil, as sanções previstas no art. 12 da mencionada Lei nº 9.613/98.

Art. 7º As instituições e entidades mencionadas no art. 1º deverão indicar ao Banco Central do Brasil diretor ou gerente, conforme o caso, responsável pela incumbência de implementar e acompanhar o cumprimento das medidas estabelecidas nesta lei, bem como promover as comunicações de que trata o art. 4º

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A Lei nº 9.613/98, que “Dispõe sobre os crimes de ‘lavagem’ ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências”, previa uma série de procedimentos a serem adotados pelas instituições financeiras que teriam como objetivo o controle e a fiscalização das atividades e operações financeiras, que estariam suscetíveis a acobertar transações ilegais, sobretudo, com o envio ilegal de recursos ao exterior, francamente associados ao crime de lavagem de dinheiro, seja como tendo crime primário de elisão fiscal, seja tráfico de drogas, seja crime de corrupção em qualquer acepção.

Todo este mecanismo de controle devena se iniciar pela tutela rigorosa do Banco Central no monitoramento destas informações e, se eventualmente constatados indícios de irregularidades, a tomada de atitude e ações administrativas para o combate ao ilícito.

Estas atividades de prestação de informações pelas instituições financeiras e o controle das mesmas pelo Banco Central estão atualmente regulados por norma menor interna do Bacen (Circular nº 2.852/93).

Em face das inúmeras situações de descontrole e, por conseguinte, de criação de escoadouros bilionários de dinheiro ilegal, tal como constatamos em diversas CPI. Agora, pela CPI do Banestado, estima-se em pelo menos 30 bilhões de Reais foram assim desviados. No passado recente, a CPI dos Bancos também elencava operações igualmente bilionárias.

Por estes motivos, submetemos à consideração dos nossos pares esta proposta que entendemos irá dar melhor tratamento a questão de tamanha importância para as finanças do País.

Sala das Sessões, 3 de março de 2005. – Pedro Simon.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARCO DE 1998

Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.

Art. 12. As pessoas referidas no art. 9º, bem como aos administradores das pessoas jurídicas, que deixem de cumprir as obrigações previstas nos arts. 10 e 11 serão aplicadas, cumulativamente ou não, pelas autoridades competentes, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa pecuniária variável, de um por cento até o dobro do valor da operação, ou até duzentos por cento do lucro obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação, ou, ainda, multa de até R\$200.000,00 (duzentos mil reais);

III – inabilitação temporária, pelo prazo de até dez anos, para o exercício do cargo de administrador das pessoas jurídicas referidas no art. 9º;

IV – cassação da autorização para operação ou funcionamento.

§ 1º A pena de advertência será aplicada por irregularidade no cumprimento das instruções referidas nos incisos I e II do art. 10.

§ 2º A multa será aplicada sempre que as pessoas referidas no art. 9º, por negligência ou dolo:

I – deixarem de sanar as irregularidades objeto de advertência, no prazo assinalado pela autoridade competente;

II – não realizarem a identificação ou o registro previstos nos incisos I e II do art. 10;

III – deixarem de atender, no prazo, a requisição formulada nos termos do inciso III do art. 10;

IV – descumprirem a vedação ou deixarem de fazer a comunicação a que se refere o art. 11.

§ 3º A inabilitação temporária será aplicada quando forem verificadas infrações graves quanto ao cumprimento das obrigações constantes desta lei ou quando ocorrer reincidência específica, devidamente caracterizada em transgressões anteriormente punidas com multa.

§ 4º A cassação da autorização será aplicada nos casos de reincidência específica de infrações anteriormente punidas com a pena prevista no inciso III do **caput** deste artigo.

(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, DE 2005

Dispõe sobre arrendamento compulsório de parcelas de imóvel rural, para os efeitos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A União poderá determinar o arrendamento compulsório, ao Instituto Colonização e Reforma Agrária – INCRA, pelo proprietário, de área não superior 20% (vinte por cento) do imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, para utilização por trabalhadores rurais, sob a forma de subarrendamento.

§ 1º Os loteamentos efetuados em conformidade com a legislação em vigor não impedirão o arrendamento de que trata esta lei, prevalecendo, para determinação da área arrendável, a extensão total da propriedade indivisa.

§ 2º Caso o imóvel não seja cadastrado, prevalecerá a sua área total para aplicação do percentual máximo de vinte por cento.

Art. 2º A individualização da área arrendável será feita pelo Incra, ouvida a Comissão Agrária competente, de forma a não prejudicar a livre circulação ou a exploração agrícola da área restante.

Parágrafo único. O arrendamento incidirá sobre áreas agricultáveis não cultivadas.

Art. 3º A União pagará, anualmente, ao proprietário, em Títulos da Dívida Agrária, com cláusulas de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até 20 (vinte) anos, a partir do segundo ano de sua emissão, um aluguel correspondente a 15% (quinze por cento) do valor da área arrendada, declarado para efeito de tributação.

Parágrafo único. Os títulos da Dívida Agrária, a partir de sua emissão, poderão ser livremente utilizados para o pagamento de tributos.

Art. 4º O arrendamento será constituído, inicialmente, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sucessivamente prorrogável por outros 5 (cinco), a critério do Incra.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de lei tem como autor original o eminent e saudoso Senador Jutahy Magalhães, em 1990, quando recebeu o nº 58, de 1990, tendo sido

arquivado em 17 de dezembro desse mesmo ano, ao final da legislatura, como determinava dispositivo regimental dessa época.

Esta foi mais uma das muitas e importantes contribuições do Senador Jutahy ao processo legislativo brasileiro, que deixaram de prosseguir em sua tramitação.

No momento em que procuro resgatar dos arquivos da Casa esta importante proposição, sirvo-me da oportunidade para prestar ao grande representante da Bahia nesta Casa uma merecida homenagem pela sua prolífica carreira, no Senado Federal.

Este era o teor da justificação com que o autor encaminhava o Projeto:

“Prevê a Constituição da República, em seu art. 184, a desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária, do imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em Títulos da Dívida Agrária – TODA.

Qui potest majus, potest minus.

Ora, se a União pode desapropriá-lo, pode também, obviamente, se assim o indicar o interesse social, apenas obrigar o seu proprietário a arrendá-lo compulsoriamente, para que o cultivem trabalhadores rurais, que o tornarão produtivo, com a utilização do instituto do subarrendamento. A desapropriação ou o arrendamento compulsório, conforme o caso, serão definidos pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária, ouvida, em cada região, a respectiva Comissão Agrária e atendidas as peculiaridades locais.

Desnecessário dizer – porque objeto de norma constitucional – que as propriedades produtivas, bem a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, insusceptíveis de desapropriação para efeito de reforma agrária, também não serão objeto de arrendamento compulsório. Apenas os latifúndios, portanto, por exploração ou dimensão, estarão sujeitos à medida ora proposta.

Caberia, a propósito, recordar as sábias disposições do Edito do Papa Sixto IV, em 1484:

“Os grandes proprietários decidiram que era menos incômodo e menos oneroso dedicar a maior parte de suas terras à pastagem. Os pobres, em consequência, sofrem desemprego e mesmo fome, enquanto os campos produtivos jazem ociosos. A fim de cumprir a lei natural de que os recursos do mundo foram criados por Deus para todos os seres humanos trabalharem e desfrutarem, fica decidido que um terço da terra não cultivada poderá ser ocupada pelos lavradores sem

terras para fins de coletivo, sem permissão de seus donos legais."

O projeto que ora propomos não adota atitude tão drástica, mas se preocupa com a efetiva utilização, para o aumento da produção de alimentos, de imensas áreas de terra ociosa neste Brasil, onde, infelizmente, ainda existe miséria, fome e subnutrição.

Também não é tão severo quanto a lei de 26 de junho de 1375, do rei de Portugal, que depois de tornar obrigatório o cultivo da terra, previa:

"Se, por negligência ou contumácia, os proprietários não observarem o que fica determinado, não tratando de aproveitar por si ou por outrem as suas herdades, as justiças territoriais, ou as pessoas que sobre isso tiverem intendência, as dêem a que as lavre e semeia por certo tempo, a pensão ou quota determinada."

Acreditamos, assim, que será aprovada pelos ilustres membros do Congresso Nacional e, afinal, transformada em lei, por obra de inteira justiça.

Sala das Sessões 3 de março de 2005. – **Pedro Simon.**

(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 2005

Altera o art. 1º da Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, que dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, para estabelecer o prazo mínimo de validade desses documentos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º As certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, requeridas aos órgãos da administração centralizada ou autárquica, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às fundações públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, terão validade mínima de seis meses e deverão ser expedidas no prazo improrrogável de quinze dias, contado do registro do pedido no órgão expedidor.(NR)"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A falta de uma lei prevendo, genericamente, prazo mínimo para a validade das certidões vem acarretando, com freqüência, sérios prejuízos para os cidadãos. Em vários casos, o prazo estipulado de validade é tão pequeno que acaba obrigando o interessado a solicitar outras vezes o mesmo documento, sem o qual ele não pode usufruir certos direitos. Esse fato vai de encontro ao propósito buscado pelo mundo moderno, consistente na exigência da menor burocracia possível e consequente maior simplificação da vida do cidadão perante os órgãos públicos.

O nosso projeto encontra amparo nos princípios constitucionais e se abriga no comando contido na letra **b** do inciso XXXIV do art. 5º da Constituição, que determina que são assegurados a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

Se o citado preceito da Lei Maior garante o direito de obtenção das certidões, é importante que o dispositivo da lei alterada contenha prazo mínimo de validade do documento, para que o direito assegurado em sede constitucional se torne plenamente viável e eficaz. A própria lei, aliás, exige o prazo improrrogável de quinze dias para a expedição da certidão com vistas, justamente, a fortalecer a prerrogativa que a nossa Carta confere aos indivíduos e que figura como uma das garantias fundamentais. A nossa iniciativa, portanto, tem o condão de colaborar para a plena eficácia do preceito magno, aprimorando o estatuto legal erigido, para dar-lhe a melhor executoriedade possível.

Ante o exposto, esperamos de nossos ilustres pares a aprovação da presente medida.

Sala das Sessões, 3 de março de 2005. – **Valdir Raupp.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.051,DE 18 DE MAIO DE 1995

Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, requeridas aos órgãos da administração centralizada ou autárquica, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às fundações públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deverão ser expedidas no

prazo improrrogável de quinze dias, contado do registro do pedido no órgão expedidor.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos lidos serão publicados e despachados às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 114, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, sejam apresentadas congratulações à Prefeitura de Florianópolis pelo Prêmio Anual Nacional Os Municípios mais Dinâmicos do Brasil, oferecido pela **Gazeta Mercantil** ao município que mais cresceu (comparado com ele mesmo) no último ano em cada Estado da Federação, avaliando não apenas o resultado econômico, mas também o nível de desenvolvimento humano.

Sala das Sessões, 3 de março de 2005. – **Ideli Salvatti.**

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, sejam apresentadas congratulações à Diretoria da Renar Maçãs S/A, de Fraiburgo – SC, pelo início, neste último dia 28 de fevereiro, da comercialização de ações desta empresa na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

Atualmente a Renar totaliza a produção de 40.000 toneladas de maçãs por ano. Além disso, possui uma preocupação constante com a preservação ambiental e o crescimento da agroindústria de forma ordenada e integrada com o meio ambiente.

Sala das Sessões, 3 de março de 2005. – **Ideli Salvatti.**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência encaminhará os votos de congratulações solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.
Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 116, DE 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre o envio a Cuba de analistas da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN para intercâmbio de experiências na área de inteligência.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre o envio a Cuba de analistas da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN para intercâmbio de experiências na área de inteligência:

1) Quais as justificativas que levaram a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN – a optar por realizar intercâmbio com o sistema de inteligência do ditador Fidel Castro?

2) Quais são as atribuições da DGI – Dirección General de Inteligencia – cubana?

3) Quais são as experiências que o Brasil pretende assimilar da DGI?

4) A Abin pretende implantar, em seus quadros, o Modus Operandi da polícia secreta cubana?

Justificação

Matérias publicadas no jornal Folha de São Paulo dos dias 24 de fevereiro e 2 de março do corrente mostram que o atual governo enviará a Cuba analistas da Agência Brasileira de Inteligência, ABIN, para fazer intercâmbio de experiências na área de inteligência.

Ocorre que, ao estreitar laços” com a DGI (Dirección General de Inteligencia), a polícia secreta cubana, o governo brasileiro opta por buscar para seus funcionários formação profissional com uma agência historicamente totalitária e cujos métodos aplicados na obtenção de informação não condizem com aqueles utilizados por países democráticos como o Brasil.

As matérias lembram, ainda, que a DGI cubana manteve contato estreito com o KGB, serviço de inteligência da antiga União Soviética, além de informar que o objetivo da agência cubana é auxiliar movimentos revolucionários em todo o mundo.

As informações que ora solicito são de fundamental importância para cumprimento das atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 3 de março de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 117, DE 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a conduta de um ex-assessor especial do Ministro que controla e administra um banco no Caribe.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a conduta de um ex-assessor especial do Ministro que controla e administra um banco no Caribe:

1) A nomeação de assessor do Ministro da Indústria e Comércio Exterior que ocupa a direção de banco no Caribe é compatível com a legalidade constitucional da moralidade administrativa?

2) Consta dos assentamentos profissionais do ex-assessor especial do Ministro, Renello Parrini, alguma declaração de que ele dirigia o Bank of Europe?

3) Algum outro assessor do Ministro ocupa cargo perante instituições financeiras privadas?

4) Quais os critérios considerados para a contratação dos assessores do Ministro?

Justificação

De acordo com documentos publicados na edição do dia 28 de fevereiro do jornal Folha de S.Paulo, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, tinha em seu gabinete um assessor especial, Renello Parrini, que, controlava um banco no Caribe que mantinha negócios com o Banco Santos.

Renello Parrini é um dos beneficiários de uma empresa chamada Beauford, com sede na Suíça, que controla o Bank of Europe, que tem sede em Barbados, no Caribe. O Bank of Europe, por sua vez, tinha negócios com o Banco Santos em uma empresa offshore chamada Alsace Lorraine. Essa offshore está em investigação por suspeita de desvio de recursos.

Ainda de acordo com a matéria, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior afirma que não conhecia Parrini e o contratou por causa do currículo que apresentou.

As informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido escla-

recimento do conteúdo dessa matéria e suas possíveis implicações para a sociedade.

Sala das Sessões, 3 de março de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 118, DE 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre a contratação, pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, de um ex-assessor especial que administra um banco no Caribe, sócio do banco Santos numa empresa de offshore que está sob investigação por suspeita de lavagem de dinheiro.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre a contratação, pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, de um ex-assessor especial que administra um banco no Caribe, sócio do Banco Santos numa empresa de offshore que está sob investigação por suspeita de lavagem de dinheiro:

1) O ex-assessor especial do Ministro do Desenvolvimento, Renello Parrini, teve sua nomeação examinada pela Agência Brasileira de Inteligência – ABIN?

2) O ex-assessor especial do Ministro do Desenvolvimento, Renello Parrini, prestou, quando da sua nomeação, alguma declaração de que não ocupava outra função pública ou privada?

3) Em alguma oportunidade, a Casa Civil já requisitou o aprofundamento das informações fornecidas pela Abin, para a contratação de assessor?

4) O que tem sido feito para melhorar o banco de dados da Abin?

Justificação

Matéria publicada no jornal **Estado de S. Paulo** do dia 1º de março do corrente mostra que a nomeação do ex-assessor do Ministro do Desenvolvimento, passou pela Abin. Segundo o citado ministro, a checagem é feita nos bancos de dados disponíveis.

Ocorre que, mesmo havendo a checagem da Abin, foi autorizada a publicação da nomeação de um ex-assessor especial, Renello Parrini, no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que controla

um banco no Caribe, que é sócio do Banco Santos numa empresa de **offshore** que está sob investigação sob a suspeita de lavagem de dinheiro.

De acordo com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, “se houvesse algum problema, a Casa Civil é que seria informada e poderia pedir um aprofundamento das informações”.

As informações que ora solicito são de fundamental importância para cumprimento das atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 3 de março de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 119, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado, requeiro tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2002, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 3 de março de 2005. – **Rodolpho Tourinho**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, Mensagem do Senhor Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 101

Senhores Membros do Senado Federal,

Solicito a Vossas Excelências a retirada da indicação do Senhor Cleveland Prates Teixeira, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, enviada a essa Casa com a Mensagem nº 340, de 22 de junho de 2004.

Brasília, 23 de fevereiro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

Aviso nº 180 – C. Civil

Brasília, 23 de fevereiro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Retirada de indicação.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria, Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor

Presidente da República solicita a retirada da indicação do Senhor Cleveland Prates Teixeira, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, enviada a essa Casa com a Mensagem nº 340, de 22 de junho de 2004.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Aviso nº 0179/MJ

Brasília, 22 de fevereiro de 2005

A Sua Excelência o Senhor

José Dirceu de Oliveira e Silva

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Assunto: Desconsiderar recondução.

Senhor Ministro,

Solicito a Vossa Excelência providências no sentido de retirar da pauta do Senado Federal o pedido de recondução de Cleveland Prates Teixeira, ao cargo de Conselheiro do

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, encaminhado por meio da Mensagem nº 340, de 22 de junho de 2004, publicada no Diário Oficial da União nº 119, de 23 de junho de 2004, Seção 1, página 54.

Esclareço que o indicado, por motivos pessoais, declinou quanto a sua recondução ao referido cargo.

Respeitosas saudações, – **Márcio Thomaz Bastos** Ministro de Estado da Justiça

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente lido será juntado ao processado da Mensagem nº 94, de 2005 e incluído em Ordem do Dia.

Sobre a mesa, ofício do Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício – Circular nº 15 GABIN/SECOM-PR

Brasília, 25 de fevereiro de 2004

A Sua Excelência o Senhor Senador Renan Calheiros

Presidente do Senado Federal

Praça dos Três Poderes – Ed. Principal

70165-900 – Brasília – DF

Assunto: Termo de compromisso firmado pelos Três Poderes da União – serviços de televisão para o exterior.

Senhor Presidente,

1. Encaminho a Vossa Excelência, uma via do Termo de Compromisso, firmado pelos

Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para a implantação dos serviços de televisão para o exterior.

2. Segue também, uma cópia do Extrato do Compromisso, publicado no Diário Oficial da União, em 16 de fevereiro do corrente.

Atenciosamente,— **Luiz Gushiken**, Ministro de Estado Chefe Da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República.

Termo de Compromisso firmado pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, representados pelo Presidente da República, pelo Presidente do Senado Federal, pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pelo Ministro designado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e cinco, pelo presente instrumento de Termo de Compromisso, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha, e pelo representante do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, no uso de suas respectivas atribuições, e considerando o Decreto de 27 de setembro de 2004, por meio do qual foi instituído o Comitê Gestor para formulação de proposta de prestação de serviços de televisão para o exterior, no âmbito da RADIOPRÁS – Empresa Brasileira de Comunicação S/A.;firmam o compromisso de envidar todos os esforços necessários à prestação de serviços de televisão para o exterior, cujo objetivo é fortalecer o processo de integração na América do Sul, bem como informar a realidade brasileira junto ao público estrangeiro e aos brasileiros residentes no exterior, contribuindo para a consolidação do diálogo dos direitos humanos e dos valores democráticos nas relações dos brasileiros com os outros povos do mundo, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A implantação dos serviços de televisão para o exterior dar-se-á no âmbito da

RadioBrás e contará com a participação de todos os Poderes, nos termos do Decreto supramencionado, que cria o Comitê Gestor a ser composto por representantes da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores e da RadioBrás e, ainda, por um representante da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados e da Secretaria de Comunicação Social do Supremo Tribunal Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Para o alcance do objetivo estabelecido neste instrumento, as partes

promoverão entendimentos com vistas à celebração de instrumentos próprios que permitam a participação sistematizada dos Três Poderes da República brasileira, especialmente no que tange a definição da grade de programação do canal e ao repasse de recursos orçamentários e financeiros à RadioBrás, responsável pela prestação dos serviços de televisão para o exterior.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A participação das partes no aporte de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento das despesas de investimento, custeio e de pessoal necessárias à estruturação e manutenção dos serviços de televisão para o exterior fica estabelecida na proporção de cinqüenta por cento para a RadioBrás, vinte por cento para o Senado Federal, vinte por cento para a Câmara dos Deputados e dez por cento para o Supremo Tribunal Federal.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

As partes celebrarão convênios financeiros com a RadioBrás, para repasse e execução orçamentária e financeira dos recursos destinados à implantação e execução dos serviços de televisão para o exterior.

CLÁUSULA TERCEIRA

A vigência deste instrumento está vinculada à duração da prestação dos serviços de televisão para o exterior, de acordo com os termos estabelecidos pela Cláusula Primeira.

CLÁUSULA QUARTA

A Presidência da República providenciará a publicação resumida do extrato do presente Termo de Compromisso, dando cumprimento ao previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA

Fica eleito o Foro Federal de Brasília-DF, para dirimir questões decorrentes deste Termo de Compromisso, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e acordadas sobre todas as Cláusulas aqui pactuadas, o presente Instrumento é assinado em quatro vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos.

Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República — **José Sarney**, Presidente do Senado Federal — **João Paulo Cunha**, Presidente da Câmara dos Deputados — **Carlos Mário da Silva Velloso** pelo Supremo Tribunal Federal — Testemunhas — **José Alencar Gomes da Silva**, Vice-Presidente da República — **Luiz Gushiken**, Ministro de Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo de Gestão Estratégica da Presidência da República.

ISSN 1677-7969



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

Imprensa Nacional

Ano CXLI N° 31
Brasília - DF, quarta-feira, 16 de fevereiro de 2005

Presidência da República

EXTRATO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO firmado pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, representados pelo Presidente da República, pelo Presidente do Senado Federal, pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pelo Ministro designado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

ESPECIE: Termo de Compromisso.

OBJETO: Implantação dos serviços de televisão para o exterior no âmbito da RADIOPRAS.

VIGÊNCIA: A vigência está vinculada à duração da prestação dos serviços de televisão para o exterior, de acordo com os termos estabelecidos pela Cláusula Primeira do instrumento.

DATA DE ASSINATURA: 10/02/2005.

SIGNATÁRIOS: Luiz Inácio Lula da Silva - Presidente da República, José Serra - Presidente do Senado Federal, João Paulo Cunha - Presidente da Câmara dos Deputados e Carlos Mário da Silva Veloso, pelo Supremo Tribunal Federal.

REMETENTE:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO
ESTRATÉGICA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO A 5º ANDAR SALA 539
70054-900 - BRASÍLIA - DF

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente lido será publicado e juntado à Resolução nº 24, de 1995.

Sobre a mesa, ofício da Liderança do PFL no Senado Federal que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 27/05-GLPFL

Brasília, 3 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Marcelo Crivella para ocupar a vaga de titular na Comissão de Educação, cedida por este Partido ao PDT que, por sua vez, cedeu-a ao PL.

Cordialmente, – **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência designa o Sr. Senador Marcelo Crivella como titular para compor a Comissão de Educação, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofícios da Liderança do PSDB no Senado Federal que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 60/05-GLPSDB

Brasília, 2 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a V. Ex^a, a exclusão do Senador Álvaro Dias, como suplente, na Comissão de Assuntos Sociais.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Arthur Virgilio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 62/05-GLPSDB

Brasília, 3 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a V. Ex^a, a exclusão do Senador Teotonio Vilela Filho, da condição de titular na Comissão de Assuntos Sociais.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Arthur Virgilio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 63/05-GLPSDB

Brasília, 3 de março de 2005

Senhor Presidente,

Cumprimentando V.Ex^a, tenho a honra de indicar o Senador Teotonio Vilela Filho para o cargo de suplente, na Comissão de Assuntos Sociais, em substituição ao Senador Arthur Virgílio.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Arthur Virgilio** Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício da Liderança do PSDB no Senado Federal que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 64/05-GLPSDB

Brasília, 3 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex^a, o Senador Teotônio Vilela Filho, para integrar, como titular, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Sr. Senador Teotônio Vilela Filho como titular para compor a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Expediente lido vai à publicação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti. Em seguida, o Senador Flávio Arns.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na ausência do Líder do Governo, eu gostaria de fazer minha inscrição como 1º Vice-Líder para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendida, na forma do Regimento, para

uma comunicação de interesse partidário, no momento oportuno.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, deixei o documento com V. Ex^a para falar pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido na forma do art. 14, inciso II, alínea “a” do Regimento Interno, para uma comunicação de interesse partidário, em momento oportuno, devidamente designado pelo Líder Delcídio Amaral.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, com a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, se ainda houver a possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a é o primeiro orador inscrito para uma comunicação inadiável, na forma do Regimento.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, por dez minutos, com mais dois minutos de tolerância, o Senador Papaléo Paes, por permuta com o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, se possível for, aceito que a Senadora Ideli Salvatti se pronuncie antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a compreensão do Senador Papaléo Paes.

Na oportunidade, faço minha inscrição para uma breve comunicação na prorrogação do Expediente e, a seguir, está inscrito o Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra, pela Liderança do Governo, à Senadora Ideli Salvatti por cinco minutos improrrogáveis.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agradeço, com muito carinho, ao Senador Papaléo Paes, porque tenho vôo às 10h50min e devo sair logo para o aeroporto.

Em primeiro lugar, deixo registrada, em nome da Liderança do Governo, a sensibilidade do Presidente Lula no seu retorno do Uruguai, onde tratativas importantes, inclusive de fortalecimento do Mercosul, foram tomadas em conjunto não só com o novo Presidente

empossado do Uruguai, Tabaré Vázquez, mas também com o Presidente da Argentina, Néstor Kirchner, e com o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, fortalecendo os interesses da América do Sul no contexto internacional.

Nesse retorno, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sensível com a situação de seca que assola os três Estados do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, receberá, às 15h30min de hoje, a Bancada Parlamentar do Sul do nosso País – atendendo o pedido do Deputado Cláudio Vignatti, do oeste de Santa Catarina –, para tratar exatamente das ações emergenciais do nosso Governo para com essa calamidade que, mais uma vez, se abate na região, atingindo a agricultura de nossos três Estados. Tenho certeza de que o nosso Senador Flávio Arns fará questão de estar presente, representando os interesses do Paraná e também de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Faço este registro, aproveitando para elogiar a sensibilidade do nosso Presidente, e dou como lido um discurso que retomarei na semana que vem.

Nos dias 07 a 10, mais uma vez, haverá a marcha dos Prefeitos a Brasília. Será a VIII Marcha a Brasília em Defesa do Municípios. A Confederação Nacional dos Municípios fez uma belíssima publicação, na qual baseei o discurso que solicito seja dado como lido.

Na abertura da publicação, o nosso querido Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, traz uma declaração extremamente importante: que a VIII Marcha dará continuação ao novo modelo estabelecido entre o Governo Federal e os Municípios, iniciado com a VI Marcha, em 2003, quando, pela primeira vez, os Prefeitos de todo o País foram recebidos oficialmente pelo Presidente da República, pelos Ministros, Parlamentares, Governadores, Secretários Municipais, Vereadores, Prefeitos, Federações e Associações de Municípios. Foi uma nova forma de se estabelecer a relação entre Governo Federal e Governos Municipais.

A referida publicação da Confederação Nacional dos Municípios reconhece os avanços havidos em 2003, quando importantes reivindicações dos Municípios se consolidaram na aprovação dos seguintes diplomas legais:

– Lei Complementar nº 116/2003, que amplia a lista de serviços tributados pelo ISS;

– Lei nº 10.832/2003, que cria a cota estadual para o repasse direto do salário educação para os Municípios, proporcional ao número de alunos matriculados na rede municipal;

– Lei nº 10.709/2003, que regulamenta as competências dos Estados e Municípios pelo transporte escolar de seus respectivos alunos, também proporcional ao número de alunos atendidos;

– avanços obtidos na Reforma Tributária; – a publicação da relação dos avanços obtidos pela Marcha em 2004, que vão desde o repasse à saúde, incentivos à educação, Programa Nacional do Transporte Escolar.

Reafirmo a solicitação para o registro do discurso na íntegra.

Tenho certeza de que o Senado da República acompanhará, com muita atenção, a Marcha dos Prefeitos a Brasília. Estaremos presentes em todos os eventos, e o Presidente da República comparecerá à abertura da marcha. Além disso, vários ministros farão parte de todo esse debate e darão andamento a essa nova forma de relacionamento entre Poder Executivo Federal e Municipal. Então, deixo este registro e tenho certeza de que, ao longo da semana, nós teremos muitos Prefeitos nesta Casa. O Senado acompanhará todo o desenrolar das atividades.

Era isso o que eu queria deixar registrado.

Peço ao Senador Flávio Arns representante a Bancada do sul hoje, às 15 horas e 30 minutos, na audiência com o Presidente para tratar da seca, tendo em vista que assuntos urgentes me fazem voltar ao Estado ainda esta manhã.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DA SRA. SENADORA IDELI SALVATTI.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, novamente reunem-se em Brasília representantes dos diversos municípios brasileiros que trazem aos poderes da União suas reivindicações. Trata-se da VIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que ocorrerá entre os dias 7 e 10 de março próximos, sob organização, mais uma vez, da competente Confederação Nacional dos Municípios – CNM.

A VIII Marcha, conforme afirmação do Presidente da CNM, Sr. Paulo Ziulkoski, dará continuidade ao novo modelo estabelecido entre o Governo Federal e os Municípios, iniciado com a VI Marcha, em 2003. Em 2005, estarão presentes, mais uma vez, Parlamentares, Secretários Municipais e Estaduais, Prefeitos, Presidentes de Federações e Associações de Municípios, Ministros de Estado, Governadores e o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi, portanto, a partir da VI Marcha, em 2003, que estabeleceu-se um novo conceito nas relações entre Governo Federal e entes federados, notadamente o ente municipal. Já naquele ano, primeiro do Governo Lula, foram consideráveis os resultados obtidos. As lideranças municipalistas destacam a aprovação dos seguintes diplomas legais:

- Lei Complementar nº 116/2003, que amplia a lista dos serviços tributados pelo ISS;
- Lei nº 10.832/2003, que cria a quota estadual e municipal do salário-educação, com repasse automático dos recursos devidos aos Municípios;
- Lei nº 10.709/2003, que regulamentou as competências dos Estados e Municípios pelo transporte escolar de seus respectivos alunos;
- Avanços obtidos na Reforma Tributária e, ainda, a participação na distribuição dos recursos da CIDE e a possibilidade de transferência de 100% do ITR aos Municípios que se responsabilizarem pela arrecadação desse imposto.

A VII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios também fez um balanço das relações entre o Executivo Federal e os Municípios, proposto pelo Presidente Lula no ano de 2003, quando participou da VI Marcha. Reconhecendo a existência de avanços nas relações com o Governo Federal em 2003, principalmente em função da atuação do Comitê de Articulação Federativa, os Prefeitos cumprimentam o Governo Federal pelo compromisso com o diálogo e com os temas que compuseram a pauta municipalista durante o ano de 2003.

Uma das grandes conquistas dos Municípios durante a VII Marcha foi quando o Ministério da Saúde anunciou que Municípios de todo o País com menos de 30 mil habitantes receberão 50% a mais de repasses do fundo para a área de saúde.

A confederação Nacional de Municípios (CNM) apresentou à União e ao Congresso Nacional reivindicações municipalistas para o ano de 2004, considerando a necessidade da busca de soluções às crescentes demandas municipais. Como resultado das reivindicações apresentadas, algumas ações já foram deflagradas pelo governo federal, das quais merecem destaque:

1 – aprovação da medida provisória nº 173 que instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) e o Programa para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de tratar sobre o repasse de recursos do Brasil Alfabetizado. As transferências já estão sendo efetuadas automaticamente em parcelas em contas específicas abertas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educa-

ção (FNDE) não havendo portanto a necessidade de convênio.

2 – repasse de recursos para o programa de transporte do escolar, no valor de R\$0,38 por aluno/dia do ensino fundamental da área rural que utiliza o transporte, permitem às secretarias de educação dos Municípios, estados e do distrito Federal aplicarem na manutenção dos veículos e meios de serviços terceirizados, assegurando a transferência de recursos da ordem de R\$ 245 milhões.

3 – ampliação de R\$ 387 milhões em 2003 para R\$420 milhões, em 2004, do Programa de Apoio à Educação de Jovens e Adultos, beneficiando os Municípios com menos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

4 – incentivo à adesão de prefeituras ao programa Brasil Alfabetizado, com recursos repassados diretamente aos Municípios e estados, possibilitando a conexão entre alfabetização e a continuidade das ações na educação de jovens e adultos.

5 – Repasse de recurso em caráter extraordinário, para a recuperação das escolas atingidas pelas chuvas neste início de ano, por meio do Programa Dinheiro Direto nas Escolas (PDDE) emergencial.

Além disso, foi assinada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Medida Provisória 173/04, que destina R\$251 milhões para o transporte escolar, R\$420 milhões para a Educação de Jovens e Adultos e R\$180 milhões para o Programa Brasil Alfabetizado.

Essa era uma antiga reivindicação dos Prefeitos e que foi finalmente acatada pelo Governo Federal. Estes recursos vêm da desvinculação do salário-educação e de remanejamento de recursos orçamentários. O Governo Federal repassará aos Municípios R\$0,38/dia por aluno de Ensino Fundamental que more ou estude no meio rural, que segundo o censo do ano passado são 3,2 milhões de estudantes assegurando a conservação dos ônibus escolares, os recursos irão beneficiar os estudantes durante 200 dias letivos de 2004.

Para a compra e manutenção do transporte escolar no Brasil foi garantido um reforço de R\$246 milhões. Os recursos para o transporte escolar, antes eram repassados para a compra de veículos, sob a forma de transferência voluntária, agora com essa medida, serão transferidos automaticamente pelo FNDE. Serão enviados R\$0,38 por aluno/dia para transporte de 3,2 milhões de estudantes da zona rural.

A seguir, relacionamos igualmente alguns temas que foram objeto de atenção especial por parte das lideranças municipalistas e o Governo Federal, con-

frontando-se a principal reivindicação e a resposta Federal.

Bolsa-Família

Reivindicação: revisão e aperfeiçoamento do processo de unificação do programa, mantendo a contrapartida dos beneficiários.

Resultado: lançado para unificar os programas de transferência de renda como o Bolsa-Escola, Cartão-Alimentação, Bolsa-Alimentação e Vale-Gás, o Programa ampliou o número de famílias atendidas e o valor médio do benefício concedido. No final de junho de 2004, o Bolsa-família contabilizava cerca de 4 milhões de famílias atendidas em todo País. A meta para dezembro é o atendimento de 6,5 milhões de famílias. A estratégia de expansão do Programa priorizará as famílias que residem em regiões metropolitanas, onde a situação risco social é mais severa. Para isso, o Bolsa-Família exige que as crianças freqüentem a escola, tenham carteira de vacinação em dia e que as gestantes façam acompanhamento pré-natal. Esta é a contrapartida que não se tem controle. A lei existe, que é a de Responsabilidade Fiscal, porém não vê sendo cumprida pelo governo federal e por alguns Municípios.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti

Reivindicação: fortalecimento e ampliação do Peti.

Resultado: foi publicada a portaria nº 369 em primeiro de julho desse ano. Ela tornou públicos os valores mensais dos recursos financeiros a serem transferidos ainda em 2004 pelo Fundo Nacional de Assistência Social aos fundos estaduais, do Distrito Federal e municipais de assistência social. O objetivo é a execução dos serviços assistenciais de ação continuada – Peti. O Programa destina-se à erradicação do trabalho infantil que são aquelas atividades consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes. Hoje, são atendidas 810 mil crianças em 2.601 cidades de todo País.

Programa de Atenção à Família

Reivindicação: ampliação do número de famílias e de municípios beneficiados.

Resultado: atualmente existem 500 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) instalados em 405 Municípios. Uma das diretrizes do programa é adotar a família como unidade de atenção para valorizar particularidades de cada grupo familiar e fortalecer vínculos familiares e comunitários. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) prevê a liberação de R\$ 34,5 milhões para implantar o programa em mais 250 Municípios. Tanto o trabalho do Centro de Referência quanto o da Rede serão finan-

ciados pelo MDS, em conjunto com estados e Municípios num processo de co-financiamento, como prevê a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). O MDS repassará aos Municípios R\$ 30 por família atendida. Metade deverá ser usada para custear a equipe técnica do centro. O restante será investido na rede local para potencializar programas, projetos e serviços da Rede Sócio Assistencial Básica do Município.

Cadastro Único

Reivindicação: repasse de verbas de todos os programas sociais em atraso desde janeiro deste ano.

Resultado: não houve resultado positivo, pois problemas no cadastro dos programas sociais do Governo fizeram com que mais de 205 mil famílias recebessem durante meses recursos do Bolsa-Família e de programas como o Bolsa-Escola, Cartão-Alimentação, Bolsa-Alimentação e Vale-Gás que deveriam ter sido unificados no Bolsa-Família. Uma ação para solucionar e reduzir o risco de duplicidade é acelerar o processo de criação de um número de registro social único (NIS) e migrar as famílias dos programas sociais anteriores para o Bolsa-Família. Diante da constatação do pagamento duplicado a benefícios dos programas sócias, a CNM orienta que as Prefeituras analisem e ajustem os cadastros junto ao MDS.

A VIII Marcha a Brasília que ocorrerá nos próximos dias continuará com suas relevantes discussões. Priorizará, no entanto, temas dos mais diversos da atual conjuntura brasileira.

São mais de 20, os temas que irão compor o programa oficial da VIII Marcha a Brasília em março deste ano. Especialistas da CNM e do Governo Federal estão trabalhando na elaboração da pauta de discussão do evento. Confira alguns dos principais tópicos:

– Instituição do regime próprio de previdência e a busca pela compensação financeira pelos Municípios como forma de buscar o equilíbrio fiscal;

– Ações que os Municípios podem desenvolver visando o alcance das metas do milênio pelo Brasil;

– O debate da proposta para a Política Nacional de saneamento ambiental;

– O financiamento da educação face ao término do Fundef em 2006;

– O Município como promotor do desenvolvimento local e regional através de ações nas áreas de desenvolvimento agrário, turismo, meio-ambiente, ciência e tecnologia e outras que gerem emprego e renda;

– Como obter recursos para o desenvolvimento e infra-estrutura urbana;

– Responsabilidade dos Municípios como executor das políticas sociais da União;

- Aumento dos recursos para a saúde através da regulamentação da emenda constitucional nº 29/2000;
- Ações que o Município pode adotar para implementar a sua modernização administrativa de forma a gerar economia de recursos;
- Interlocução dos Municípios com o Congresso Nacional em busca da aprovação dos projetos de seu interesse;
- A formação de consórcios públicos municipais frente a nova proposta de legislação;
- O impacto da Reforma Tributária nas finanças municipais e o aumento do FPM; e
- Pauta municipalista para 2005.

Encerro este pronunciamento manifestando meu apoio irrestrito às ações municipalistas. Não poderia deixar de registrar a importância deste evento que ocorrerá nos próximos dias e que certamente contará com o apoio desta Casa Legislativa.

Obrigada, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

- Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a, que acaba de falar como Líder do Governo, será atendida na forma do Regimento.

Com a palavra o nobre Senador Papaléo Paes. S. Ex^a dispõe de dez minutos, com dois minutos de tolerância da Mesa.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, o Brasil tem conseguido, nos últimos anos, realizar grandes progressos econômicos, mas ainda parclos avanços na área social. Um dos fatores mais importantes para que os programas sociais produzam resultados compatíveis com os anseios da população é que esta população esteja adequadamente educada e conscientizada de seu papel fundamental na construção da sociedade que se busca alcançar.

Não há, Sr. Presidente, sociedade organizada e desenvolvida, sem que exista a consciência da solidariedade entre seus membros; solidariedade que é o ligamento que faz com que os cidadãos se sintam integrados ao corpo social de que fazem parte.

Nesse contexto, Sr. Presidente, um dos elementos fundamentais é a atitude que temos na preservação do espaço ambiental em que todos vivemos, o que inclui o modo como as aglomerações humanas tratam os dejetos de sua vida individual e coletiva.

Por mais inocente que possa parecer, um dos elementos fortemente poluidores do meio ambiente é o lixo orgânico residencial das cidades. Quando devi-

damente coletado e tratado, como têm feito as cidades mais organizadas, o lixo orgânico pode ser reciclado para reaproveitamento, ou ser absorvido pela natureza sem dano ambiental. Quando despejado **in natura** no espaço, ou indevidamente tratado, os dejetos orgânicos tornam-se altamente poluidores.

Exemplos que já fazem parte do folclore das populações litorâneas são os restos de matéria orgânica que comumente aparecem boiando no mar, junto da orla de cidades como Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza ou Vitória. Mesmo caríssimas obras como os emissários submarinos não são garantia de reabsorção pela natureza desses restos, em face de sua quantidade.

Outro exemplo menos percebido, mas altamente poluidor, é o despejo de óleo de cozimento nos ralos das pias das cozinhas de todo o País. Para se ter uma idéia de seu potencial, cada litro de óleo pode contaminar milhares de litros de água. Tais milhares podem representar o consumo de uma pessoa por inúmeros anos. Ora, Sr. Presidente, todos sabemos que nossas residências utilizam vários litros de óleo por mês, o que torna o agente altamente deletério para a natureza.

O despejo do óleo usado em recipientes depositados nas lixeiras de matéria orgânica – por exemplo, dentro de garrafas *pet* de refrigerante – fará com que esse óleo seja adequadamente tratado e reciclado para reabsorção na natureza. Deixá-lo escoar pelos esgotos é maximizar seu potencial poluidor.

Assim, SRA.s e Srs. Senadores, temos duas vertentes claras de educação social: a dos indivíduos ou pequenos grupamentos e a da Administração Pública. Aos indivíduos cabe corretamente dispor de seus dejetos domésticos. Aos administradores cabe a responsabilidade da coleta e tratamento adequados.

Não haverá resultados que satisfaçam os anseios de limpeza das pessoas, se não houver o duplo esforço de cidadãos e administradores.

Em um mundo crescentemente populoso, não mais podemos contar com o poder regenerador espontâneo da natureza. Temos de intervir preventivamente se quisermos ter um planeta habitável a médio e longo prazo.

Tal prevenção pressupõe menor nível de poluição e maior cuidado na neutralização dos agentes poluidores que a humanidade produz. Esse é o nó górdio do vertiginoso processo de contaminação ambiental por uma população crescentemente geradora de resíduos.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte regimental?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Com muita honra, concedo um aparte ao Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Papaléo Paes, venho acompanhando os pronunciamentos de V. Ex^a, médico que é, e não é a primeira vez que V. Ex^a vem à tribuna do Senado Federal manifestar sua preocupação. Até em uma semana ocupada pelo debate político, V. Ex^a traz um assunto técnico importantíssimo para o futuro do País. Essas vozes que clamam no deserto são importantes, porque vão advertindo as pessoas, vão falando. V. Ex^a citou as cidades litorâneas prejudicadas por dejetos orgânicos. Vitória é uma delas. O Governador Paulo Hartung, por exemplo, em convênio com o Banco Mundial, está tratando as águas que abastecem Vitória e também os efluentes que vão para o mar. Está sendo usado um sistema muito moderno, com câmaras dentro das galerias pluviais para detectar ligações clandestinas, porque há pessoas que ligam esgotos às galerias pluviais, o que acaba contaminando as praias. Todo esse projeto, talvez pioneiro no Brasil, começa a avançar. V. Ex^a vem exatamente nessa hora e nesse dia pregar a necessidade de começarmos a nos prevenir. Eu nunca havia pensado nessa poluição gravíssima causada pelo óleo de cozinha. Então, um litro de óleo de cozinha, que parece inofensivo, ao ser jogado na pia, vai contaminar milhões de litros d'água. V. Ex^a, oportunamente, adverte a Casa, adverte o País, adverte as autoridades de que alguma medida tem de ser tomada. Parabéns pelo nobre gesto de V. Ex^a na tribuna do Senado.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Senador Gerson Camata, fico satisfeito em ouvir V. Ex^a e principalmente em saber que, na Capital do seu Estado, Vitória, o Governador está tomando essas medidas importantíssimas e exemplares para o resto do País. Se não tomarmos essas providências, o meio ambiente será altamente danificado, bem como a saúde da população correrá altos riscos.

V. Ex^a falou na ligação da água de esgoto sanitário diretamente na tubulação de águas pluviais. Isso é muito grave. Na Capital do meu Estado, Macapá, esse é um procedimento habitual, porque apenas 1,8% da sua população é servida de esgoto sanitário. Então, o problema é muito sério. Que essa atitude do Governador Paulo Hartung sirva de exemplo para o resto do País.

Muito obrigado pela sua participação.

Sr. Presidente, a coleta seletiva de resíduos, despejo e tratamento em separado de matérias orgânicas e inorgânicas e reciclagem de materiais são aspectos essenciais da construção de uma sociedade organizada.

Para isso, Sr. Presidente, campanhas educativas da população para o correto manejo de lixo, programas e projetos de centrais de tratamento e de despejo, redes de escoamento e programas de despoluição de bacias hidrográficas e de solos e subsolos são partes indispensáveis da ação responsável dos dirigentes sociais.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, por incrível que pareça, o manejo de lixo não é mais um problema municipal apenas. Tornou-se um problema no mínimo regional, quando passou a afetar rios e mares. Em vista disso, a discussão do problema, grave sob todos os aspectos, deve ser alçada ao âmbito inter-regional. Neste momento, o Senado da República passa a ter um papel importante como Casa representativa dos Estados da União. Assim, cabe a criação de uma política nacional de tratamento de resíduos que seja eficaz na preservação do nosso meio ambiente.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Papaléo Paes, parabéns pelo seu discurso. Esse é um assunto muito importante, porque é preciso zelar pela saúde das populações e preservar o meio ambiente. Sei que V. Ex^a, como médico que é, tem essa preocupação. Infelizmente, não pude apartá-lo, em virtude de estar presidindo os trabalhos.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, por permuta com o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, é com satisfação que ocupo a tribuna, nesta manhã de quinta-feira, para trazer ao conhecimento da Casa notícias que considero excelentes e que nos orgulham. Refiro-me à economia baiana, muito bem conduzida pelo Governador Paulo Souto, um trabalho que vem sendo desenvolvido há mais de uma década no meu Estado.

A primeira boa notícia é que a Bahia, mais uma vez, apresentou taxa de crescimento acima da média nacional. O Produto Interno Bruto do Estado cresceu 8,5%, alcançando R\$82 bilhões no ano passado, o melhor resultado desde 1985.

Também em 2003, quando a economia do País ficou praticamente estagnada (crescimento de menos de 0,5%), o PIB baiano cresceu cerca de 4%, dez vezes mais do que o crescimento, ou estagnação, que tivemos no País.

Outra boa notícia é que os números referentes ao comércio exterior estão andando muito bem. No mês de

janeiro deste ano, as exportações baianas alcançaram o montante de US\$360,6 milhões, o que representa um crescimento de 58% em relação a janeiro do ano passado. Desse total, cerca de US\$329 milhões, ou 91,4%, são relativos à venda de produtos industrializados ao exterior. Assim, a Bahia mostra que está com uma economia moderna, industrializada, exportando produtos elaborados, com maior valor agregado, uma fórmula extremamente benéfica ao País e que, acredito, deve ser adotada pelo Governo Federal. Esse é o exemplo que a Bahia vem dando ao País.

Como é do conhecimento de V. Ex^{as}, a exportação de matéria-prima não é, nem de longe, tão lucrativa quanto a exportação do produto já manufaturado. A adoção, na prática, desse raciocínio pelo Governo da Bahia e pelo empresariado baiano vem gerando milhares de empregos e aumentando a renda média do trabalhador baiano.

Também as importações cresceram no nosso Estado. O desempenho foi muito positivo, sinal bastante claro de que, com as importações, vamos modernizando a economia do nosso Estado, modernizando o parque industrial. Foram U\$263 milhões em janeiro, o que representa um crescimento de 51,5% em relação ao mesmo período do ano passado. Mesmo assim, ficou um saldo positivo na balança de comércio exterior do Estado da Bahia.

Mas, SRA.s e Srs. Senadores, o que esses números, na verdade, refletem, o que querem dizer? Esses números são a prova clara e evidente de que a Bahia, com o esforço próprio do Governo do Estado, tem hoje, felizmente, uma economia forte e dinâmica, que cresce em todos os segmentos, seja na indústria, no setor agrícola e nos serviços, independentemente de qualquer apoio do Governo Federal, que é muito pequeno, quase inexistente. É um esforço muito grande de um governo estadual para promover o seu crescimento econômico.

Esse é o resultado de acerto de decisões que vêm sendo tomadas ao longo de quatorze anos no Estado da Bahia, seja no âmbito político-administrativo, seja no campo econômico. Graças a uma administração austera e responsável, implementada no Governo do Senador Antonio Carlos Magalhães, em 1991 – quando então voltou ao Governo do Estado pela terceira vez, tendo àquela época, como Secretário de Finanças, o nosso colega, o competente Senador Rodolpho Tourinho, e, posteriormente, em seguida, pelo Governador Paulo Souto, que agora se encontra no seu segundo período de Governo –, e a uma agressiva política de atração de investimentos é que a Bahia é hoje um dos Estados que mais crescem no País.

Não poderia deixar de mencionar, sem falsa modéstia, que foi diante deste cenário que tive a honra e a oportunidade, ao governar da Bahia, de 1998 a 2002, de negociar a implantação de um pólo industrial – o pólo automotivo do Estado –, que é hoje um dos grandes responsáveis por este vigor da econo-

mia baiana. O complexo industrial da Ford bate todos os seus recordes, já ampliando os compromissos de produção assumidos. Este ano, a Ford deverá produzir 260 mil veículos no Estado da Bahia, e é uma parceira importante do desenvolvimento da indústria e das exportações baianas.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador César Borges, permit-me um aparte regimental?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, com a maior satisfação, Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Cumprimento V. Ex^a e, acima de tudo, concordo com V. Ex^a. Tenho andado pelo sul da Bahia, onde inúmeros capixabas trabalham, ajudam o desenvolvimento da Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É muita honra para os baianos receber os capixabas.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Por outro lado, no noroeste do Espírito Santo, os baianos desceram e ocuparam três Municípios: Pinheiros, Montanha e Mucurici. Então, fizemos um intercâmbio entre o norte do Espírito Santo e o sul da Bahia. Tenho visto o desenvolvimento do sul do seu Estado, nas áreas aonde tenho andado. Na parte pública, asfalto para todo o lado, melhoria de qualidade de vida, construção de hospitais, postos de saúde em todos aqueles Municípios. Há poucos dias, estive em Itamaraju e percebi que a cidade mudou em três, quatro anos. O turismo avança de tal forma que a maior corrente turística do mundo passa por dentro do Espírito Santo e vai toda para a Bahia. Ficamos até com inveja para atrair aqueles turistas, paulistas principalmente, para o nosso Estado. O maior pólo de celulose do mundo está sendo construído ali. Nós, do Espírito Santo, vamos perder no futuro – outra preocupação –, mas estamos correndo para não perder facilmente a posição de maior exportador de celulose do mundo. Há dois grandes pólos de celulose sendo construídos na Bahia. E temos culturas novas. O café da Bahia entrou há dez anos. A Bahia hoje produz um dos melhores cafés, em qualidade, do Brasil. Tudo ali naquele sul. E agora, há poucos dias, no Globo Rural, vi um enorme avanço na criação de avestruz, consorciada com eucalipto. Então, há uma riqueza enorme, dinamismo e crescimento do sul da Bahia. É um vizinho que olhamos cheios de satisfação e com um pouquinho de inveja. Parabéns a V. Ex^a, que começou, como Governador, a descoberta do sul da Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu agradeço ao Senador Gerson Camata. Mas, para fazer justiça, devo dizer que esse é um trabalho que vem de longe. A descoberta do extremo sul se deu na década de 70, inclusive com a presença no Governo do Senador Antonio Carlos Magalhães, com a abertura da BR – 101. Mas os últimos governos têm conseguido aproveitar essas grandes oportunidades. Com esforço muito grande, é bem verdade, temos limitações, mas temos feito nossa parte. Temos uma integração econômica do extremo sul baiano com o Espírito Santo e

também com Minas Gerais, resultado do esforço dos governos estaduais. Mas falta uma parcela maior do Governo Federal para apoiar esse desenvolvimento. É isso que nós estamos cobrando.

Volto a dizer, Sr. Presidente, agradecendo o aparte do Senador Gerson Camata, que a Bahia tem crescido. Não apenas a indústria automobilística cresceu, mas também todos os setores da indústria baiana apresentaram crescimento em 2004. Segundo levantamento da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, estão previstos investimentos na ordem de R\$8,5 bilhões, este ano, e de R\$11 bilhões em 2006, para a ampliação do parque industrial baiano, que inclui a indústria de celulose – com a recente ampliação a ser inaugurada da Bahia-Sul Celulose e a implantação da Veracel como o maior empreendimento industrial no País atualmente.

É preciso destacar, contudo, que esse crescimento tão expressivo da economia e das exportações baianas – repito – não dependeu de qualquer decisão econômica ou política do Governo Federal. Aliás, pelo contrário, se houve contribuição, certamente não foi para aumentar esse crescimento. Permanecem até hoje, infelizmente, os gargalos estruturais. E desta tribuna, eu gostaria de fazer uma denúncia. Ao longo dos últimos anos, não fosse a política de juros elevados e a infra-estrutura deficiente dos transportes e se o trecho Vitória-Salvador da BR-101 já tivesse sido duplicado – como deveria ter sido – é claro que essa região seria um pólo muito maior ainda de desenvolvimento para o País. Além disso, prejudicam o crescimento da região a ausência de uma política de desenvolvimento regional, a falta de apoio do Governo Federal, em relação também à desoneração das exportações. Os Estados que exportam são prejudicados, porque, com a desoneração do ICMS e com o crédito das empresas na compra dos insumos, fica um grande débito para os Estados, débito que não é resarcido pela Lei Kandir.

Mas, Sr. Presidente, eu não quero me exceder. Tinha mais a falar sobre o assunto, mas agradeço, mantendo a disciplina aqui.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a ainda dispõe de um minuto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, antes de encerrar, Sr. Presidente, falarei da desoneração das exportações – a famosa Lei Kandir. Para se ter idéia do problema, o ressarcimento da União, que entre julho de 2000 e julho de 2001 significava cerca de 55% das perdas de ICMS, representou apenas 18,7% entre junho de 2003 e 2004. Ou seja, o ressarcimento do Governo Federal para as perdas dos Estados só vem diminuindo. De cerca de 18,3 bilhões de perdas nesse último período, a União só ressarciu apenas 3,4 bilhões para os Estados. Ou seja, ficou uma conta de 15 bilhões para os Estados pagarem. No caso de um Estado que triplicou suas exportações nos últimos seis anos – um resultado superior à média nacional – o prejuízo é enorme, é incalculável, é impagável. Em

junho de 2003 e em junho de 2004, a Bahia teve uma perda de R\$173 milhões.

Diante disso, Sr. Presidente, faço um apelo para que o Governo Federal volte seus olhos para o nosso Estado, reconheça seu crescimento e ajude a Bahia na empreitada de manter seu desenvolvimento, na expectativa de continuar fazendo da Bahia um exemplo para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O orador tem direito a dois minutos ainda além dos dez minutos.

O próximo orador inscrito, pela Liderança, é o Senador Flávio Arns.

S. Ex^a tem a palavra por cinco minutos improrrogáveis.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela Liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Colegas Senadores, gostaria de abordar, nestes cinco minutos em que falarei pela Liderança do Bloco de apoio ao Governo, a aprovação do Projeto de Biossegurança na noite de ontem na Câmara dos Deputados.

E como me manifestei contrariamente à aprovação do projeto quando apreciado por este Senado, eu gostaria de voltar a tocar em alguns aspectos importantes do projeto, já que se trata de um tema que merece reflexão, debate, discussão, aprofundamento e conhecimento por parte da sociedade.

Na verdade, quando se trata de embriões humanos, eu e qualquer pessoa somos contra a utilização de células-tronco para a melhoria do estado de saúde, para o combate às doenças, para que pessoas tenham uma vida digna, melhor e de mais qualidade. Todos os avanços que estamos observando no Brasil nessa área, seja no tratamento de doenças cardíacas ou de acidentes vasculares cerebrais, seja no tratamento de doenças como o diabetes, seja na melhoria de vida para pessoas paraplégicas ou tetraplégicas, todos esses avanços estão vindo da utilização de células-tronco adultas. Então, ninguém é contra a utilização de células-tronco adultas.

Agora, vamos para o outro lado: células-tronco embrionárias. Por exemplo, um casal que não tem condições de ter um filho vai a uma clínica de fertilização, submete-se a processos medicamentosos e, assim, ocorre a concepção *in vitro*. Ou seja, lá no laboratório, o óvulo é fertilizado pelo espermatozóide. Creio que é consenso entre nós de que aí começa a vida humana, quando o óvulo é fecundado pelo espermatozóide.

O Conselho Federal de Medicina diz que só podem ser fecundados quatro óvulos, para que essas quatro possibilidades de vida sejam implantadas na mulher. Se fossem implantados dez ou quinze, seria um problema para a mulher no caso de sucesso na fecundação de todos aqueles óvulos, de todos aqueles embriões.

Mas, no caso, as clínicas de fertilização, em vez de fazerem três ou quatro, conforme admite o Conselho Federal de Medicina, ou seja, um máximo de quatro, acabam produzindo oito, dez, quinze ou vinte embriões. Onde ficam esses outros embriões? Ficam congelados. Temos que pensar que esses embriões que estão lá congelados são seres vivos. Os casais que foram às clínicas de fertilização para esse processo de fecundação, na verdade, estão lá com embriões vivos, filhos congelados, porém, vivos.

Nesse sentido, o grande desafio hoje no Brasil é considerarmos que estaremos tirando a vida de um embrião. Essa vida está protegida pela Constituição com o dispositivo que fala sobre o direito à vida. Essa vida está protegida pelo Código Civil desde a conceção. Se daqui a vinte anos, essa vida se torne realidade, os direitos dessa pessoa estarão preservados pelo Código Civil.

Desse modo, o debate vai continuar nas instâncias jurídicas, certamente, mas é um debate que todos nós temos que aprofundar, cada qual com seu encaminhamento, prestando atenção no que estamos dizendo para os ouvintes de casa. Não pode ser dito para esses casais que foram às clínicas que o embrião é inviável e que não se pode transformá-lo numa criança. Mesmo depois de vinte anos, esse embrião pode se transformar numa criança, como já existem casos registrados no mundo. Os casais têm que ter consciência de que aqueles embriões são filhos deles. Se o direito à vida é uma cláusula pétreia da Constituição, esse é um direito indisponível. Nem mesmo os próprios casais podem dizer que os filhos podem ser utilizados para pesquisa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é um debate que tem que acontecer, é um debate que tem que continuar. As pessoas têm que se aprofundar no assunto, têm que refletir sobre o tema. Esperamos que isso aconteça no Brasil para a dignidade do ser humano. E essa dignidade começa na conceção.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra, por 10 minutos, ao Senador José Jorge, prorrogáveis por mais 2 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pediria permissão para me inscrever para uma comunicação inadiável. Ou isso foi excluído no pacote anti-Mão Santa?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Há três inscritos. V. Ex^a fica como primeiro suplente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É bom. Isso é coisa do Suassuna. Ele me colocou como suplente na CAE só porque eu votava contra tributo, imposto.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, na realidade, o assunto que me traz aqui é a condução da educação em nosso País.

Estou muito preocupado com a forma como o Governo do Presidente Lula – “Luiz Imposto Inácio da

Silva”, como disse o Senador Mão Santa – vem conduzindo a Educação em nosso País. Creio que estamos tratando esse assunto como se fosse uma pirâmide invertida. Já se passaram mais de 50% do tempo do Governo, que já venceu os dois primeiros anos, que seria, digamos, o prazo máximo para que o Governo tomasse alguma iniciativa.

Na realidade, todos, que somos homens públicos, sabemos que o Governo tem um ano para tomar as iniciativas para, em três anos, executar os projetos aos quais se dedica. O Governo Lula está no terceiro ano. Desafio todos os Senadores da base do Governo que estejam presentes. Vejo que não há nenhum Senador do PT presente, o que me deixa admirado porque já são 10 horas e 42 minutos. Creio que eles devem estar nos ministérios e, como são 36, demoram a percorrerlos. Peço que venha pelo menos um para, talvez, dar uma explicação.

Verifica-se que o Governo não tem nenhuma iniciativa, seja legislativa ou qualquer outra, nem no ensino fundamental, nem no infantil, nem no especial, em nenhum tipo de ensino.

A Educação tem um capítulo da Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases, no Plano Nacional de Educação. E o Governo, até agora, não propôs nenhuma mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nenhuma emenda à Constituição e nenhuma emenda ao Plano Nacional de Educação. Portanto, até agora, o Governo não tomou nenhuma iniciativa no ensino fundamental, nem na educação básica, nem na alfabetização de adultos, nem na educação especial.

A que o Governo se dedica? O Governo se dedica a uma reforma universitária polêmica, difícil e da qual estamos bastante longe de qualquer consenso.

O editorial do jornal **O Globo** de hoje tem sido publicado em vários jornais, como a **Folha de S.Paulo**, e **O Estado de S. Paulo**, e em várias revistas, e tem como título: “Passo atrás”. A reforma universitária, na realidade, pode representar um grave passo atrás na educação brasileira. Não vou discutir seu mérito porque o projeto ainda nem foi encaminhado ao Congresso. A reforma universitária ainda está em discussão na comunidade universitária, com os estudantes e professores. Trata-se da parte inicial da discussão. Depois, ela terá de ser encaminhada ao Congresso. O que acontece neste momento? Estamos aguardando o envio dessa proposta.

Sr. Presidente, o Governo publicou, na semana passada, um anúncio de página inteira em todos os jornais do País. Quanto custou um anúncio desses? O título é “Reforma da educação superior”. O anúncio foi muito mal elaborado, porque o nome está na vertical. Deve ter sido feito só para quem tem curso superior ou médio, porque quem não tem – e nessa parcela está incluída a maioria da população brasileira –, encontra muita dificuldade de ler um anúncio escrito na vertical. Eu, que tenho pós-graduação, tive dificuldade, pois não se vira um jornal para ler o que está escrito

na vertical. Na realidade, foi muito mal elaborado. Esse anúncio tem preciosidades como esta: "Não devemos construir abismos, e, sim, degraus de entendimento". Essa é uma frase chula que, na realidade, não significa nada e poderia servir para qualquer setor da educação. No final, diz o seguinte: "Na democracia é assim. Ainda bem". Não, na democracia não é assim. Todos os países democráticos do mundo dão prioridade ao ensino básico. Ele atinge a maioria da população de cada país.

Outro dia, uma grande revista nacional fez uma pesquisa comparando a situação econômica e social do Brasil com a Coréia do Sul. A pesquisa mostrou que, há cerca de vinte anos, tínhamos uma situação econômica melhor do que a Coréia do Sul. Hoje a Coréia do Sul tem uma situação muito superior à do Brasil. Por quê? Porque a Coréia do Sul investiu na educação de forma integral, não começando pelo ensino superior, mas pelo ensino básico, pela educação infantil, pelo ensino fundamental, pelo ensino médio, e assim por diante. Aqui, é o contrário; é o ensino superior que tem a prioridade única deste Governo.

Há uma frase aqui que considerei tão ruim que não posso deixar de lê-la, Sr. Presidente:

As universidades brasileiras devem ser pensadas em conexão com os grandes impasses que deverão ser superados pelo Brasil nas próximas décadas, interagindo com as vocações regionais, repartindo o saber e a tecnologia com aqueles que mais necessitam.

Quer dizer, são frases vazias das quais ninguém pode nem discordar porque não dizem nada.

Sr. Presidente, tivemos já neste Governo dois Ministros da Educação, começando pelo Ministro Cristovam Buarque, que tentou dar prioridade ao ensino básico, à educação dos analfabetos. Ele tentou alfabetizar aquela população mais carente. Essa foi a prioridade que S.Ex^a tentou dar. S.Ex^a foi demitido. Colocaram o Ministro Tarso Genro, que mudou completamente as prioridades do Governo, o que está errado. Um Governo tem que ter suas prioridades definidas na época da eleição. E, ali, não deve ser assim: se muda o Ministro A, muda a prioridade. Os Ministros A, B e C devem executar as prioridades definidas pelo Presidente da República, e não mudar a prioridade a cada troca de Ministro, como aconteceu neste Governo. Já não sabemos onde estão os projetos do Ministro Cristovam Buarque, que eram voltados para a população mais pobre do País.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, recentemente, o Presidente Lula – e o líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante também – anunciou do

Uruguai a reforma ministerial. Aliás, agora o Uruguai é o lugar onde se anuncia isso. Então, ficamos sabendo, que, na próxima semana, o Governo vai fazer uma reforma ministerial. O apelo que temos que fazer, como brasileiros, como senadores, é que nessa reforma ministerial, dê-se prioridade à competência, à vocação de cada Ministro para aquele setor.

No caso específico da educação, o Ministro Tarso Genro, que é um homem experiente, um político antigo, deve ter vocação para qualquer outro Ministério. S. Ex^a, inclusive, publicou um livro mostrando como se devem desenvolver no país as suas idéias políticas e sociais. Nesse livro de 200 páginas, Senador José Agripino, não foi citada nenhuma vez a palavra educação.

Ora, se penso que posso desenvolver, num país do tamanho do Brasil, ou de qualquer outro país, por menor que seja, sem tratar da educação, então, não posso ser Ministro da Educação. Posso ser o Ministro do Planejamento – se não me engano, está vazio – ou Ministro das Comunicações, que parece ser um Ministério fraco que não tem caneta. E parece que vão tirar o Ministro para um Ministério melhor. Enfim, há muitas oportunidades para um bom aproveitamento do Ministro Tarso Genro no sentido de que ele possa servir melhor ao país. Porque, na realidade, no Ministério da Educação, o que estamos vendo é uma tentativa de tumultuar o ensino superior nessa proposta. Não estou sequer julgando-a porque, na verdade, não conheço a proposta em detalhes. Só tenho visto reações e poucas são favoráveis. A maioria da sociedade brasileira é contrária. Na realidade, verificamos que a prioridade para o ensino fundamental, a prioridade para a educação infantil, para o ensino especial, etc. foi para a lixeira. O Governo desistiu de fazer aquelas mudanças que prometeu na campanha para melhorar a qualidade do ensino no Brasil.

Estou muito preocupado. Parece-me que esta seria uma boa oportunidade de o Presidente Lula, que vai fazer essa reforma, ampliá-la no sentido de melhorar a competência do Governo. Hoje, Senador José Agripino, temos 35 ou 36 Ministros. E ainda estou com medo de que, para colocar os aliados – Sua Exceléncia não quer tirar nenhum petista –, ainda crie dois ou três Ministérios. Já temos o maior número de ministérios do mundo. Nem na União Soviética havia tantos. Então, na realidade, temos um superministério, mas que é formado por uma maioria incompetente, que ninguém conhece. Há dois ou três Ministros que efetivamente trabalham; o restante, creio que nem o Presidente Lula se lembra do nome.

Então, meu apelo, o ponto mais importante deste discurso, é o seguinte: que o Governo dê prioridade à educação infantil, ao Ensino Fundamental, ao Ensí-

no Médio, ao ensino especial e a toda aquela área de educação voltada para a população mais pobre. Que o Governo discuta no Congresso a reforma universitária como parte de seu programa, mas não como programa único de uma administração. Em segundo lugar, que o Presidente aproveite a reforma ministerial para colocar em cada ministério uma pessoa vocacionada para aquele setor, e não pessoas que não acreditam na educação para cuidar desse ministério ou que não acreditam em saneamento para cuidar dessa área.

Para aproveitar meu último minuto, eu gostaria apenas de ressaltar algo. O Senador Cristovam Buarque sugeriu-me um movimento, ao qual me vou agregar, para somente discutirmos a reforma universitária quando chegarem ao Congresso as reformas da educação infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e do ensino especial. Quando esses seg-

mentos forem tratados, poderemos discutir a reforma universitária. De que adianta ter uma universidade "boa" com alunos que chegam lá despreparados, ou que só serve à elite? Queremos uma educação para o povo e que seja de qualidade, e não uma educação somente para a elite.

Sr. Presidente, peço que seja incluído em meu discurso e dado como lido o documento que segue.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

Reportagem de **O Globo**, "Passo atrás."

TEMA EM DISCUSSÃO: *Reforma universitária*

NOSSA OPINIÃO

Passo atrás

Centro de intenso e produtivo debate, a proposta do governo de reforma universitária pode ser contestada pela sua oportunidade. Pois antes de se tratar do ensino superior, as gritantes deficiências do ciclo médio reclamam tratamento urgente e prioritário. Mas esta é uma das deficiências menos graves do projeto.

Há vários pontos preocupantes na proposta do Ministério da Educação, praticamente todos derivados da perniciosa influência de corporações universitárias e dos ditos movimentos sociais na redação do projeto. A visão ideológica por trás do diagnóstico feito do setor e que inspira as mudanças sugeridas é a mesma da qual emergiu o projeto da Ancinav e fundamentou a decisão do governo de apoiar a criação do Conselho Federal de Jornalismo.

A autoritário e dirigista, o proje-

to original é preconceituoso contra o ensino privado, xenófobo — Harvard e Oxford estarão proibidos de se instalar no Brasil — e permite a infiltração na administração da Universidade de interesses corporativos e de organizações políticas e sociais. Uma reforma universitária que atrai o apoio do MST e da CUT merece ser analisada com atenção.

O controle sobre o ensino superior será exercido por conselhos, com representantes de sindicatos e agrupamentos políticos. O sistema de eleição direta, inadequado para a Universidade, passará a ser usado sem parcimônia.

E assim serão soterradas as esperanças de que o ensino superior brasileiro seja balizado pela meritocracia e constitua um pólo de excelência acadêmica, como ocorre nos países em desenvolvimento concorrentes do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do PSB e, se houver consentimento dos meus Pares, dos Líderes inscritos, que me dê preferência, porque daqui a pouco teremos, na Comissão de Direitos Humanos, uma audiência pública para tratar da mortalidade dos índios do Mato Grosso do Sul. Gostaria imensamente de participar desse debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Nobre Senador, o Senador Arthur Virgílio está inscrito na sua frente e após o Senador José Agripino. V. Ex^a falará em seguida.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, pela Liderança, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder)

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, ontem, ao lado do Senador Garibaldi Alves Filho, ao lado do Senador Fernando Bezerra, ao lado da maioria da Bancada Federal do meu Estado, de autoridades do meu Estado, estive no Ministério de Minas e Energia, acompanhando S. Ex^a a Governadora, para tratar, de forma suprapartidária, Senador Sérgio Cabral, de um assunto de interesse do meu Estado: a refinaria de petróleo que se pretende implantar no Nordeste. O Rio Grande do Norte é produtor de petróleo, julga-se habilitado a receber em seu território esse investimento, por isso fomos lá, reunidos, tratar desse assunto e manifestar ao Governo o interesse e a disposição de levar a negociação ao limite máximo, pelo interesse que temos na geração de emprego e renda em nosso Estado. Foi um movimento suprapartidário, que reuniu adversários e correligionários dos Governos Estadual e Federal.

Vi no **Jornal do Senado** a manifestação do Senador Marcelo Crivella feita ontem, quando foi apartado por V. Ex^a. O Senador é um homem ameno, com quem tenho as melhores relações pessoais – tenho e vou manter –, como tenho com V. Ex^a.

S. Ex^a se pronunciou sobre a questão da saúde do Município do Rio de Janeiro, apelando e falando no clamor pelo espírito público no sentido de garantir mais verbas para a reforma de hospitais, para remédios e instrumentos, para que médicos possam operar com tranquilidade. O Senador Marcelo Crivella referia-se a divergências circunstanciais ou permanentes entre

o Governo Municipal e o Governo Federal. Falava S. Ex^a sobre o clamor da saúde pública no Município do Rio de Janeiro, da necessidade de somarem-se forças a fim de arranjar recursos públicos para construir mais unidades, para garantir medicamentos e material hospitalar para prestação de um bom serviço público à população. Fazia a crítica, de forma educada, polida, à rusga entre o Prefeito César Maia e o Governo Federal.

Para me inteirar do assunto, tomei a liberdade de ligar para o Prefeito César Maia, que é tido, não por mim, mas pelas enquetes feitas pelo Brasil inteiro, como um dos melhores administradores municipais do Brasil, se não o melhor. O pavimento do Rio de Janeiro é bom, a educação é boa, os eventos que se praticam no Rio de Janeiro como o carnaval e tantos outros são da melhor qualidade, o Favela-Bairro é um modelo de programa social para o mundo, e é um programa da Prefeitura do Rio de Janeiro. Corrupção não existe no dicionário da Prefeitura do Rio de Janeiro. Mas, ultimamente, é verdade, a saúde pública vem sendo objeto de muita especulação negativa por parte da imprensa, e, ontem, por parte do pronunciamento do Senador Crivella.

Preocupado, eu pensava: será que o Prefeito César Maia é bom em tudo, só falha na saúde? Será que S. Ex^a tem implicância com a saúde do Município do Rio de Janeiro, ou algo diferente está ocorrendo? Liguei para S. Ex^a, que, serenamente, me deu informações que tenho o dever de repassar aos Srs. Senadores, porque aqui se tratou da questão saúde pública do Rio de Janeiro.

Senador Lobão, em 1999, à época do Prefeito Conde, foi assinado um convênio com o Governo Federal para repassar ao Município seis hospitais que eram federais: Hospital do Andaraí, de Ipanema, da Lagoa, Hospital Pinel, Hospital Raphael de Paula Souza e Nise da Silveira. No contrato/convênio assinado garantia-se a manutenção do pagamento do pessoal, dos servidores desses hospitais, inclusive na substituição por aposentadoria, transferência ou demissão.

O primeiro dado é que, em 2004, essas despesas somaram R\$46,6 milhões.

Senador Mão Santa, sabe quanto o Governo Federal, que assinou o contrato garantindo a reposição desse pessoal que seria pago pela União, transferiu para a Prefeitura do Rio de Janeiro? Dos R\$46,6 milhões prometidos, transferiu R\$5 milhões. Trata-se de um déficit apreciável, coberto integralmente pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que, para evitar o colapso da área de saúde, garantiu o que a União não pagou.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Senador José Agripino, vou conceder-lhe mais um minuto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

O mesmo contrato, Senadores João Capiberibe e Jonas Pinheiro, rezava a transferência de 28 unidades de saúde – postos, hospitais, centros de saúde, hospitais regionais ou não – e garantia, em 1999, a transferência, para custeio desses hospitais, de R\$170 milhões. De 1999 para cá, já se vão seis anos. Em seis anos, houve uma inflação pesada, pequena, mas chegou aos 100%. É de se supor que, em seis anos, essa verba de R\$170 milhões tenha chegado a cerca de R\$250 milhões, R\$300 milhões, para assegurar o custeio decente do que foi garantido pelo contrato em 1999.

Sabem de quanto é essa verba hoje? São os mesmos R\$170 milhões. Querem que a Prefeitura do Rio de Janeiro opere o milagre. E vem a crítica. Querem que o Prefeito César Maia não entre em confronto...

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aelton Freitas, 4º Suplente de Secretário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... Tiraram o som, mas pode continuar o debate. Cristo fez os melhores debates...

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Eu queria pedir a compreensão do nobre Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... O pacote anti-Mão Santa tira o som, mas pode continuar o debate...

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Compreenda, Senador Mão Santa. Não há pacote. Sou solidário a V. Ex^a, mas compreenda que se trata de uma decisão de Líderes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem.) – Sugiro que o Senador José Agripino se inscreva como Líder da Minoria. Assim, poderiam ser concedidos mais cinco minutos a S. Ex^a, que teria, portanto, o tempo necessário para concluir seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O pacote anti-Mão Santa foi errado. Primeiro porque o Líder do PMDB não me representa; eu represento o povo livre...

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Senador José Agripino, solicito a V. Ex^a que volte logo em seguida, como Líder da Minoria, para concluir o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pode continuar. O tema é muito importante, mais importante e maior do que a mente miúda que tira a liberdade de um assunto. Quero dizer a V. Ex^a que ontem recebi... Aqui não há negócio de Regimento, não. Aqui ninguém vai calar, não vai ter Tião, não vai ter pacote, não.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Recebi ontem uma visita do Estado do Rio de Janeiro, do representante dos doentes de insuficiência renal...

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Senador Mão Santa, é até uma questão de respeito a todos. Voltamos logo em seguida.

Com a palavra agora o nobre Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB. Logo em seguida, o Senador José Agripino, para continuarmos o debate.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... V. Ex^a deveria abrir o Dicionário...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu troco. O Senador José Agripino continua na tribuna, e eu falo em seguida a S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Assim está definido. E, por favor, comprendam que houve um acordo feito pela Mesa e aprovado pelas Lideranças, o qual está na mesa de cada um dos nobres Senadores.

Então, voltemos a palavra ao Senador José Agripino, pela Liderança da Minoria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero inicialmente agradecer a V. Ex^a. Sou disciplinado e iria, agradecendo a deferência do Senador Arthur Virgílio, voltar para a minha cadeira e aguardar a palavra quando me fosse concedida.

Agradeço o cavalheirismo de V. Ex^a. Participei do acordo, estou inteiramente acorde com as regras, e, como homem disciplinado que sou, iria procurar completar o meu raciocínio no momento a seguir. Mas fico grato pela maneira cavalheiresca como V. Ex^a está conduzindo esta sessão e liderou este episódio.

Falta-me pouco para concluir meu raciocínio.

A Prefeitura do Rio de Janeiro assinou um contrato e tem todo o direito de ver honrado esse contrato, que garante, para os seis hospitais que eram federais e passaram a ser municipais, a reposição, ao longo do tempo, do pessoal. O valor referente a quem foi transferido, demitido ou aposentado é reposto, e a União

garante o pagamento. No entanto, esses valores, que atingiram R\$46,6 milhões em 2004, não foram resarcidos pela União. Apenas R\$5 milhões, Senador Sérgio Cabral, foram garantidos pelo Governo central. Toda a diferença foi bancada pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Senador Sérgio Cabral, gostaria muito de conceder um aparte a V. Ex^a, mas infelizmente o Regimento não permite, quando se faz uso da palavra pela Liderança, a concessão de apartes. Lamento profundamente.

O segundo ponto é que as 28 unidades de saúde estão incluídas no mesmo contrato, assinado pelo Prefeito Conde, em 1999. Eles eram federais e passaram todos a ser municipais e a participar do programa do SUS, que garantia R\$170 milhões em 1999. Nunca se corrigiu um real! São os mesmos R\$170 milhões, e desejam que o Prefeito César Maia agüente quietinho as críticas, sem dizer a realidade.

S. Ex^a, que é um irrequieto profissional, e tem de sê-lo – por isso é um grande Prefeito e um grande Administrador –, protesta porque não pode conviver com tamanho problema em sua administração. Um problema do tamanho de R\$280 milhões, que é o déficit completo. A Prefeitura do Rio de Janeiro tem um déficit – anotei os números – de R\$180 milhões com pagamento de pessoal nos seis hospitais, porque cobriu integralmente a diferença, ao longo desses anos, para evitar a falência do sistema de saúde do Município, e conta com um déficit de R\$100 milhões no custeio, congelados em R\$170 milhões, de 1999 para cá.

O que desejo dizer e qual a conclamação que quero fazer? Assim como o Senador Crivella clamou pela união de forças políticas para que se socorresse a saúde pública do Rio, estive em uma solenidade ontem, na sede de um Ministério do Governo do PT – que combato desta tribuna –, para defender o interesse do meu Estado suprapartidariamente.

Quero fazer uma convocação ao Senador Marcelo Crivella, ao Senador Sérgio Cabral, aos Senadores do Rio de Janeiro para que se somem ao interesse público do Rio de Janeiro, para que esse déficit de R\$180 milhões seja coberto. Em vez de haver arenga entre o Prefeito e a União, que os Senadores do Rio de Janeiro – esta é a minha conclamação – se somem ao interesse público desse Estado.

O Senador Marcelo Crivella fica desde já conclamado por mim a, de acordo com o discurso que fez ontem, somar-se na tarefa, que é do Prefeito César Maia, de conseguir cobrir esse déficit. Administrador bom não faz milagre sem dinheiro. Não conheço! É preciso que haja um mínimo de recursos para que, com competência administrativa – que o Prefeito tem –, a população

seja atendida com o que tem direito: a saúde pública, que quero que vá bem no Rio de Janeiro.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Permita-me V. Ex^a um aparte antes de concluir o seu discurso?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Infelizmente, Senador Edison Lobão, não posso concedê-lo, porque à Liderança não é possível. Lamento profundamente.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

Como fui citado, pelo Regimento Interno tenho o direito a fazer ao menos um esclarecimento ao Senador José Agripino Maia, a quem tanto prezo.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Pois não, Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Senador José Agripino, tenho me envolvido muito mesmo nesse assunto da saúde pública na cidade do Rio de Janeiro, e essa relação belicosa entre a Prefeitura e o Governo Federal foi condenada por mim desde o início. Mas quero esclarecer a V. Ex^a que o assunto da saúde pública no Município do Rio de Janeiro vai muito além da má relação do Governo Federal com a Prefeitura. Os hospitais públicos administrados pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro – e foi o que eu disse aqui ontem –, como o Miguel Couto, o Souza Aguiar e postos de saúde, não vão bem há muito tempo. Não são os R\$46 milhões, dos quais a União só repassou R\$5 milhões, o vilão dessa história. Há muito tempo que a administração da saúde pública do Município do Rio de Janeiro vai muito mal.

O Prefeito César Maia, na sua primeira gestão, teve o bom senso de manter, como Secretário de Saúde, o Dr. Ronaldo Luiz Gazolla, que já vinha da gestão do Prefeito Marcelo Alencar e que o Prefeito Conde também teve o bom senso de manter. No entanto, no atual mandato, houve mudança na gestão pública da saúde no Município do Rio de Janeiro. Não é implicância do Sindicato dos Médicos, não é implicância do Conselho Regional de Medicina, não é implicância do Ministério Público e não é implicância de quem está lá passando a madrugada para ser atendido e muitas vezes não chega a sê-lo. Isso é fato.

No entanto, concordo com V. Ex^a. Já me coloquei à disposição do Prefeito. O Prefeito sempre contou – e sabe disso –, nesses dois anos que estou aqui no Senado Federal, com a minha boa vontade, porque defender a cidade do Rio de Janeiro está acima de qualquer coisa. Concordo com V. Ex^a.

É certo, também, que o Governo Federal é padrasto com o Rio de Janeiro. Eu disse isso ontem aqui também. É certo. O último grande investimento feito

pelo Governo Federal no Rio de Janeiro foi a ampliação da infra-estrutura do metrô, na cidade do Rio de Janeiro, feita pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. De lá para cá, quase nada foi feito. Nesses dois anos em que o PT está à frente do Governo Federal, nada foi feito pelo Rio de Janeiro. Mas isso não exime o prefeito e sua administração da responsabilidade, porque o problema não está apenas nos hospitais municipalizados, que eram federais, mas está generalizado na saúde pública. Digo isso sem nenhum prazer. O próprio prefeito, na sua campanha, pela imprensa, reconheceu os erros na área da saúde. Ainda há muito o que fazer.

Houve um momento em que se criticava o atendimento de pessoas do Grande Rio – Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São Gonçalo. Fizemos um levantamento e verificamos, por exemplo, que na Grande Recife, os hospitais municipais de Recife, e na Grande Salvador, os hospitais municipais de Salvador, a rede pública das capitais nordestinas e até do Sul recebem muito mais pacientes do que a cidade do Rio de Janeiro. Então, o vilão não é o morador da Baixada Fluminense, de São Gonçalo ou de Niterói.

Para resolver esse problema, estou à disposição do prefeito, que poderá contar comigo, com minha boa vontade para ajudar, acima de siglas partidárias. Aliás, o prefeito é meu amigo pessoal. V. Ex^a tem razão ao dizer que ele é um grande administrador, mas, sobre este assunto, há problemas reais na prefeitura.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Para uma explicação pessoal, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria agradecer a manifestação do Senador Sérgio Cabral, sempre cordato, sempre cordial e sempre coerente. Quero agradecer pela exposição que S. Ex^a fez sobre a questão da saúde pública no Rio de Janeiro e, mais do que isso, pela disposição que, com espírito público, manifesta para, ao lado do Prefeito do Rio de Janeiro, ajudar, mais do que o Prefeito, o Município do Rio de Janeiro a encontrar uma saída para um problema que é do Brasil inteiro, a saúde pública, que tem de ter, para a sua solução, não arenga, mas a somação de esforços políticos.

Meu agradecimento ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes de falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Pela inscrição, falará o nobre Senador Arthur

Virgílio. Logo em seguida falará o Senador Edison Lobão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, posso até falar após o Senador Edison Lobão. São duas coisas. Peço a palavra pela ordem para encaminhar três requerimentos de informação e, em seguida, pedirei a palavra como Líder do Partido.

O primeiro requerimento, Sr. Presidente, diz respeito à conduta de um ex-assessor especial do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, um controlador e administrador de um banco no Caribe. Pergunto ao Ministro Furlan se a nomeação desse cidadão é compatível com a legalidade e com o princípio da moralidade. Pergunto se, nos assentamentos profissionais dele, constava essa titularidade, esse tal banco lá no paraíso fiscal, além de outras perguntas do mesmo calibre.

O outro requerimento diz respeito ao mesmo tema, Sr. Presidente. Pergunto ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República se o Sr. Renello Parrini, ex-assessor especial do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior teve a sua nomeação examinada pela Abin. Quero saber toda a gênese, toda a origem da nomeação desse cidadão. Não podemos ser um país que se acostuma com o escândalo, que acha que o escândalo é natural. O escândalo só dura uma semana. Depois, esperamos um novo, e assim vamos vivendo de escândalo em escândalo, e o Brasil não sai disso.

O terceiro requerimento de informação também é dirigido ao General Jorge Armando Félix, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Pergunto – e acho que o Brasil inteiro vai querer saber disso com detalhes – quais as justificativas que levaram a Agência Brasileira de Inteligência a optar por realizar intercâmbio com o sistema de inteligência do ditador Fidel Castro. Pergunto quais as atribuições da Dirección General de Inteligencia cubana, quais as experiências que o Brasil pretende assimilar. Quero saber o que a Abin, que nasce para servir a um Estado democrático, pode aprender com um serviço de inteligência de uma ditadura.

São requerimentos que encaminho à Mesa, Sr. Presidente, por ser este o meu dever como Líder de um Partido como o PSDB, ao mesmo tempo em que peço a palavra, como Líder, para pronunciar o meu discurso de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Senador Arthur Virgílio, pelo item III do acordo feito, se V. Ex^a concordar, quero prorrogar por dois minutos, estendendo-se por até cinco minutos, porque

aqui diz que a palavra será concedida ao Líder uma única vez por sessão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pedi a palavra pela ordem para explicar à Casa que estou encaminhando três requerimentos. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Digo a V. Ex^a que, de bom grado, colaborei com a mudança no Regimento só porque me assegurei, em primeiro lugar, – o que para mim é uma verdade permanente – do bom senso, da boa vontade e da seriedade do Presidente Renan Calheiros e, em segundo lugar, porque não caberia, de jeito algum, que aqui ficássemos limitando a palavra da oposição. Democracia sem oposição funcionando não existe. Então, são duas coisas bem diferentes, uma coisa é o Flamengo e outra é o Fluminense. Flamengo: apresentei três requerimentos; Fluminense: quero a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Está explicado.

Com a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio, por cinco minutos. Em seguida, falará o Senador Edison Lobão e depois o Senador João Capiberibe.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Se o Senador Arthur Virgílio permitir, falarei por meio minuto apenas, para uma explicação.

Sr. Presidente, o Líder José Agripino fala com toda a legitimidade por toda a nossa Bancada, e o faz com extrema competência. Tudo quanto S. Ex^a aqui aludiu a respeito da saúde no Rio de Janeiro tem o aval de seu Partido, o PFL, e, estou convencido, o aval de todos os Senadores do Brasil, porque se trata da saúde do Rio de Janeiro, que é uma segunda capital brasileira. Para lá acorrem brasileiros de todos os Estados. Quero fazer um apelo para que o Governo Federal não despreze a saúde do Rio de Janeiro.

Tivemos como Ministro da Saúde o Dr. José Serra, extremamente capaz. Que o atual Ministro não desfaça aquilo que de positivo foi feito pelo governo passado, com José Serra no Ministério da Saúde.

É preciso ajudar o Rio de Janeiro a ajudar todos os brasileiros.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA. s e Srs. Senadores, o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, concedeu ao jornal **O Globo** entrevista, a meu ver, atrasada, estranha, artificial, odiosa – aliás, estou cada vez mais convencido de que essa prática odiosa faz parte da sua personalidade – e que não

colabora com coisa alguma, já muito bem respondida no próprio **O Globo** pelo Líder do meu Partido na Câmara, Deputado Alberto Goldmann. O Ministro ali se embrenha pelas matas da contradição, da falta de respeito à coerência.

Hoje, o jornal **Folha de S.Paulo**, na seção Painel, publica:

Memória fraca 1.

José Dirceu diz que o PT nunca agiu como o PSDB faz hoje ao pedir investigação contra Lula. Porém, em 16 de outubro de 1999, o diretório paulista aprovou o slogan “Fora FHC e FMI”. A proposta era do Deputado João Paulo Cunha, quem sabe, futuro ministro. Quem está falando sobre a possibilidade de S. Ex^a ser ministro sou eu, e não a Folha de S.Paulo.

Memória fraca 2.

De Lula, na Marcha dos 100 Mil – nem foi o Ministro José Dirceu, mas o próprio Lula –, em agosto de 99: “Temos de fazer milhares de movimentos como este, até tirar essa gente do poder”.

Ou seja, ele falava claramente em golpe, em “tirar essa gente do poder”, em desrespeitar o resultado das urnas. Vejam que o Presidente Lula não fala tolices de agora; é coisa que vem há tempos.

Continua a nota:

Na véspera, dizia que “pode-se até chegar ao *impeachment* [de FHC].”

O Ministro José Dirceu, a meu ver, corresponde a um poder esmaecido, amarelado pelo tempo. Enquanto não se explicar para valer essa história do tal caso Waldomiro, o escândalo Waldomiro... Aliás, estamos com dois pedidos de abertura de comissões parlamentares de inquérito. Pedi uma CPI para investigar as privatizações ocorridas durante o governo do qual fui Líder e Ministro, com 22 assinaturas, e outra para investigar o caso Waldomiro Diniz, pela milésima vez.

Não quero me convencer de que o Presidente Lula seja contra e que leve sua base a também ser contra a essas CPIs, primeiro, por se tratar de uma comissão para investigar um escândalo ocorrido na sua gestão – isso seria indecoroso – e, segundo, por se recusar a investigar suposto caso de corrupção no governo passado. O Presidente Lula não foi eleito para ser o maior engavetador de investigação desta República. Não foi para isso que ele se elegeu.

Portanto, estou aguardando – não foi desafio, não, mas uma convocação cívica – que a base governista acorra a apor sua assinatura aos requerimentos de criação das duas CPIs. Vamos acabar instalando-

as mesmo, porque já existem 22 assinaturas e faltam nomes que são votos certos e assinaturas, portanto, mais do que certas. Estamos fazendo a coleta. Muito mais do que pedindo assinaturas, estamos sendo procurados por pessoas que querem assinar os dois requerimentos. Até agora, ninguém da base se manifestou. É como se eu não tivesse falado neste plenário. Reconheço minha pouca ou nenhuma importância. Mas é como se o Líder do PSDB – esse teria que ter alguma relevância – não tivesse falado, como se não houvesse claramente feito o questionamento que a Nação haverá de fazer aos Líderes da base do Governo.

Há requerimentos para criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o Governo Fernando Henrique e de outra para investigar o Governo Lula – e o Governo não os assina. Não sei o que é pior. Sinceramente, não sei o que é mais sério, mais grave, mais constrangedor, mais humilhante para o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG. *Fazendo soar a campainha.*) – O tempo de V. Ex^a será prorrogado por 2 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

Não sei o que é mais denegridor da biografia do Presidente Lula, um sujeito, uma pessoa, um cidadão que, em 1999, falava em *impeachment* do Presidente Fernando Henrique Cardoso, “Fora FHC”, nas suas passeatas, e que, agora, se está confrontando com sua vocação passeateira e com sua obrigação de governar – ele se sai bem ainda na vocação passeateira, pois não senta para governar.

A Nação está vendo que há um choque muito grande, quase um choque anafilático, que pode significar a morte política de alguém. O Presidente Lula, que clamava “Fora FHC” em 1999, agora não quer investigar o Fernando Henrique Cardoso pelo mesmo motivo por que pedia o *impeachment*. Isso é terrivelmente grave! *Impeachment* a Fernando Henrique por causa das privatizações era o que ele queria em 1999 ou será que só queria voto? Não quero acreditar nisso.

O que mudou para o Senhor Lula não querer agora a investigação do Governo Fernando Henrique? Mudou o Lula, porque o caso não mudou. É claro que o que Sua Excelência não quer, sobretudo, é ver investigado o caso Waldomiro Diniz, cadáver insepulto a deixar nervoso o Ministro José Dirceu, que fica propagando o seu ódio. Quanto mais ódio propaga, pensa que vai retomando o poder que perdeu. Ele perdeu poder porque não tem condição moral de acusar ninguém enquanto não explicar para valer o caso Waldomiro Diniz.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra, como Líder do PSB, ao nobre Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, realmente o nosso País tem grandes contrastes. É capaz de grandes proezas no campo da ciência, de produzir seqüenciamento genético de um lado e, de outro, presenciar mortes por malária e verminose. Trata-se de um País onde se noticiam, a cada dia, situações de contrastes e de absurdos, como é o caso da morte dos índios do Mato Grosso do Sul, que estão morrendo de fome, cercados de grandes plantações de soja. Mas trata-se também de um País cheio de esperança.

Sr. Presidente, trago para entregar à Mesa do Senado um projeto que faz renascer a esperança de uma convivência democrática entre as diferenças étnicas da Nação. O Brasil é o País da diversidade. Trago um livro produzido a partir do encontro entre várias etnias do meu Estado do Amapá – Tumucumaque, Apalai, Kaxuyana e Tirió – e habitantes da fronteira do nosso País com a Guiana, que se consideram brasileiros, os povos de etnia Palikur.

Um projeto de 2001 juntou músicos indígenas, músicos eruditos da Orquestra de Câmera do Teatro Municipal de São Paulo, músicos da Escola de Música Erudita do Amapá, da Escola Valquíria Lima. O livro foi produzido com apoio do Ministério da Cultura, com o apoio decisivo do Ministro Gilberto Gil e com o apoio do Sesc São Paulo por intermédio da figura iluminada do Dr. Danilo. Produzimos um espetáculo, juntando índios e brancos no Teatro Sesc Pinheiros, em São Paulo, e elaboramos um livro contando a história da integração entre culturas tão diferentes. É exatamente disso que o Brasil precisa.

Vejo os confrontos de idéias no Senado em que se contrapõem Governo e Oposição e o momento conflituoso em que vivemos. O Brasil continua convivendo com a barbárie, com assassinatos, como o caso da Irmã Dorothy, no Xingu, na Terra do Meio, em Anapu, e de várias outras lideranças. O que mais dói quando se assassina uma liderança é que se mata o começo, se destrói a possibilidade que há de vir. Quando se liquida a liderança, se liquidam os projetos, as expectativas.

Portanto, é hora de sentarmos para discutir um modelo de desenvolvimento que tenha a nossa cara, que tenha a nossa diversidade principalmente numa região como a amazônica, onde há preocupação de que as terras públicas sejam invadidas, griladas, onde se pratica, impunemente, a destruição do patrimônio ambiental, do conjunto da sociedade brasileira.

Há algo mais grave: aqui se protestou porque o Sr. Pascal Lamy, Comissário da União Européia, propôs que a Amazônia fosse gerida coletivamente. Evidentemente, isso é um absurdo, mas também é um absurdo que não tenhamos um projeto de desenvolvimento que conte com o crescimento econômico, a eqüidade social e, sobretudo, a responsabilidade com o patrimônio ambiental daquela região. Se é absurdo que o Sr. Pascal Lamy se insira nos problemas do nosso País, mais absurdo é esse esquecimento que consideramos dos problemas da Amazônia. A Amazônia não é um problema, a Amazônia é uma solução econômica viável para este País. Mas precisamos construir um modelo nosso. Não podemos continuar reproduzindo um modelo importado que atende os interesses externos. Temos que produzir um modelo de desenvolvimento que corresponda aos nossos interesses.

A oportunidade é esta. A crise que se instalou trouxe muitos assassinatos a Anapu e, com a repressão existente naquela área, poderá fazer com que grileiros e madeireiros se mudem amanhã para o Amapá. Preocupa-nos o fato de haver uma combinação para produzir invasões de terras públicas no meu Estado, um Estado preservado cuja população pretende ter um outro destino.

Encerro, Sr. Presidente, entregando à Mesa o resultado de um projeto concreto, que, por intermédio da música, permitiu a convivência entre culturas tão diferentes. Trata-se de índios que viajaram horas de canoa e de avião para chegar ao Teatro Sesc Pinheiros, em São Paulo, e se juntar a músicos clássicos, instrumentais de origem européia para produzir um espetáculo que lotou aquele teatro durante três dias e que sensibilizou, com certeza, todos os que tiveram oportunidade de participar.

Eu gostaria de trazê-los a Brasília para que o Governo, para que a Oposição, para que nós, tomadores de decisões, pudéssemos presenciar esse encontro harmonioso de cultura e resgatar o genocídio que praticamos contra os povos indígenas.

Só pode haver democracia em nosso País se estivermos dispostos a conviver com as diferenças.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Capibe-ribe, o Sr. Aelton Freitas, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco/PI – ES) – Prorrogue a Hora do Expediente por cinco minutos para as comunicações inadiáveis.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, logo após a promulgação da Carta Magna, em 1988, já se discutia se o modo pelo qual se relacionariam os entes federativos, em termos de competência tributária e repartição das receitas, não comprometeria, em médio e longo prazos, a autonomia financeira da União.

O modelo constitucional originariamente concebido trouxe alterações na repartição das receitas tributárias, alterações que, a olhos vistos, favoreciam Estados e Municípios e, em contrapartida, pareciam lesar a União.

De acordo com a maioria dos analistas, isto aconteceu porque, junto com a nova repartição, não se promoveu uma transferência de competências correspondente a ela em termos de gastos. A Constituição de 1988 descentralizou receitas, mas não despesas, o que, especialmente no início da década de 90, viria a agravar o déficit fiscal contra o qual o Poder Executivo Federal já vinha se debatendo.

Ocorre, porém, que muita coisa mudou na última década. Com a elaboração de emendas constitucionais, medidas provisórias e leis ordinárias, além de outros diplomas legais, a União buscou, de toda forma, compensar a perda de receita, não sem repercussões para Estados e Municípios.

Mas, surpreendentemente, SRA.s e Srs. Senadores, nesse período, as receitas dos entes federativos sub-nacionais igualmente aumentaram, tanto em termos reais quanto em percentual do PIB, embora numa proporção muito inferior à da União.

Por que será, então, que, como todos sabemos, a imensa maioria dos Estados e Municípios brasileiros passa atualmente por sérios apertos para cumprir suas responsabilidades? Ora, isso se explica pelo simples fato de que, ao longo desses últimos dez anos, a União acabou por atribuir aos entes federativos sub-nacionais novos encargos em competências materiais, e não se preocupou em fazer a reposição em forma de arrecadação, aumentando a receita.

Mais do que isso, houve também, para os Estados e Municípios, um severo aperto fiscal, justificado pela contínua necessidade de gerar superávits orçamentários a fim de honrar as dívidas estaduais e municipais, nos termos dos acordos de renegociação firmados com a União.

Eu próprio, havendo sido prefeito de uma cidade relativamente pequena, a cidade de Iturama, no Pontal do Triângulo Mineiro, estou bem familiarizado com as tantas dificuldades que uma administração municipal, particularmente, tem de enfrentar para pôr em prática

as políticas públicas e atender a todas as obrigações que lhe cabem.

Ora, remonto a todo esse processo, Sr. Presidente, justamente porque, neste preciso momento, centenas de Prefeitos recém-empossados em todo o País se deparam com débitos vultosos de natureza previdenciária, por exemplo, que os impedem de obter junto ao Ministério da Previdência a Certidão Negativa de Débito (CND). Sem essa certidão, os Municípios não têm como se habilitar a receber repasses de recursos da União, a exemplo dos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e do Fundo Constitucional do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Num país em que 60% dos Municípios dependem basicamente das transferências de recursos da União e dos Estados para subsistir, a situação atual dos Prefeitos assume contornos trágicos. Conforme a recente pesquisa “Perfil dos Municípios Brasileiros”, divulgada no último mês de outubro pelo IBGE, do total de receitas desses Municípios, 85% eram provenientes de transferências federais e estaduais.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG.) – Sr. Presidente, peço um minuto apenas a fim de concluir meu raciocínio e o pronunciamento.

Sensibilizado pelo problema, tenho mantido contato com técnicos do Ministério da Previdência, com o intuito de encontrar algumas saídas para esses Municípios. A solução mais viável que até o momento se aventou é a prorrogação do prazo estabelecido para o Programa de Recuperação Fiscal – Refis, de 60 para 240 meses, que seria o mínimo necessário, o que vai possibilitar o reparcelamento das dívidas municipais e livrar os Municípios da pecha de inadimplentes. Desta forma, Sr. Presidente, eles ficariam novamente aptos a receber pelo menos os repasses a que têm direito.

Para que isso ocorra, basta ao Governo Federal a boa vontade de editar uma simples medida provisória, que, a propósito, esta sim, preencheria indiscutivelmente de forma plena os requisitos de relevância e urgência ditados pelo art. 62 da Constituição Federal.

É esse o motivo deste breve discurso. Venho convidá-los a comigo comprar esta causa e combater, da forma que lhes parecer mais oportuna e eficaz, junto ao Poder Executivo, pela edição da medida provisória. Se ficarmos impassíveis, não estaremos cumprindo uma importante função do mandato parlamentar que nos cabe e que é justamente a de batalhar junto ao Governo Federal por ações que garantam a sobrevivência e o desenvolvimento de nossas cidades e de nossa gente.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Prorrogue a Hora do Expediente.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, ilustre Senador do Nordeste, SRA.s e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação.

Há pouco estávamos debatendo. Entendo que o pacote de modificações não é satisfatório. Quando se tratasse de assunto significativo, deveria haver um plebiscito por parte do Plenário; ou seja, se deveria continuar o debate ou não. Essa é a verdade.

Senador Aelton Freitas, é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. O problema era de saúde do Rio de Janeiro. E ninguém melhor do que eu para procurar entender os problemas de saúde, médico cirurgião que sou há trinta e oito anos.

É uma calamidade, Sr. Presidente! A imprensa é privada. Mas atualmente, em um país capitalista, quem paga a imprensa é o Governo Federal, o Governo Estadual e o Governo Municipal. Assim sendo, ela não fala, não critica. A calamidade no Rio de Janeiro e, por conseguinte, no Brasil todo, é escondida. Esta é a única tribuna livre, é o único sistema de comunicação que a democracia nos permite.

Senador Garibaldi, ontem, vi chorar em meu gabinete o Presidente da Associação dos Portadores de Insuficiência Renal e Transplantados. Disse-me ele que, em onze anos, a situação nunca esteve tão ruim como agora. São sessenta mil brasileiros sujeitos à diálise peritoneal. É um calvário. Qualquer doença é ruim, mas essa é crônica. O paciente é submetido a tratamento quatro vezes por semana, por quatro horas. E não houve atualização. Se a clínica não recebe o paciente, o Ministério Público manda prender o dono. Então, o que eles estão fazendo? Usando o jeitinho brasileiro. Em vez de quatro aplicações semanais, por quatro horas, fazem duas, por duas horas. Estão, assim, diminuindo o medicamento, a segurança, o apoio médico e de enfermagem. Queríamos denunciar isso.

Pior ainda, Senador Aelton Freitas, eram 60 mil doentes. Mas, Senador Garibaldi, como o diagnóstico dessas doenças está mais fácil, talvez em razão de exames especializados, realizados por meio da dosagem de uréia, creatinina, o clearance, constata-se o aumento do número de doentes renais. E o País não tem um sistema de atendimento aos portadores de

insuficiência renal, que sonham em entrar na fila de transplante, esse ainda é mais difícil de obter.

São essas ponderações que faço ao Governo, que tem mostrado tanta competência e capacidade em cobrar e aumentar impostos, de tal maneira que o povo do Brasil já batizou o Presidente da República de Luiz "Imposto" Lula da Silva. Que Sua Excelênciia retribua esses impostos na forma de melhoria da saúde, de criação de unidades de atendimento, uma vez que essas unidades são quase todas privadas. O Governo Federal detém 50% dessas unidades em hospitais universitários e santas casas, mas as unidades privadas precisam ter atualizados os seus pagamentos, para devolverem àqueles pacientes de insuficiência renal dias melhores.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência comunica às SRA.s e Srs. Senadores que a sessão especial destinada a homenagear a cidade de Brasília, pela passagem do seu 45º aniversário, será realizada dia 20 de abril do corrente, às 11 horas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

SRA.s e Srs. Senadores, não havendo chegado à Presidência informação sobre o acordo de Lideranças para a deliberação sobre a Medida Provisória nº 225, de 2004, constante do item 1 da pauta, a Presidência dá por encerrada a Ordem do Dia.

Nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, todas as deliberações legislativas estão, portanto, sobrestadas.

São os seguintes os itens sobrestados:

– 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 225 DE 2004

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 225, de 2004, que autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cintas-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã.

Relator revisor:

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que *dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade.*

Parecer favorável, sob nº 1.696, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.320, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lício Alcântara.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda

à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 73, DE 1999

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *incluir novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal.* (Participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 7 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família.

– 8 –

REQUERIMENTO N° 8, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

– 9 –

REQUERIMENTO N° 22, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 10 –

REQUERIMENTO N° 44, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 11 –

REQUERIMENTO N° 55, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 12 –

REQUERIMENTO N° 60, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Shiessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano.

– 13 –

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 14 –

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a criação de Comissão, composta de cinco membros, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

O Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, por 20 minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, venho à tribuna para falar da agricultura. Hoje, pela manhã, nós, da Bancada do PMDB, tomamos café com o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues – V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves, também estava lá. Na ocasião, o Ministro comentava as safras recordes obtidas pelo Brasil nos últimos anos. Dizia também S. Ex^a que, este ano, a safra poderia alcançar 130 milhões de toneladas. Observei ao Ministro que, infelizmente, os preços não alcançaram os mesmos recordes e que meu Estado, Rondônia, é por eles atingido. Entreguei um ofício ao Sr. Ministro, no qual informava a situação dos produtores de Rondônia, que não estão conseguindo pagar os seus débitos com o Banco do Brasil e Banco da Amazônia.

No final da semana passada, produtores se reuniram no Município de Cerejeiras, grande produtor de soja e de arroz, para tratar do alongamento da dívida, uma vez que não estão conseguindo pagá-la e temem tornar-se inadimplentes.

Poderia citar os 52 Municípios de Rondônia, mas me refiro a alguns Municípios da região sul do Estado, como Vilhena, Cerejeira, Colorado, Corumbiaria, Chupinguaia, Pimenteiras, Cabixi.

Ilustro agora a situação de Cabixi, um pequeno Município do meu Estado, que está produzindo este ano

500 mil sacas de arroz, 300 mil sacas de soja e perto de 100 mil sacas de milho. A Conab começa a comprar o arroz ao preço de R\$20,70. Esse preço não cobre o custo da produção. Há um agravante: a Conab paga por uma saca de 50 quilos R\$20,70, na Região Sul; na Região Norte, o mesmo preço é pago por uma saca de 60 quilos. Tal discrepância, vem tornando o preço do produto mais baixo lá no Estado de Rondônia.

Apelei ao Ministro Rodrigues para que atuasse junto à Conab, no sentido de para que a Companhia diminuisse o peso da saca de 60 quilos para 50 quilos – o que talvez aumentasse o lucro do produtor um pouquinho –, ou que a Conab praticasse o preço da agricultura familiar, em que a saca custa R\$25,00. Nesse caso, a Conab só compra a produção de até 100 sacas. Quem não se enquadra no modelo da agricultura familiar, o produtor de mais de 100 sacas, a Conab paga apenas R\$20,70.

Lamentavelmente, o preço praticado hoje para o arroz, a soja, o milho está inviabilizando a produção agrícola no meu Estado. Os produtores, muitos deles com dívidas do passado, começam agora a assumir novas dívidas.

Sr. Presidente, não vou usar os 20 minutos a que tenho direito, dando, assim, mais tempo aos demais oradores. Mas apelo desta tribuna ao Senhor Presidente da República, ao Ministro da Agricultura, à Superintendência do Basa, Banco da Amazônia, e do Banco do Brasil para que analise com carinho a situação dos produtores do Estado de Rondônia. Com este meu apelo, talvez aqueles produtores recebam alento para continuar na roça, morando em suas propriedades. No passado, vimos muita gente abandonando suas glebas, suas terras para tentar a vida na cidade. Um novo êxodo rural ocorrerá se essa situação se mantiver. Em Rondônia há ainda 90 mil produtores na área rural, um número significativo. Esperamos, portanto, possam ser atendidas as reivindicações dos produtores rurais, o que lhes permitirá criarem os filhos com dignidade e manterem-se em suas propriedades.

Aproveito o tempo que me resta para, mais uma vez desta tribuna, falar da recuperação das estradas, do escoamento da safra do Estado de Rondônia e de outros Estados, principalmente dos da Região Norte.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Concedo o aparte ao nobre Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Valdir Raupp, sabemos da preocupação de V. Ex^a com o seu Estado, com os agricultores do País. Constantemente, V. Ex^a tem, dessa tribuna, chamado a atenção das autoridades governamentais para os proble-

mas da agricultura familiar, que, muitas vezes, sofrem enormes prejuízos por não ter sido socorrida na hora necessária. Pretendia fazer hoje um pronunciamento referente à queda do preço do arroz em Santa Catarina. Recebemos dos produtores de arroz um documento mostrando a sua preocupação. Há realmente a saca de 50 kg, só que o preço do arroz antes ficava entre R\$33,00 e R\$34,00 a saca. Para se ter uma saca de 50 kg, gasta-se mais ou menos em torno de R\$23,00, e o preço para venda não chega a R\$22,00 agora. Caiu o preço. O valor de venda é menor do que o custo para se produzir uma saca de arroz. No entanto, eles mostram que outros produtos aumentaram de preço. Há um desequilíbrio total de preços dos produtos da nossa agricultura. Há um desequilíbrio! Há regiões com preços maiores; em outras, menores; há regiões onde a saca é de 60 kg, e outras em que é de 50 kg. O Ministério da Agricultura, cujo Ministro muito respeitamos, precisa parar e chamar todos os setores do Brasil, todos os representantes da agricultura do nosso País, e definir um rumo, porque não é possível desequilíbrio tão grande entre uma região e outra do País. Não há mais condições de os agricultores familiares trabalharem, manterem suas terras, o sustento de suas famílias e ainda a produção. Do jeito que está, vamos levar à falência os agricultores do nosso País. O Governo diz que o Brasil está mais rico, que está aumentando o seu superávit, que está indo bem, mas isso não é verdade. Lá na base, lá no interior, para aqueles que trabalham, que sofrem, isso não é verdade! Eles estão passando por dificuldades, Valdir. V. Ex^a, Senador da Base do Governo – mas que está sempre cobrando do Governo, é verdade –, sabe muito bem que aquilo que se diz às vezes aqui em Brasília é bem diferente do que ocorre no interior dos nossos Estados, no interior do seu Estado, no interior de Santa Catarina. Por isso, é necessária uma política agrícola urgente para podermos salvar a agricultura familiar do nosso País. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB RO) – Obrigado, Senador Pavan, pela contribuição que dá ao meu pronunciamento. V. Ex^a tem razão quando fala no desequilíbrio. O Ministro comentava hoje, no café da manhã, que o desequilíbrio entre os preços dos produtos e os insumos que os produtores têm que comprar é muito grande. No pico do preço, quando a soja estava a R\$50,00, R\$60,00, o arroz a R\$45,00, R\$50,00, os insumos cresceram assustadoramente; e agora, com a queda no preço dos produtos, os insumos não baixaram! As taxas de juros subiram, os insumos subiram, e os preços caíram! Realmente, é um desequilíbrio brutal! Vejo que, se não houver um socorro do Governo para ajustar essa situação, vai

haver uma quebra de generalizada, principalmente do pequeno produtor. Talvez o grande produtor tenha muita dificuldade, mas já acumulou e já investiu em outros setores, em outros setores da economia. Mas o pequeno, não; o pequeno tem como única e exclusiva fonte de sustentação a agricultura. Então, vejo o tema com muita preocupação, principalmente com relação ao meu Estado, que tem 90 mil pequenos produtores. Por isso, estou aqui neste momento, pedindo ao Governo Federal que socorra, que ajude os nossos produtores do Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de requerer a minha inscrição para falar pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT AC) – A Presidência solicita a V. Ex^a que encaminhe a autorização da Liderança. Em seguida à Senadora Fátima Cleide, V. Ex^a usará da palavra.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, por 20 minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) Sr. Presidente, tenho a honra de falar desta tribuna sob a presidência de V. Ex^a.

SRA.s e Srs. Senadores, o que tenho a dizer é com relação ao corte no Orçamento, anunciado há poucos dias pelo Ministro Antonio Palocci, principalmente no que diz respeito ao Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, conforme notícia, com amplo destaque, a edição de terça-feira última do jornal **O Globo**.

O Ministro Miguel Rosseto, com toda propriedade e legitimidade, alerta que cortes dessa magnitude comprometem todos os programas do Ministério. O corte de que fala o Ministro, no valor de R\$2 bilhões, foi anunciado na sexta-feira pelo Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e pelo Ministro Interino do Planejamento, Nelson Machado.

Plena de preocupação, presto desta tribuna ao Ministro Rosseto minha ampla e total solidariedade. Estamos perplexos com a decisão do Ministro Palocci, que a põe em risco uma das metas mais urgentes

e importantes do Governo que elegemos e apoiamos com todo o nosso empenho e lealdade.

O corte no orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, utilizando expressão do próprio Ministro, “deita por terra a esperança de que as diversas ações anunciadas para estancar a crise fundiária no Pará tenham êxito” – cito, como exemplo, o caso de maior repercussão nos últimos dias, a morte da missionária Dorothy Stang.

Segundo os números fornecidos pelo Ministro, os cortes representam 55% do Orçamento de 2004, e o dinheiro restante representa menos do que foi gasto no ano passado. Portanto, faço um apelo ao Ministro Antonio Palocci para que reveja esse corte.

Sr. Ministro Palocci, a Amazônia precisa de atenção. Rondônia, Estado a que o Ministro Miguel Rossetto tem dado a maior atenção e que abrigou e abraçou trabalhadores rurais sem-terra de todo o País, precisa de ações firmes e continuadas na reforma agrária. Em Alto Alegre dos Parecis, Município de Rondônia, dezenas de famílias – para ser mais precisa, cerca de 130 famílias de trabalhadores sem-terra, ligadas ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – estão aflitas na iminência de ser escorraçadas, no dia 29 de março, pela Justiça e pela Polícia Militar. São trabalhadores que estão no assentamento Che Guevara há oito anos. A área é reivindicada por um empresário na Justiça, que a ele deu ganho de causa. No último sábado, visitei aquele acampamento. As famílias estão com a vida organizada – têm cerca de cinco mil sacas de feijão, cinco mil sacas de milho para colher. No acampamento, cerca de 100 crianças freqüentam a escola. Organizado está aquele acampamento. Há também uma igreja.

Agora, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, essas famílias estão no aguardo do despejo, aflitas, sem saber para onde irão e o que será feito com sua produção. Pasmem V. Ex^as: o acampamento Che Guevara, no Município de Alto Alegre dos Parecis, contribui para a economia local com 45% de tudo o que é produzido no Município.

Mais uma vez, peço ao Ministro Antonio Palocci que, antes de cortar secamente os números, pense muito naquelas pessoas, que precisam das ações efetivas da reforma agrária neste País.

Concedo aparte ao nobre Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senadora Fátima Cleide, fico satisfeito por ver uma companheira do Partido alertar o Governo sobre esta situação. Gostaria de ser o primeiro, nesta Casa, a defender corte de gastos quando isso for preciso. Não tenho a menor dúvida de que o primeiro compromisso do nosso

Governo é com a estabilidade monetária, sem o que nada mais será discutido seriamente no País. Apóio o discurso de V. Ex^a e fico feliz em ouvi-lo. Nós, do Congresso Nacional, merecemos uma justificativa do Governo. Talvez tenhamos certa culpa. Queremos convidar ministros para virem explicar qualquer escândalo que surge por atos imagináveis ou não de corrupção. Por um descuido do Presidente durante discurso recente, armou-se um grande problema. Quiseram convocar o Chefe da Casa Civil para vir dar explicações. É hora de convocar, mas não para protestar – com carinho até –, mas para ouvir as explicações do Governo. A hora é esta. Qualquer país precisa cortar verbas de vez em quando, mas tem que explicar por que esse montante e por que essa rubrica. V. Ex^a está dando uma chance ao Governo de vir aqui, e nem precisa ser no plenário, pode ser na Comissão de Orçamento. Alguém do Governo, de preferência o Ministro, deveria vir explicar o porquê do corte e por que nessas rubricas. Espero que o Governo ouça o discurso de V. Ex^a como um alerta, muito mais do que uma simples crítica.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque. Faço o alerta carinhosamente, chamando a atenção para aquilo que é compromisso nosso: investir em reforma agrária. Ter despesa com reforma agrária não significa gastar, mas investir no futuro da Nação e, principalmente, no presente, naquelas crianças, naquelas famílias que estão nos acampamentos esperando uma ação enérgica do Governo para que tenham, de fato, acesso à terra, nela produzam e não precisem mendigar as bolsas criadas pelo Governo.

O caso do Pará, Senador Cristovam Buarque, é emblemático. É necessário, nesse sentido, manter ações disciplinares para contornar a crise na região amazônica, que não está apenas no Estado do Pará. Acabei de falar aqui sobre algo que está prestes a acontecer em Rondônia. O meu Estado, que contribui negativamente para a história do Brasil com o massacre de Corumbiara, está prestes a presenciar outro massacre de trabalhadores rurais sem terra.

Essas ações, como anunciam o Ministro Miguel Rossetto e o Exército brasileiro, serão prejudicadas de modo irreversível, caso os cortes sejam mantidos. Tais cortes afetam outras áreas sociais e chegam, no Orçamento geral aprovado, a R\$15 bilhões.

Ainda há pouco, reuniu-se em audiência pública a recém-instalada Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal para tratar da situação em que se encontram as comunidades Guarani-Kaiowá, no Estado do Mato Grosso do Sul, com suas crianças morrendo de fome. Essas comunidades vivem confinadas em pequenas porções de terra, insuficientes para prover

condições mínimas de sobrevivência ao que resta daqueles que guardaram por milênios a abundância que hoje esgotamos impiedosamente. Pequenas porções de terra, ainda hoje, são disputadas pelo insaciável latifúndio da soja. Assim como também acontece com os Guarani's da região Sul, os Xavantes, do Mato Grosso, e os povos do Nordeste, os povos indígenas do Estado do Amazonas vivem neste momento crescente conflito com as instituições públicas que lhes devem apoio e proteção de seus direitos constitucionais. Assim também ocorre com os povos indígenas, caboclos e trabalhadores rurais de Rondônia, Roraima e Amapá. Enfim, em todo o imenso território brasileiro, um dos maiores, mais ricos e diversos do mundo, os conflitos e a miséria começam devido à injusta distribuição da terra e da renda. Por isso, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, mais uma vez, apelo para o bom senso do Ministro da Fazenda. É necessário cortar gastos? Vamos fazê-lo, mas não cortemos os recursos destinados àquilo a que chamo de investimento no desenvolvimento do País, que é o investimento na agricultura familiar, que é, de fato, o investimento na reforma agrária.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, que falará por delegação da Liderança do PSDB.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, primeiro, quero dizer que é uma honra usar da palavra, pela primeira vez, sob a Presidência de nosso querido amigo, Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Obrigado.

Senador Leonel Pavan, se V. Ex^a me permitisse a interrupção...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria, antes de ouvir V. Ex^a, fazer um comunicado à Casa.

A Presidência fixa o horário de 15 horas para realização da sessão especial destinada a comemorar os vinte anos da redemocratização do Brasil, a ser realizada no dia 15 de março próximo.

Em consequência, fica cancelada a sessão deliberativa ordinária dessa data. Assim, as Comissões poderão realizar suas reuniões normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência ainda comunica às SRA.s e aos Srs. Senadores que, em virtude da promulgação da **Resolução nº 1, de 2005**, que criou a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e alterou a denominação e as funções das comissões permanentes, determinou à Secretaria-Geral da Mesa que proceda à análise dos projetos de lei do Senado e dos projetos de lei da Câmara em tramitação, para redistribuição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Temos a honra de ouvir V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, ontem, Dia Nacional do Turismo, me inscrevi para falar, mas acabei solicitando que meu pronunciamento fosse registrado nos **Anais** do Senado. Quero lembrar que uma data como aquela, em que se comemora o Dia Nacional do Turismo, não pode – como não o foi – ser esquecida por esta Casa, já que o Brasil está caminhando, pelo menos no setor do turismo, com bons projetos. Tanto o turismo interno como o externo têm aumentado em nosso País.

Quero cumprimentar o Ministro Walfrido dos Mares Guia, os profissionais do setor, as universidades, por terem abraçado esta causa como uma empresa que gera empregos. Posso dizer que o turismo é um dos setores que mais geram empregos neste País.

Recebi há pouco a visita do Prefeito Albert Stadler, carinhosamente chamado de Curru, do Município de Porto Belo, em Santa Catarina. Ele veio pedir socorro às autoridades do nosso País, principalmente às autoridades do setor alfandegário, para que Porto Belo seja reconhecida como parada de transatlânticos. Ele reivindica o direito de alfandegamento para os transatlânticos e explica os motivos: nos últimos três meses do ano passado, durante a temporada de verão, dezenas de navios transatlânticos aportaram em Porto Belo. Ali desceram mais de doze mil turistas estrangeiros, que deixaram mais de US\$1 milhão na região. Em função, agora, da precariedade, em função de não se permitir mais que os navios parem naquela região – porque a Receita Federal tinha que se deslocar de Itajaí para Porto Belo –, e, na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, davam a esses navios o direito, precária e provisoriamente, de pararem em Porto Belo. Então, os fiscais da Receita iam até Porto Belo e faziam o alfandegamento, e os turistas podiam descer. Só que isso não está ocorrendo mais. Os transatlânticos decidiram não mais parar em Santa Catarina, porque o

alfandegamento só pode ser feito nos Portos de Itajaí ou de São Francisco ou de Ibituba. Querem parar em Porto Belo, porque ali temos mais de sessenta praias, ali há a Costa Esmeralda, que pega Itapema, Porto Belo, Bombinhas, próximo do Balneário de Camboriú, de Itajaí, de Navegantes, e até por ser o lugar adequado para os turistas.

Domingo agora, vai haver uma reunião no transatlântico – no último transatlântico, porque estão parando agora – para definir de vez essa questão, com representantes do Governo do Estado, autoridades do setor do turismo, prefeitos, vereadores – eu vou estar presente também –, para tirar um documento para verificar se teremos possibilidade de sensibilizar o Governo Federal e, definitivamente, dar os documentos devidos para o alfandegamento, a fim de que Porto Belo possa receber transatlânticos. Se isso não ocorrer, o Brasil vai perder uma parada, porque senão eles vão ter que parar em Santos – eles já param em Santos, é normal, parece que em Ilha Bela –, mas poderiam parar em Santa Catarina e também em Ilha Bela. Agora, se não for reconhecido esse pedido de Porto Belo, teremos um prejuízo de mais de US\$1 milhão, pelo menos na alta temporada, na região da Costa Esmeralda.

Eu queria apenas deixar registrada esta preocupação dos profissionais dos hotéis que atuam com turismo no Estado de Santa Catarina.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, volto a falar hoje, mais uma vez, sobre a questão da estiagem. E aqui vejo nosso querido amigo Senador Pedro Simon, que, certamente, deve estar recebendo do Rio Grande do Sul inúmeras correspondências, e-mails e reclamações, porque o Rio Grande do Sul também passa por um sufoco enorme, e, claro, pela proximidade, também Santa Catarina.

O assunto que ora trago a este Plenário é da maior gravidade, querido amigo, Senador Pedro Simon. Trata-se da prolongada estiagem que, neste momento, castiga boa parte do Sul do País e atinge frontalmente meu Estado, Santa Catarina, além do nosso querido, minha terra natal, Rio Grande do Sul. Independentemente das razões do fenômeno – ainda que se saiba ser ele decorrente, sobretudo, mas não exclusivamente, do resfriamento das águas do Pacífico, provocado por *La Niña* –, o certo é que a seca provoca insuportáveis estragos econômicos e sociais. Por isso, é preciso agir.

Técnicos apontam para a iminência de a situação atingir dimensão verdadeiramente crítica. Para que todos nesta Casa possam ter uma idéia do que está ocorrendo em Santa Catarina, transmito-lhes algumas informações. Em primeiro lugar, lembro que, no sul do Estado, o índice pluviométrico não ultrapassou a marca

dos 103 milímetros. Isso representa, Sr. Presidente, a metade – repito, apenas a metade – do que costuma chover na região a cada mês de janeiro.

Afora o drama das pessoas que vivem na região, há o terrível impacto sobre a produção no campo. No Município de Içara, a falta de água atinge quase que integralmente as propriedades rurais, e as pastagens secas estão levando à morte os animais, a começar pelo gado. Em Sombrio, parcela considerável da safra de milho foi perdida, assim como parte da de arroz, sem contar que a presente e prolongada estiagem inabilita o plantio da chamada safrinha de feijão. Nesse Município, o rio da Laje, absolutamente vital para as atividades agropecuárias, está praticamente seco. Em meio a esse cenário, em ambos os Municípios, também se encontram em situação de risco as plantações de banana e de mandioca, com reais possibilidades de perda, estimada em metade da safra projetada.

Infelizmente, há mais, Srs. Senadores. No Alto Uruguai, uma das microrregiões do Estado que mais produz milho, há mais de um mês não chove o suficiente em seus dezesseis Municípios. Para agravar esse quadro, lembro que a forte estiagem de novembro e dezembro últimos correspondeu a uma perda média de mais de 20% da safra de milho do Município de Concórdia. Persistindo a seca nesses dias, o prejuízo simplesmente se duplicará.

Ademais, a produção leiteira da região já começa a dar sinais de sensível redução. Isso é particularmente grave pelo fato de que o Alto Uruguai é detentor da maior bacia leiteira de Santa Catarina. Produtores de leite da região já contabilizaram, em face da estiagem dos últimos meses de 2004, prejuízos da ordem de R\$500 mil devido à estiagem na região. Persistindo o atual quadro, sabe Deus quanto mais ainda prejuízos irão amargar!

Não por acaso, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, especialistas começam a acreditar na possibilidade de que a presente seca consiga ser ainda pior do que a que castigou o meu Estado na primeira metade dos anos 60.

Não se admite, pois, que o Poder Público fique de braços cruzados ante uma catástrofe que se anuncia e cujos primeiros e dolorosos sinais estão mais do que evidenciados.

Exijo, e não há outra forma de expor minha posição, em face da gravidade do problema – certamente todos os Srs. Senadores estão exigindo para seus Estados –, que o Poder Executivo tome medidas sérias e consistentes, com a urgência que a situação requer, de modo a minimizar os efeitos da seca que assola Santa Catarina, em especial aqueles diretamente relacionados com a atividade econômica. Prefeituras, Governo

Estadual e, principalmente, o Governo Federal têm que estabelecer estratégias de ação conjunta que garantam a continuidade da produção e que reduzam ao máximo possível os prejuízos que recaem sobre os ombros de quem produz, com o esforço e as dificuldades que todos conhecemos.

Abertura emergencial de linhas de crédito, alongamento de prazos para o pagamento de dívidas contraídas para produção e garantia de preços ao produtor são, entre tantas outras, medidas que podem e devem ser tomadas imediatamente. Esse, o sentido maior de meu pronunciamento. Alerto as autoridades federais para o drama gerado pela prolongada estiagem vivida por Santa Catarina, exigindo delas, em nome da população de meu Estado, celeridade nas providências que não mais podem esperar.

Fiz este pronunciamento para ser registrado nos Anais e, também, para dizer, com calma, a respeito do sofrimento do povo catarinense. Já usei a tribuna na semana passada, já alertamos o Governo. E certamente aquilo que estamos dizendo daqui, os assessores devem estar levando às autoridades responsáveis. Fazemos um apelo em nome de um povo que está sofrendo e não sabe para onde ir.

Ficamos sabendo que o Presidente Lula estará no Rio Grande do Sul na semana que vem – e acena positivamente o meu amigo Senador Paim. Espero que, após ir ao Estado do Rio Grande do Sul, Sua Excelência tome conhecimento de Santa Catarina e de parte do Paraná e tome providências urgentes, rápidas, rápidas... Não se pode esperar, como fizemos quando houve o ciclone no sul de Santa Catarina. Lá, dezenas, centenas de casas foram demolidas. Com a morosidade dos processos e das providências da Defesa Civil, somente um ano após a catástrofe, as pessoas prejudicadas começaram a receber algum tipo de recurso, algum tipo de socorro. A agricultura não pode esperar. Não há como esperar apenas pela boa vontade das autoridades para que as leis sejam todas elas cumpridas. É preciso, aí, sim, uma medida provisória do Governo para uma ação rápida em socorro do nosso agricultor familiar.

Quando o Governo quer atender a um país pobre, parece que as acontecem rapidamente e o Governo socorre imediatamente. Vai lá e, com uma viagem e um discurso, perdoa a dívida de países pobres, como se aqui não tivéssemos problemas, Senador Pedro Simon, como se aqui não existisse povo pobre, Senadores e Senadoras.

Aqui também pessoas estão passando dificuldades, Estados estão passando dificuldades. E o Presidente da República como dirigente máximo do Brasil, tem a missão, a obrigação, de socorrer os pobres do

nossa País, socorrer nossa agricultura, socorrer nossos trabalhadores desempregados. E o que estamos vendo, o que estamos vendo a cada dia que passa é o Brasil se preocupar em financiar outros países, a exemplo do que fez agora para a instalação de um metrô na Venezuela. No entanto, não há o mesmo sacrifício, a mesma responsabilidade para socorrer com urgência os produtores do nosso País.

Ontem eu fui a Goiás. Naquele Estado, mais de 10 mil agricultores estão precisando da ajuda do Governo Federal. Muitos Deputados e Senadores tanto da base do Governo como da Oposição estavam lá e, certamente, todos sabiam da necessidade de atenção por parte do Governo, mas não há a pressão devida contra o Governo. Nós, Parlamentares, não temos que ter compromisso com o Governo. Nossa compromisso é com o povo. Temos que cobrar do Governo Federal ações rápidas.

O que houve ontem no Estado de Goiás, está havendo em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Mato Grosso e nós precisamos agir com rapidez e firmeza. Esta é a nossa missão como Parlamentares. Somos os fiscais do povo; não estamos aqui para fiscalizar o povo. Temos que fiscalizar o Governo, para que ele atenda à comunidade, atenda à sociedade. Se fôssemos eleitos para socorrer o Governo, teríamos que mudar a estratégia de fazer política, pois quem nos elege são justamente aqueles que, hoje, estão nos pedindo a atenção merecida.

Se o Governo Federal não socorrer com urgência os agricultores, o Brasil terá um prejuízo irrecuperável, embora órgãos da imprensa e setores e técnicos do Governo cantem em verso e prosa que o Brasil está crescendo. Está crescendo no alforje do Governo! Está crescendo no cofre do Governo! Está crescendo no cofre dos banqueiros! O cofre dos nossos trabalhadores, o cofre dos nossos produtores está cada vez mais vazio. E, agora, quando surge a oportunidade de eles sustentarem sua família, vem a estiagem e vem a Medida Provisória nº 232 para deixar ainda mais aflita a nossa sociedade. E o Governo parece que dá as costas a todos esses problemas e prorroga o sofrimento. Em vez de tomar uma decisão definitiva no mesmo dia, prorroga o sofrimento das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Nobre Senador, a Presidente lembra que V. Ex^a tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para encerrar, Sr. Presidente, eu quero deixar aqui essa preocupação por parte da Oposição e também por parte de um Senador do Brasil inteiro e por parte de um Senador até do Governo, porque eu estou chamando a

atenção para o fato com o intuito de ajudar o Governo. O Brasil precisa crescer, mas crescer com responsabilidade e não crescer em cima da mídia, de falácia e discursos vazios; não crescer apenas sobre a ilusão dos nossos trabalhadores. É preciso ação concreta e rápida. Assim como sempre pediu o nosso Senador Mão Santa, o Brasil precisa acordar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, por 20 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, realmente o assunto trazido aqui pelo Representante de Santa Catarina, apesar da veemência e do brilhantismo de V. Ex^a, teria que multiplicar por três para mostrar a situação do Rio Grande do Sul.

É séria a situação de Santa Catarina sim, mas é dramática a situação no Rio Grande do Sul. Há mais de trinta anos não havia uma seca igual. Parece mentira, mas em dez anos é o sexto ano que a seca atinge o Rio Grande do Sul. Cinquenta e duas cidades enfrentam racionamento de água para beber, problema que atinge um milhão e 346 moradores das zonas urbanas e rurais; 398 municípios decretaram situação de emergência, 398 cidades do Rio Grande do Sul decretaram situação de emergência, o que representa o maior número de cidades nos últimos 20 anos. Oitenta por cento dos municípios gaúchos estão sendo atingidos por essa seca. O volume previsto não vai recuperar o déficit hídrico do estado nem o mínimo necessário para repor as águas subterrâneas desde 2003. Seis bilhões e trezentos milhões é o prejuízo estimado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Rio Grande do Sul em função da quebra da safra provocada pela maior estiagem dos últimos anos.

A essa altura, perdeu o Rio Grande do Sul 62% da cultura do milho, 75% da cultura do feijão, 35% do leite, 30% da uva, 30% do fumo, 40% da maçã, 40% na pecuária, 57% na soja. O prejuízo, só na soja, é de 2 bilhões, 555 milhões. Cinquenta e nove mil hectares da lavoura do arroz já estão perdidos; a piscicultura, assim como a criação de aves e suínos e outras culturas de subsistência também foram atingidas. O Governo Rigotto, apesar das dificuldades financeiras, vem fazendo o máximo possível e tomando uma série de ações de Estado: abrindo poços e ajudando no

que for possível. O Banrisul prorrogou o pagamento dos financiamentos dos créditos com o Banco do Rio Grande. A Bancada gaúcha no Congresso Nacional, sob a coordenação de Alceu Colares, marcou reunião com o Presidente da República, para expor, e parece que hoje o Presidente da República dirá as providências que tomará no nosso Estado.

Falando com o Ministro da Agricultura, hoje pela manhã, S. Ex^a nos respondeu que reconhece a gravidade da seca. Fala na perspectiva de que, no futuro, é importante que a Embrapa realize estudo, com os órgãos específicos, sobre a questão climatológica do Rio Grande do Sul, porque, na verdade, o fenômeno vem repetindo-se de uma forma tal que alguma coisa também deve ser feita nesse sentido.

Meu amigo Paim estava lá conosco, acompanhou e está mais a par desse assunto do que eu, junto com o companheiro Zambiasi. Mas o Ministro da Agricultura chama a atenção para o fato de que, se os créditos não vierem a contento agora, eles aumentarão, multiplicarão, duplicarão, e, se não pagar agora, vai ser muito mais difícil, daqui a dois, três meses, com o aumento dos juros, fazer com que alguma coisa realmente aconteça.

Aproveitamos essa reunião da Bancada do PMDB com o Sr. Ministro da Agricultura para que S. Ex^a nos desse uma idéia sobre a questão do fumo, sobre o projeto que está na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a respeito da eliminação do cultivo de fumo no mundo. S. Ex^a foi de uma clareza muito grande. Não podemos assinar o extermínio da produção no mundo enquanto não tivermos condições para isso. S. Ex^a teve a idéia de criar um fundo especial para garantir condições de subsistência e de transferência de produção para os que hoje produzem fumo.

Não podemos, pura e simplesmente, dizia-me agora o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o bravo companheiro Cristovam Buarque, a pretexto de combater o fumo – e devemos combatê-lo totalmente, mas sabendo que pelo mundo haverá gente produzindo fumo –, reduzir à miséria cerca de quase 300 mil famílias.

A criação desse fundo parece-me algo interessante e digno de ser analisado. Não sei se o companheiro Paulo Paim estará na reunião com o Presidente Lula hoje.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço, com o maior prazer, o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, ouço o seu pronunciamento e, como sempre, fico admirado. Tenho, aqui neste plenário,

aprendido muito com V. Ex^a. Nessa questão específica da seca no Rio Grande do Sul, sou testemunha do movimento que V. Ex^a está fazendo, junto com toda a Bancada gaúcha. Confirmo que a Bancada do PT foi convidada para estar, hoje à tarde, a exemplo do que V. Ex^a fez com a Bancada do PMDB, nas esferas do Governo e, provavelmente, com o Presidente Lula, a fim de dialogarmos sobre a questão da seca no Rio Grande do Sul. Pode ter a certeza de que, naquele espaço, levarei exatamente as mesmas propostas que V. Ex^a levantou no debate com a Bancada e no plenário, por diversas vezes. Vou mais além: fiquei muito feliz com a informação que V. Ex^a me dá sobre a opinião do Ministro da Agricultura sobre a questão da Convenção Quadro. Precisamos estabelecer um longo debate e lembrar que 40% dos países de Primeiro Mundo também não assinaram a referida Convenção. Por isso, a preocupação de V. Ex^a procede, assim como a precaução por parte do Ministro. Também sou testemunha de que o ex-Ministro da Educação, hoje Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Cristovam Buarque, deu esse mesmo depoimento na reunião do Bloco. S. Ex^a compartilha exatamente da mesma posição que V. Ex^a aqui expressou. Vamos olhar para o mundo e ver, primeiro, se há um fundo de compensação para podermos dizer, de uma hora para outra, que não será mais, em tese, produzido fumo no Brasil. O aparte é apenas para complementar o seu pronunciamento, Senador Pedro Simon. V. Ex^a pode ter certeza de que, se eu tiver oportunidade de estar hoje à tarde com o Presidente, expressarei a opinião de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Companheiro Paim, o Ministro também disse hoje que, graças a Deus, a Rússia liberou a carne brasileira. Era ridículo proibir que o Rio Grande do Sul exportasse carne para a Rússia por ter havido um foco na Amazônia. Eles reconheceram. E, a partir de agora, o Rio Grande do Sul e outros Estados poderão exportar carne para a Rússia, o que me parece muito importante.

Ontem, houve uma reunião da Bancada do PMDB com o Ministro da Fazenda. Tive uma impressão muito interessante de S. Ex^a. Achei-o muito competente, e fala com desembaraço. Disse-lhe que o achei parecido com o Ministro Malan, na maneira de falar e de expor seus pontos de vista.

Quanto ao Rio Grande do Sul, S. Ex^a manifestou a simpatia e o carinho que tem pelo Governador Rigotto, do qual se diz amigo pessoal, e falou da dívida que tem com o nosso Estado. Isso é muito importante. S. Ex^a

disse que assumiu o compromisso com o Governador Rigotto de, nos próximos dias, dar uma resposta.

Quanto à chance da CE, àquele projeto que aprovamos e o Governo vetou, falou da possibilidade de empréstimo do Banco Mundial de US\$400 milhões. Senti que o Ministro da Fazenda está atento à situação dramática do Rio Grande do Sul. Eu disse a ele que cobrei do Presidente Lula essa questão do Rio Grande do Sul – e V. Ex^a estava conosco na reunião. E que o Presidente disse: “Ué? Mas o Palocci ainda não resolveu?” Quando o Governador Rigotto cobrou do Presidente Lula: “E aí, Presidente?”, Sua Excelência respondeu: “Ué? Mas o Palocci ainda não respondeu?” Eu disse isso pessoalmente ao Palocci, que me garantiu que irá equacionar esse problema do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, vou encerrar.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a, Senador Jonas Pinheiro, foi citado hoje, na nossa reunião com o Ministro da Agricultura, como uma das pessoas pela qual S. Ex^a tem o maior carinho e respeito, pelo conhecimento que tem da matéria.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Muito obrigado.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – A ele, Senador.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Obrigado a V. Ex^a e também ao Ministro, de quem fui companheiro de trabalho há 30 anos. Aproveito o tempo de que ainda dispõe, Senador Pedro Simon – dois minutos –, para solidarizar-me com V. Ex^a sobre o que diz em seu pronunciamento, grande ex-Ministro da Agricultura, convededor profundo da matéria e, com certeza, como bom gaúcho, exportador de gaúchos pelo Brasil afora. Ontem, em Rio Verde, Estado de Goiás, numa reunião dos Governadores do Centro-Oeste, eis que surge o Governador Germano Rigotto. S. Ex^a fez questão de ir, com todo o seu secretariado e com representantes das associações e federações como Federarroz, Irga, Farsul, a essa reunião, patrocinada pelos Governadores do Centro-Oeste, para explicar a situação dramática por que passa o Rio Grande do Sul. Estamos solidários com o Rio Grande do Sul, apesar de o problema do Centro-Oeste ser diferente do seu Estado. Talvez o nosso seja excesso de chuva, estradas ruins e falta de ações que devem ser executadas pelo Governo. Um rabo da seca do Sul do País atinge um pouquinho os Estados de Goiás e do Mato Grosso do Sul. O Mato Grosso não tem esse problema. Também se solidarizou com o Centro-Oeste o Estado do Tocantins, que esteve presente e tem os mesmos problemas

que temos. Pois bem, é muito importante que todas as nossas Bancadas começem a trabalhar, se possível até fazendo reuniões de Estados e de Bancadas para acertarmos esses problemas dos nossos produtores rurais. Lamento apenas, Senador Pedro Simon, a atitude da Rússia, ao abrir o mercado de carne para o Rio Grande do Sul, o Paraná – o de Santa Catarina já estava aberto –, Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Não abriu para Mato Grosso e Rondônia porque, segundo os russos, essa é uma zona tampão, para não deixar que a aftosa se alastre. A doença apareceu em Goiás, a 700 km da divisa com Mato Grosso. Existem ainda o rio Amazonas e 700 km de floresta. Querem impedir que o vírus – que vírus valente! – ultrapasse toda essa barreira. Portanto, Mato Grosso ficou como barreira para esses Estados. Mas os Governos de Rondônia, do Tocantins e de Mato Grosso têm pretensões de ir à Rússia e mostrar a geografia de onde surgiu a aftosa e onde está Mato Grosso, o maior produtor bovino do Brasil. Obrigado pela concessão do aparte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, encerro agradecendo, na expectativa de que desta vez o Governo aja com a rapidez necessária e que o Rio Grande do Sul tenha o atendimento que realmente necessita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, esta semana o Congresso Nacional deu um passo positivo e importante no que diz respeito à questão do Orçamento da Nação. Parece que o processo atual sofreu fadiga irreversível de material, e é bom que isso aconteça.

Vejo neste plenário pelo menos três ex-Governadores – José Maranhão, Mão Santa e Alberto Silva – e um municipalista, o Senador Jonas Pinheiro, que acompanham essa questão e vão compreender exatamente o porquê das minhas preocupações.

Antes, porém, quero agradecer ao meu Partido e ao Presidente Renan Calheiros por ter me incluído nessa Comissão, que, durante um prazo de 30 dias, vai desenhar um novo modelo para o Orçamento da Nação.

Mas, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, antes de falar do futuro, por dever de ofício, quero falar do momento atual. Temos um Orçamento, aprovado ainda neste modelo saturado, que terá de ser cumprido e merece, Senador José Maranhão, alguns reparos.

O simples fato de ser celebrado e comemorado pelo Governo, com o acordo firmado entre o Governo brasileiro e o FMI, já merece de nossa parte uma atenção especial. Primeiro, devemos comemorar a evolução do PT, que há três anos ameaçava romper com esse órgão internacional, fazer plebiscito, e hoje, no poder, faz parcerias.

Fiquei muito feliz em ver a Senadora Fátima Cleide, em pronunciamento aqui, chamar às falas o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, e ter também o apoio do Senador Cristovam Buarque. Fiquei muito feliz porque o próprio Governo, por meio de seus representantes nesta Casa, Senador Paulo Paim, começa a ter preocupações fundamentadas.

Sr. Presidente, os jornais de hoje mostram, por exemplo, que será coordenado pela Casa Civil o plano de execução dos recursos do FMI. Vejam bem V. Ex^as que o Governo contigenciou cerca de R\$17 milhões, de aproximadamente R\$20 milhões destinados a investimentos. O que sobrou, Senador José Maranhão, mais da metade, R\$2,9 bilhões, são das obras do convênio com o FMI.

Ora, Senador Jonas Pinheiro – V. Ex^a que é experiente –, o primeiro ponto é que vamos conviver este ano com dois orçamentos. Um deles, o do FMI, é um orçamento vivo, intocável, porque em dezembro a meta terá que ser cumprida; ninguém poderá contigenciá-lo. E o resto? O resto ficará ao deus-dará. Os que tiveram a felicidade de ter as suas obras acopladas nessa união do Governo brasileiro com o FMI são uns felizardos. Não há a menor dificuldade, vão receber em dia, sem nenhuma preocupação.

Senador Paulo Paim, aí eu pergunto: foi o FMI que indicou as obras que estão aí? Qual foi o critério que o Ministério do Planejamento, que já mandou o pacote pronto para esta Casa, adotou para essas obras?

Chamou-me muito a atenção, Senador Jonas Pinheiro, o que diz respeito a estradas. Sabemos que uma das prioridades em estradas no Brasil é o seu Estado. Se V. Ex^a tiver cuidado, perceberá que, proporcionalmente, ele foi prejudicado. Qual foi o critério da prioridade? Demanda de produção ou prestígio de empreiteira? Não sou contra essas empresas não. Penso apenas que temos de começar a enfrentar esse assunto.

Vemos aí, Sr. Presidente, recursos vultosos para estradas e para a famosa operação tapa-buracos. Como Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, estou preparando uma convocação para que os responsáveis do Ministério do Planejamento venham aqui mostrar isso.

Já me disseram informalmente que esse pacote veio trazido pelo FMI. Senador José Maranhão, vamos

convocar o FMI também e os representantes para dizerem aqui por que escolheram assim. Por que determinados Estados receberam e outros não? Por que o Plano Nacional de Viação não foi o privilegiado? Que privilégio é esse?

Além disso, Senador, será que o FMI vai assinar a liberação de recursos para concorrências de 2, 3, 4, 5 anos, as chamadas concorrências distantes ou de gaveta?

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Um aparte, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador José Maranhão.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – A propósito da desenvoltura com que o Fundo Monetário Internacional se imiscui nas decisões de Governo, li nos jornais do Brasil, semana passada, a notícia – que era dada, inclusive, como um fato muito auspicioso para o Governo – de que o FMI autorizava o Governo brasileiro a fazer investimentos e determinava os quantitativos. Não me lembro, agora, do valor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nove bilhões de reais em três anos.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – R\$9 bilhões em 3 anos. Esse valor é, evidentemente, insignificante para as reais necessidades do povo brasileiro, porque sabemos que, só em saneamento básico, o déficit do Brasil representa investimentos da ordem de R\$187 bilhões. Então, isso é insignificante. Mas o número não foi o que mais me chamou a atenção. O que mais me impressionou foi o caráter intervencionista dessa decisão do Fundo Monetário Internacional. Pensei que, no dia seguinte, explodiria na sede do Governo brasileiro, especialmente no Ministério da Fazenda, uma onda de protestos veementes contra esse atentado à soberania nacional. Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a já imaginou, caso o FMI fizesse esse tipo de intervenção no governo americano, o que aconteceria, tanto no Executivo quanto no Legislativo daquele país? Veja V. Ex^a a que ponto chegou o processo intervencionista do setor financeiro internacional, representado pelo Fundo Monetário Internacional: limitar os investimentos que deverão ser feitos pelo Governo brasileiro, como V. Ex^a está dizendo, a R\$8 bilhões! Investimentos gerais, naturalmente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Para este ano, R\$2,9 bilhões.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – O Brasil está vivendo um momento de estagnação muito grande. Nenhum país do mundo admitiria que isso acontecesse. Os Estados Unidos são a meca da iniciativa privada, mas o Congresso, o governo e o povo americano não dispensam o investimento público em

infra-estrutura. Esperar que a iniciativa privada faça investimentos em infra-estrutura, que não têm retorno direto e imediato, é mera ilusão. Enquanto permanece esse intervencionismo na economia e no Orçamento de investimentos no Brasil, o País está cada vez mais afundando. Cito o que vem ocorrendo, por exemplo, com a educação. O Brasil não está se preparando para o desafio do terceiro milênio. A economia mundial, pela própria globalização, é cada vez mais competitiva. E de que forma o Brasil vai competir se não investe na sua universidade, em pesquisa científica e tecnológica, se não prepara os cérebros que vão formular equações para competir em um cenário universal cada vez mais competitivo? Fiquei indignado. E ainda mais indignado fiquei porque, pelo silêncio, verificamos que o Governo está inteiramente de acordo, está manso e pacífico, como se diz, em relação a essa atrevida intervenção do Fundo Monetário Internacional em assuntos privativos do Governo brasileiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e não esperava que tivesse outro sentido, pela experiência que tem V. Ex^a como administrador e pela vivência que tem nesta Casa, antes como Deputado Federal e agora como Senador da República. E aqui faço um questionamento, Senador José Maranhão, que é preciso que fique claro: será que há uma intervenção direta do FMI no Ministério do Planejamento ou será que o Ministério do Planejamento está usando a carapaça do FMI para se proteger de especulações?

É muito estranho isso tudo, porque duvido, Senador Mão Santa, que o FMI saiba onde ficam determinados trechos de estradas perdidas por esse rincão brasileiro. O FMI, que é tão zeloso e cuidadoso com as concorrências internacionais, quando vem dinheiro de fora, vai apoiar a execução dessas obras com concorrências muitas vezes duvidosas? Senador Maranhão, V. Ex^a sabe muito bem que o Brasil está cheio de concorrência armada. Chega-se ao requinte de dizer que, para determinada obra, a empresa tem que ter 50 anos de experiência ou não sei quantos metros de execução anterior, uma maneira sutil de direcionar a concorrência para fulano, beltrano ou sicrano.

O Brasil está cheio, Senador Paulo Paim, de notícias de jornal antecipando os ganhadores dessas obras, exatamente para as partes envolvidas na questão, por meio de códigos, saberem quem vai ganhar uma concorrência que ocorrerá no dia tal. É preciso que esse assunto seja transparente, seja claro.

Ouço, com muito prazer, o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, primeiro, uso este espaço para cum-

primentar o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, por ter indicado V. Ex^a para fazer parte da Comissão que vai discutir uma nova fórmula para a elaboração do Orçamento da União. Quero dizer também que não vejo problema nenhum, como alguns às vezes enxergam, nos seus questionamentos em relação ao FMI. E digo mais: considero correta a sua opinião quanto a convocar, convidar o Ministro do Planejamento, por exemplo, para que venha à Comissão correspondente e faça o devido esclarecimento. Não há problema nenhum. Eu, que tanto questionei o FMI no passado, não vejo problema em que V. Ex^a o questione neste momento. Sabemos que o FMI não é uma invenção do Governo atual, e sim uma realidade do Governo brasileiro de algumas décadas, mas não quero entrar nesse tema. V. Ex^a foi muito feliz em se referir a essas concorrências carimbadas, rotuladas, que viraram palco de debate no País, por outros motivos, inclusive nesta semana. Estou muito esperançoso de que V. Ex^a ajude a construir uma nova fórmula para o Orçamento da União. Confesso a V. Ex^a que sou apaixonado pelo orçamento participativo. V. Ex^a me conhece, estive por 16 anos na Câmara e nunca entrei na Comissão de Orçamento, nem aqui no Senado. Como discordo do método, não participo. Mas não deixei de apresentar, ainda na Câmara, uma outra proposta, que é a discussão do orçamento participativo aqui no Congresso. Tivemos uma rica experiência na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, e depois outra rica experiência no Governo Olívio Dutra. Sintetizarei minha idéia em um minuto para não usar todo o seu tempo. O orçamento participativo seria discutido nos Municípios. A partir dali, ele iria para uma regional, passaria pela Assembléia Legislativa, com a participação dos Governadores, e os Deputados e Senadores defenderiam aqui não a emenda da sua paróquia ou da sua região, desse ou daquele setor que representam, mas viriam aqui defender os interesses do Estado. O Estado, aprovada a emenda na Assembléia, com a participação do Governador, do Executivo, encaminharia a demanda para Brasília. Aqui, então, a emenda iria às comissões correspondentes e nós debateríamos o interesse de cada Estado, nós veríamos o que é possível ou não atender. Termino aí. Mas eu fiz o aparte mais para cumprimentar V. Ex^a e, principalmente, pela feliz indicação, o Presidente da Casa, que brilhantemente decidiu discordar do aumento de salário dos Parlamentares. Cumprimento duplamente o nosso Presidente Renan Calheiros.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Tenho certeza de que o Senador Tasso Jereissati, mais um ex-Governador presente no plenário, sabe

exatamente o que eu estou dizendo. Abre-se uma concorrência e as empresas vêm de enxurrada. Vencida a concorrência, aparece a figura do subempreiteiro. A empresa com sede no Rio, em São Paulo, não importa onde, vai para o Nordeste – estou falando do Nordeste porque é a minha região, mas isso acontece também no Estado de V. Ex^a – e vence a concorrência em disputa com a empresa local. Então, ela subcontrata essas empresas locais cobrando o que elas chamam de BDI ou coisa que o valha, e quem paga é a Nação. É o custo Brasil. Nós é que pagamos.

Senador Tasso Jereissati, temos que examinar com lupa esse acordo do FMI. É salutar o princípio, para permitir investimentos que o Brasil necessita. Acho que o Partido de V. Ex^a evolui muito em fazer as pazes com o FMI. É uma evolução que saúdo, como também a decisão de deixar de perseguir a Alca e não ficar atazanando a Igreja para que ela convença a população de que a Alca é coisa do demônio, o que, na realidade, é discutível, mas não é o inferno. Hoje, temos no Governo os “mercadores” da possibilidade da execução do plano da Alca.

Sr. Presidente, este é um assunto que merece atenção de todos nós, e esta semana tivemos, nesta Casa, um fato gravíssimo que justifica o que estou dizendo. Falo do episódio envolvendo um Colega nosso, o Senador Maguito Vilela, que disse que foi abordado por empreiteiros ou lobistas no Senado. Esta é uma questão que merece de todos nós uma reflexão.

Temos, Sr. Presidente, que aproveitar esta oportunidade de reformulação do orçamento exatamente para purificar este processo e dar início a uma tentativa de diminuição desse famigerado custo Brasil. Não podemos conviver com esse tipo de coisa. Ou o FMI assume sua participação nesse processo e até onde essa participação foi, ou o Governo, através do Ministério do Planejamento, esclarece por que escolheu, como escolheu e a mando de quem escolheu. E aí está a responsabilidade da Casa Civil, que, segundo os jornais de hoje, quem vai acompanhar a execução de todo esse procedimento. Esse é um fato que temos de enfrentar, é um exemplo, inclusive, para nortear os passos do que será o novo Orçamento da República.

Não digam amanhã que sou contra empreiteira e que estou para perseguir. Não é esse meu objetivo. Sou a favor da transparência, de que as coisas sejam feitas de maneira clara, Senador Jonas Pinheiro. Não podemos mais conviver com isso e, permanentemente, ver um processo como o do orçamento ser enlameado por dúvidas e denúncias.

Senador Paulo Paim, vi o desespero dos que faziam a Comissão Mista de Orçamento cobrando do FMI, cobrando do Ministério do Planejamento...

Senador Efraim Morais, que faz parte da Comissão, quero dizer que esse plano chegou às vésperas, e foi de maneira tão atabalhoadas que os valores foram, a princípio, dobrados e depois retificadas. Veio o pacote pronto do Executivo. É preciso que haja o DNA e a digital de cada um dos que, em nome do Governo brasileiro ou, quem sabe, do FMI, são os pais dessas obras que, com certeza, beneficiarão o Brasil. O que queremos apenas é a transparência.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– A Presidência convoca sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se no próximo dia 10, às 10 horas, no plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para falar por cinco minutos como Líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella, como Líder, por vinte minutos, para comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, não vou falar nem metade disso.

Ao longo desta semana, ocupei a tribuna do Senado para relatar a situação caótica em que se encontra a saúde pública do Rio de Janeiro. Meus pronunciamentos foram acompanhados por diversas reportagens que mostravam a mesma coisa: hospitais fechados, falta de pessoal, de segurança, de equipamento cirúrgico e até de água e comida para servir aos pacientes.

Ontem à noite, estive no Ministério da Saúde e, embora, Sr. Presidente, não tenha conseguido falar com o Ministro Humberto Costa, encontrei o Ministério mobilizado para enfrentar a crise, com os seus quadros reunidos para elaborar uma proposta que traga solução para os problemas da rede pública de saúde do Rio, que são urgentes e graves.

Quero ressaltar que, entre outras ações, o Ministério se propôs a ampliar imediatamente os repasses para o custeio das unidades de saúde do Rio em R\$46 milhões anuais. Serão recursos para suprir a necessidade de contratação de pessoal e serão incorporados definitivamente aos repasses anuais para o Município. Além disso, o Ministério se comprometeu a investir, este ano, mais R\$90 milhões na reforma e aquisição de equipamentos.

Surpreendeu-me, Sr. Presidente, saber que o Ministério da Saúde investiu, nos dois últimos anos, 2003 e 2004, R\$2,17 bilhões em repasses diretos para a Prefeitura e para as unidades de saúde do Estado e federais. Neste valor, o teto financeiro da Prefeitura, que, em 2002, era de R\$698 milhões, passou a ser de R\$768 milhões. São, portanto, R\$70 milhões a mais a cada ano.

Sr. Presidente, cabe agora às autoridades municipais, mais diretamente ao Sr. Prefeito, concluir as negociações, apresentando as contrapartidas do Município aos novos investimentos. É fundamental e indispensável que a Prefeitura do Rio de Janeiro amplie o Programa de Saúde da Família e implante imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e as Centrais de Regulação, entre elas a Central de Internação.

Hoje, quinta-feira, representantes do Ministério Público, da Alerj, do Conselho Regional de Medicina e do Sindicato dos Médicos estão reunidos para discutirem a proposta. Faço um apelo do plenário do Senado Federal para que o Sr. Prefeito e as autoridades municipais compareçam ao debate e, com transparéncia, possam fechar essa negociação.

É o mínimo que o povo do Rio de Janeiro merece e espera.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Concedo o aparte ao Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – V. Ex^a fornece um dado importante sobre os recursos, mas V. Ex^a está esquecendo de dizer que, no que diz respeito a pessoal – o grande problema que se trata –, o Governo Federal teria que repassar em torno de R\$46 milhões e está repassando apenas R\$5 milhões para a Prefeitura. Há um déficit de aproximadamente R\$40 milhões de repasse mensal por parte do Governo Federal. O Governo Federal não está cumprindo o acordo feito em outros governos. Creio que há uma distorção entre as informações sobre recursos repassados para investimento e pessoal e o contrato entre o Governo Federal e a Prefeitura do Rio de Janeiro. V. Ex^a tem conhecimento de que há um déficit, porque

o compromisso assumido entre Governo Federal e Prefeitura era que o pessoal seria pago pelo Governo Federal. V. Ex^a sabe que o Governo Federal não tem cumprido o acordo desde 1999. Era essa a informação que queria passar para V. Ex^a, sabendo que V. Ex^a tem conhecimento desses dados.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)
– Muito obrigado, Senador Efraim Morais.

No princípio do meu pronunciamento, eu disse isso. O Governo já se comprometeu.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Apenas para complementar, se não me falha a memória, o déficit do Governo Federal para com a Prefeitura do Rio de Janeiro é de R\$240 milhões. Não foram repassados esses recursos, e, consequentemente, a crise que está sendo criada no Rio de Janeiro, na área de saúde, é de responsabilidade do Governo Federal e não da Prefeitura daquela cidade.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)
– Senador Efraim Morais, o Governo Federal assumiu, a partir de agora, repassar R\$46 milhões anuais e investir R\$96 milhões para compra de equipamentos e reformas. Não há sombra de dúvidas de que os recursos são insuficientes, e tenho reclamado todas as semanas por recursos.

Mas, neste momento, Senador Efraim, é importante que as autoridades se reúnem e cheguem a um acordo, para abrirmos os hospitais, retirarmos as pessoas das ruas, comprarmos remédio, enfim, para colocarmos a saúde em dia.

Faço este apelo para que, com urbanidade e pensando no interesse público, encontremos um denominador comum. Mas V. Ex^a tem razão. Faltam recursos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Crivella, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)
– Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marcelo Crivella, sem dúvida, V. Ex^a é um dos Parlamentares de maior sensibilidade que conheço. V. Ex^a tem as bênçãos de Deus e de Cristo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)
– Obrigado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O problema de saúde do Estado de V. Ex^a é muito grave, como em todo o Brasil. Recebi ontem – pelo fato de eu ser médico – uma comissão de doentes que precisam de hemodiálise e que fizeram transplantes renais, presidida pelo Presidente da Associação dos Pacientes Renais Crônicos e Transplantados. O caso é desesperador no Estado de V. Ex^a. Esses doentes estão catalogados. Hoje são mais de 60 mil no País. O Governo Federal não atualizou os valores da hemodiálise, mas a inflação

existe. O assunto é muito grave. O Ministério Público manda que sejam inscritos, mas não há aumento do custeio. Há, então, o “jeitinho brasileiro”: o doente que precisa de quatro hemodiálises por semana passa a receber duas. O tempo de hemodiálise, que é de quatro horas, é reduzido para duas horas. O custo da assistência dos médicos, dos enfermeiros, dos instrumentos e dos medicamentos é diminuído. Hoje, no atendimento de qualquer doente com insuficiência renal, sente-se – como os médicos antigos, quando faziam o diagnóstico – o ar de uréia, de amônia resultante da doença. Eles vieram pedir socorro a esta Casa, pedir que novamente haja uma audiência pública para beneficiá-los. O número de doentes renais aumenta. Hoje se faz mais facilmente o diagnóstico. Cada vez aumenta o número, mas não os recursos. Queremos nos somar àqueles que sofrem com problemas de saúde, principalmente os doentes de insuficiência renal, que precisam de hemodiálise.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)
– Senador Mão Santa, muito obrigado. O Plenário do Senado Federal está atento para a situação da saúde no País e, neste momento, focado no Rio de Janeiro, de onde vêm as piores notícias.

Sr. Presidente, antes de concluir, gostaria de cumprir, na tribuna deste plenário, um ato de justiça. De público, elogio a atuação do Ministro Aldo Rebelo, que, de maneira incansável, faz a articulação entre o Governo e o Parlamento. Trata-se de um político de bom senso, que opera nos limites do interesse público, que sabe ouvir e que tem interesse sincero nas questões da vida pública.

O Ministro Aldo Rebelo sempre atende o telefone ou retorna as ligações se não o faz no momento. Conseguimos falar com S. Ex^a inclusive nos finais de semana, pois está sempre disposto a servir. Entre os Ministros, é o que tem o menor gabinete, a menor estrutura, o que mais sofre esse desgastante patrulhamento ideológico que, muitas vezes, não vem da Oposição, mas dos próprios aliados que o invejam. Culpam-no e criticam-no por tudo, e o fazem publicamente, sem o menor pudor, sem sequer disfarçar a ambição inescrupulosa do poder.

Contudo, as audiências com o Sr. Ministro são sempre agradáveis e produtivas, e o Ministro tem a serenidade dos que cumprem o dever, dos homens de bem que nada têm a temer.

Ao Ministro Aldo Rebelo, que aprendi a respeitar e admirar, venho de público em meu nome e em nome do povo do Estado do Rio de Janeiro agradecer e prestar esta homenagem.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que estas palavras sejam registradas nos Anais da nossa Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– O pedido de V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Senador Augusto Botelho, eu gostaria imensamente de ouvi-lo. Não sei se o Presidente vai permitir que eu conceda o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– Pois não. V. Ex^a ainda tem tempo e pode conceder o aparte, sim.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Concedo o aparte ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Quero ser solidário nesta moção que V. Ex^a está fazendo ao Ministro Aldo Rebelo, pois realmente recebo sempre o mesmo tratamento que V. Ex^a afirma receber todas as vezes que o procurei. É um Ministro que tem as portas abertas para atender aos Parlamentares desta Casa. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Muito agradecido pelo seu aparte.

Peço também que este aparte seja registrado, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador José Jorge.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, inicio o meu pronunciamento respondendo, de forma concreta, ao Senador Pedro Simon, que me perguntava, quando eu estava na tribuna, se, efetivamente, hoje à tarde, teremos uma reunião no Palácio do Planalto a fim de discutir a situação da estiagem no Rio Grande do Sul.

Informo que recebi do Deputado Orlando Desconsi, Coordenador da Bancada do PT do Rio Grande do Sul, a convocação para que hoje, às 15 horas, compareçamos ao Palácio do Planalto, onde haverá uma reunião com o Ministro Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário, com o Ministro Aldo Rebelo, da Articulação Política, e com os Secretários Bernard Appy e Swedenberger Barbosa, da Fazenda e da Casa Civil, respectivamente. Conforme, ainda, o documento que me chega, provavelmente seremos recebidos pelo Presidente da República.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, há mais ou menos um mês, falava eu da situação desesperadora dos agricultores, principalmente do Rio Grande do Sul, com relação à seca. O Senador Leonel Pavan também aqui enfatizou o assunto com muita sabedoria. Hoje volto a falar da situação não apenas do Rio Grande do Sul, mas também de Santa Catarina e do Paraná, enfim, de toda a Região Sul. E cito mais alguns dados que levarei, hoje à tarde, ao Governo.

Já são cerca de 400 municípios no Rio Grande do Sul em estado de emergência. Há um mês, quando abordei o assunto, eram cerca de 306. Com relação às perdas, são: 62% na lavoura de milho, 75% na do feijão, 35% no leite, 30% na uva, 30% no fumo, 40% na maçã, 40% na pecuária e 43% na soja.

Os trabalhadores que atuam na agropecuária do Rio Grande, entre inúmeras reivindicações, listam algumas que me dou a liberdade de aqui citar. Para quem financiou o custeio, abatimento proporcional às perdas e prorrogação do saldo devedor por três anos, com o congelamento dos encargos financeiros. Para quem financiou investimento, isenção do pagamento da parcela vencida ou vincenda em 2005, das linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Crédito Fundiário (Banco da Terra). Os beneficiários serão aqueles cujos Municípios decretaram estado de emergência ou que venham a decretar. Para quem não financiou, concessão de uma linha de crédito no valor de R\$1,5 mil por família, a fundo perdido, pago em parcela única aos agricultores – observem a realidade: esse pequeno pedido mostra o desespero dessas famílias –, suspensão das execuções de suas dívidas e liberação de uma bolsa-estiagem para as famílias mais necessitadas.

Ainda vamos sugerir a liberação de emendas individuais e de Bancadas, principalmente aquelas vinculadas à agropecuária, junto ao Ministério da Agricultura, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Agrário, a fim de amenizar o efeito da seca. Claro que estes e outros tantos documentos já devem estar nas mãos do Ministro da Reforma Agrária, do Ministro da Agricultura e do Ministro Aldo Rebelo, que, com certeza, hoje à tarde, apontarão um caminho no sentido de diminuir o desespero da população do Rio Grande.

Sr. Presidente, deixo aqui registrada palestra que faria junto ao Itamaraty: "A Escravidão e Políticas Públicas do Mundo". Trata-se de um seminário internacional, promovido pela Unesco e o Brasil – naturalmente, com o Senado da República –, mas, por motivo de doença, não pude comparecer. Remeti a palestra, e solicito que fique registrada nos Anais da Casa. Nela, demonstro que uma das melhores formas de combater a miséria e evoluir na distribuição de renda e no combate à

fome, em âmbito internacional, passa pelo combate às discriminações, seja de negros, de índios, de judeus, de palestinos, de crianças e de idosos. Enfim, o combate à discriminação, a meu ver, é fundamental, para construirmos um mundo melhor. Assim sendo, peço que seja publicada na íntegra nos Anais da Casa.

Sr. Presidente, faço também um breve pronunciamento a respeito da importância do Estatuto da Igualdade Racial, que também cito na palestra promovida pela Unesco, no sentido de que possamos aprovar uma lei no Brasil – sempre utilizei o termo, e repito – que seja a verdadeira “Carta de Alforria da Nação Negra”, o que até hoje não aconteceu.

Segundo aprendemos nos bancos escolares, nosso país, “descoberto” em 1500, recebeu a primeira leva de escravos negros por volta de 1530. Eram pessoas que, retiradas de seu país de origem, como a Guiné, chegaram aqui na expedição de Martim Afonso de Souza. Os mesmos livros nos contam que, a partir de 1559, o comércio negreiro se intensificou. Vejam só, cada senhor de engenho poderia comprar até 120 escravos por ano. E, assim, em 1568, o tráfico negreiro foi considerado legal, foi oficializado.

Os historiadores estimam em milhões o número de escravos raptados na África e trazidos ao País até a data de 1888, ano em que a Lei Áurea foi assinada e, assim, em tese, a escravidão abolida. Apesar dessa dita liberdade, o que vemos hoje, 117 anos após a abolição, é que os afro-brasileiros continuam à margem de nossa sociedade.

Venho aqui não para lamentar, mesmo porque o que disse até agora são fatos e, gostemos ou não, a chaga da escravidão faz parte da história do País. O Brasil foi o último País do mundo a abolir a escravidão. O que pretendo é, com a ajuda de V. Ex^{as}s, escrever uma nova história do Brasil, um capítulo no qual os brasileiros possam ler que a luta pela igualdade racial e o fim do preconceito obtiveram sucesso. Que nós, brasileiros, brancos e negros, enfim, saímos vitoriosos. Que possamos dizer no futuro: abolimos efetivamente o preconceito, a escravidão.

Como V. Ex^{as}s sabem, ao longo de minha vida, desde a época em que era sindicalista, dialogando muito com negros e brancos, o Estatuto da Igualdade Racial foi sendo escrito, e está pronto para ser votado nesta Casa. Espero, Sr. Presidente, que seja aprovado ainda este ano, Ano da Igualdade Racial, ano em que haverá a Marcha Zumbi+10, em que o eixo mestre é a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

Ao concluir, até pelo compromisso que assumi com outros oradores, gostaria de dizer que o fato será para mim muito importante.

Já estive na Bahia, Senador Rodolfo Tourinho, a convite do grupo Olodum, onde participei de um grande debate com relação ao Estatuto da Igualdade Racial. Foi um grande momento para mim, para meu currículo e para minha vida. Saí de lá emocionado. Comparecerei também à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, no dia 23 de março, em uma promoção da Deputada Estadual Jurema Batista, debatendo o referido Estatuto. No mesmo dia, por promoção do Conselho Camélia, estarei no Canecão, com Martinho da Vila, Ivanir dos Santos e tantos outros, apresentando o debate a respeito do Estatuto da Igualdade Racial.

Torço muito a fim de que consigamos, ainda este ano, aprovar o Estatuto da Igualdade Racial. Repito: essa luta é de todos nós, brancos e negros, apontando para a construção de um outro Brasil. Esse estatuto, nos seminários internacionais de que tenho participado, tem demonstrado que poderá ser uma referência para outros países.

Prometi terminar meu pronunciamento em dez minutos e o fiz. Mas meu amigo, Senador Mão Santa, quer um aparte. Vou concedê-lo e, depois, encerrarei meu pronunciamento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, estou lendo um livro muito interessante, do ex-Presidente Bill Clinton – **Minha Vida**. Ele diz nesse livro que o momento mais emocionante de sua vida, o momento que inspirou sua vida política foi o discurso de Martin Luther King: “Eu tenho um sonho” – “I have a dream”!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – “Tenho um sonho”.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Da mesma maneira que Martin Luther King influenciou Kennedy, que foi o ícone de Bill Clinton, o pronunciamento de V. Ex^a, sem dúvida nenhuma, vai influenciar muitos brasileiros no sentido de lutarem por essa causa. Foi uma vergonha para o Brasil ser um dos últimos países a libertar os negros. Mas o gaúcho já gritava pela libertação na Guerra dos Farroupilhas. Bento Gonçalves e os Lanceiros negros lutavam pela igualdade. Assim, baixou sobre V. Ex^a o espírito de Martin Luther King. V. Ex^a é o Martin Luther King do Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Apenas gostaria de dizer que apresentei aqui um projeto de resolução para criar o troféu Lanceiros Negros, terminando com essa parte a minha fala. O troféu Lanceiros Negros não é só para negros, mas para brancos e negros que lutam pela liberdade. Com certeza, V. Ex^a será um daqueles que receberão um dia o troféu Lanceiros Negros”.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR PAULO PAIM**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

**PALESTRA PROFERIDA PELO SENADOR PAULO
PAIM NO SEMINÁRIO INTERNACIONAL SAÍDAS
DA ESCRAVIDÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, cumprimento a todos os presentes e aos organizadores deste evento, a UNESCO/Brasil, o Ministério das Relações Exteriores, a Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Ministério da Educação, a Fundação Cultural Palmares – Ministério da Cultura, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Primeira Vice-Presidência do Senado Federal e a Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial.

É bom estarmos aqui para dividir questionamentos, proposições e procurar saídas para temas de cunho primordial dentro da proposta de vida que buscamos para os cidadãos do nosso País. Sinto-me gratificado em poder partilhar deste momento com todos os senhores e senhoras.

Este Seminário convida à apresentação de propostas que vençam as barreiras impostas pela discriminação, que eu costumo repetir que, sob todas as formas nada mais é do que a tirania que um ser humano exerce sobre outro, criando vícios de cultura que incentivam a tirania coletiva.

O direito à não-discriminação está incluso entre os direitos humanos ou direitos fundamentais. A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial esclarece que a expressão “discriminação racial” significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nas esferas política, econômica, social, cultural ou qualquer outra esfera da vida pública.

Duas décadas de pesquisas oficiais, realizadas por institutos de prestígio, vinculados ao Governo Federal, dão números a uma realidade que é do conhecimento de todos os brasileiros: os negros são os mais pobres, os menos escolarizados, recebem os menores salários quando empregados e constituem a maioria esmagadora dos trabalhadores lançados na informalidade e no desemprego.

Hoje já não é possível que expliquemos esse quadro dramático de exclusão somente como fruto

da escravidão. Do mesmo modo, não podemos ficar apenas no plano das denúncias.

São muitas as frentes de luta contra o racismo. Na educação, no mercado de trabalho, nos meios de comunicação. A consciência social brasileira tem avançado, demonstrando que a sociedade brasileira não aceita mais que as desigualdades raciais sejam tratadas com retórica e demagogia.

Mas, não obstante os avanços, é possível constatar, com muita tristeza, que o mundo ainda precisa assegurar direitos aos discriminados, a fim de que eles sejam respeitados em sua dignidade. O Projeto de Lei, de minha autoria, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, busca contribuir para a derrubada dos fatores que fortalecem esta lamentável constatação.

O Estatuto reúne um conjunto de ações e medidas especiais que, se adotadas pelo Governo Federal, contribuirão efetivamente para assegurar direitos fundamentais, direitos econômicos e sociais dos afro-brasileiros.

Ele faz constar em suas Disposições Preliminares que, esta Lei buscará combater a discriminação racial e as desigualdades raciais que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.

A criação deste Projeto visa garantir direitos fundamentais à população afro-brasileira, assegurando por exemplo o acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde para promoção, proteção e recuperação da saúde dessa parcela da população. Estatísticas, análises, pesquisas, estudos serão realizados buscando uma avaliação mais profunda no que concerne a doenças que atingem os afro-brasileiros, tais como a anemia falciforme. Serão realizados exames laboratoriais em recém-nascidos para diagnóstico da doença.

Atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, adequadas aos interesses e condições dos afro-brasileiros, serão respeitadas quanto ao direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, o que certamente contribuirá para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira. Será reconhecido o direito à liberdade de consciência e de crença dos afro-brasileiros e da dignidade dos cultos e religiões de matriz africana praticadas no Brasil.

A disciplina “História Geral da África e do Negro no Brasil, integra obrigatoriamente o currículo do ensino fundamental e médio, público e privado. Certamente é um direito da raça negra que todos tenham acesso ao conhecimento da verdadeira história do povo negro e sem dúvida alguma, será um ganho indubitável para nossas crianças, independentemente de sua cor, conhecer as raízes da nossa gente.

A criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial promoverá a igualdade de oportunidades e a inclusão social dos afro-brasileiros em diversas áreas, como a concessão de bolsas de estudo a afro-brasileiros para a educação fundamental, média, técnica e superior.

O Estatuto diz que, o sistema de cotas buscará corrigir as inaceitáveis desigualdades raciais que marcam a realidade brasileira e que têm origem nos menores níveis de educação de negros e pardos, em sua baixa qualificação profissional e em mecanismos arraigados de discriminação racial.

E aqui é importante registrar que, muitas Universidades tem se posicionado de forma favorável à adoção do sistema de cotas. O avanço da política de cotas na sociedade é revelador dos avanços da consciência da sociedade brasileira, que deseja pôr um fim às desigualdades raciais.

Consta do estatuto também que, os remanescentes das comunidades de quilombos, segundo dispositivos de Lei, terão direito à propriedade definitiva das terras que ocupavam, para a garantia de sua reprodução social, econômica, cultural e ambiental.

A herança cultural e a participação dos afro-brasileiros na história do País será garantida pela produção veiculada pelos órgãos de comunicação. Eu gostaria de mencionar aqui o livro “Ações Afirmativas-políticas públicas contra as desigualdades raciais”, onde os professores Renato Emerson dos Santos e Fátima Lobo, responsáveis pela organização do livro, assinalaram que “o Estatuto vem sendo um importante instrumento provocador de debates, se fortalecendo no Congresso por iniciativas que ativistas promovem em seus campos, como o Manifesto dos Artistas negros, que reivindica ações afirmativas na mídia audiovisual”.

A instituição de Ouvidorias, garantirá às vítimas de discriminação racial o direto de serem ouvidas, para assegurar o cumprimento de seus direitos.

Outro capítulo importante é o que estabelece que serão implementadas políticas voltadas para a inclusão de afro-brasileiros no mercado de trabalho, luta que vem sendo arduamente travada e que merece especial atenção.

Dados mostrados em pesquisa divulgada em novembro do ano passado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e que já haviam sido apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em março do mesmo ano mostravam que, em todas as regiões, o salário pago aos afro-brasileiros é menor em relação aos trabalhadores brancos.

O IBGE em sua pesquisa mensal de emprego segundo a cor em seis regiões metropolitanas, indicou

que as informações sobre os rendimentos do trabalho mostravam que os pretos e os pardos recebiam por hora trabalhada menos que os brancos.

Somos também a maioria dos desempregados. Mesmo em Salvador, cidade de maioria absoluta de afro-brasileiros, a falta de ocupação atinge 26,9% dos negros, enquanto que, para os não-negros, este patamar é de 18,4%.

O Estatuto da Igualdade Racial, em seu capítulo sobre mercado de trabalho sugere, em nove artigos, um conjunto de políticas voltadas para a inclusão de afro-brasileiros no mercado de trabalho pois sua exclusão do mercado de trabalho é uma injustiça, uma prática desumana contra aqueles que, com a sua luta diária também assentam o desenvolvimento da Nação brasileira.

Enfim, este é um projeto amplo, que quer derrubar as barreiras discriminatórias, que busca definitivamente alforriar a nação negra. Nação esta, que necessita definitivamente ser reconhecida em sua história, em sua luta, em sua importante contribuição para o crescimento deste País.

O Projeto Estatuto da Igualdade Racial está tramitando nas duas Casas Legislativas, o que assegura maior rapidez para sua votação. Aquele que tramitar mais rápido será encaminhado à votação, sem prejuízo do outro. Certamente a mobilização de todos em torno da aprovação deste Estatuto é de vital importância. É necessário que a sociedade faça pressão e lute para que conquistemos a vitória que nos fará crescer nesta caminhada contra o preconceito, para que a raça negra conquiste sua verdadeira carta de alforria.

Eu não posso deixar de lembrar também a grande “Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo, pela cidadania e a vida”, que acontecerá em novembro de 2005, durante as comemorações do tricentenário da morte de Zumbi. O Estatuto da Igualdade Racial é um dos eixos de mobilização da Marcha.

O processo de construção da Marcha Zumbi+10 deverá ter uma tal abrangência que permita ao Movimento Negro consolidar uma agenda política cuja resolução seja encaminhada no sentido de alterar substancialmente as condições de vida da população negra.

Creio que a sociedade brasileira pode e deve realizar a igualdade, o respeito ao SER, sem pretender interferir na essência do outro, ou negá-la, ou qualificá-la pela cor. Creio que ela é capaz de viver esta liberdade da alma, longe da escravidão do pensamento que conduz à prática da injustiça para com o outro. Creio na grandeza possível que reside dentro de cada ser humano.

Srs. e SRA.s aqui presentes, creio nesta alternativa que proponho como uma das saídas da escravidão. Espero que o Estatuto da Igualdade Racial seja um forte instrumento de direito que propicie a todos nós da raça negra a nossa vida de direito, a nossa plena cidadania. Espero que ele colabore para a construção de uma sociedade pluralista, uma sociedade que saiba respeitar as diferenças e que edifique, a partir destas diferenças um novo modo de vida para todos os cidadãos brasileiros.

Quero parabenizar os organizadores deste evento, que na verdade também é uma das Saídas da Escravidão, pois trazer à discussão os movimentos que tem sido feitos no sentido de encontrar tais saídas é altamente significante dentro desse contexto. E mais, é a demonstração de que vocês também compartilham da crença na construção de uma nova sociedade.

Muito obrigado, Axé para todos!

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Jonas Pinheiro, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro. V. Ex^a, Senador, dispõe de até 20 minutos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, serei breve. Vou me referir aqui à Lei de Biossegurança, projeto ontem votado e aprovado na Câmara dos Deputados.

Essa lei tão reclamada pela população brasileira chegou ao Senado em fevereiro do ano passado. Vários Senadores a ela se dedicaram e mudaram o texto que veio da Câmara – texto que não agradava aos cientistas e não satisfazia as necessidades do Brasil. Votado aqui no Senado, o projeto voltou para a Câmara dos Deputados. Naquela Casa, foi remetido a uma Comissão Especial, presidida pelo Deputado Silas Brasileiro. Para Relator, foi designado o Deputado Calheiros, que, não aceitando relatar a matéria oriunda do Senado, foi destituído da relatoria, sendo substituído pelo Deputado Darcísio Perondi, do Rio Grande do Sul, que, em poucas horas, conseguiu relatar esse projeto.

Encerrou-se o ano, e o projeto não foi à votação no plenário da Câmara dos Deputados. Ontem, o Presidente daquela Casa, Deputado Severino Cavalcanti, mesmo não concordando com o que constava na Lei de Biossegurança, colocou em votação o projeto e retirou-se do plenário. Presidida a sessão pelo Deputado Thomaz Nonô, o projeto de lei foi aprovado conforme saiu do Senado Federal, mesmo tendo ha-

vido vários destaques de emendas, todos derrotados em votação nominal. Por isso, o Brasil já possui hoje a sua Lei de Biossegurança, moderna como nos países mais avançados.

No caso dos transgênicos, fica definitivamente assegurado o plantio de soja. Portanto, não vamos mais correr atrás de medidas provisórias para o plantio e comercialização desse grão. Para outros produtos, como frutas, milho e algodão, serão empreendidos estudos e pesquisas, visando à efetivação dos transgênicos na agricultura brasileira.

O uso das células-tronco, incorporadas em texto pelo Senado Federal, foi aprovado, respeitadas as limitações impostas nesta Casa. O texto diz que serão aproveitadas as células-tronco depositadas em clínica de fertilização, congeladas há mais de três anos. Depois, vêm as sanções a quem descumprir o que foi especificado e aprovado ontem, definitivamente, no Congresso Nacional.

Esperamos que o Presidente Lula sancione esse projeto de lei, transformando-o em lei, de que tanto necessitam pequenos, médios e grandes produtores rurais, o agronegócio brasileiro e, sobretudo, os portadores de doenças hoje irreversíveis, que, a partir de agora, podem ter uma esperança de uma vida melhor.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jonas Pinheiro, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Pois não, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jonas Pinheiro, primeiro vem o fato e, depois, a lei. E os fatos, surgindo dessa evolução da ciência. Na minha profissão, vemos os que se apegam ao passado e não acreditam no estudo, na ciência, na pesquisa. Vimos como foi difícil para os primeiros cirurgiões usar cadáveres para abrir um tórax e estudá-lo porque contrariava a lei tal procedimento. Mas a ciência foi avançando, como agora. Quero dar o testemunho da nossa admiração por V. Ex^a, que interpreta a riqueza maior deste País, a agricultura. V. Ex^a tem inspirado esta Casa na consecução de boas leis para o desenvolvimento da agricultura e de toda a ciência em nosso País.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Mão Santa. Incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu discurso e agradeço o elogio ao meu trabalho. Mas saibam todos que, dos meus 63 anos, tenho 43 anos de vida pública a favor da agricultura, do agronegócio brasileiro, dos quais eu devo completar, se Deus deixar, 28 anos no Congresso Nacional no ano de 2010. Portanto, fazemos isso como obrigação. Agradeço o elogio principalmente porque vem de V. Ex^a, um homem lá do Piauí que vem enaltecer um homem

do Centro-Oeste, de Mato Grosso, principalmente da região pantaneira do meu Estado.

Sr. Presidente, parabéns ao Brasil por essa lei. Parabéns ao Congresso Nacional. E se outras leis aprovadas pelo Congresso são importantes, a de Biossegurança se enquadra como uma das mais importantes leis formalizadas por este Parlamento a favor do Brasil. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Efraim Morais. Em seguida, terá a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

Nobre Senador, V. Ex^a dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para tratar de um tema síntese da tragédia social brasileira: a desigualdade. Segundo relatório do IBGE intitulado “Síntese dos Indicadores Sociais de 2004”, divulgado semana passada, ela cresceu no Nordeste e em alguns Estados do Sul no curso do Governo Lula. Houve ligeira redução em alguns outros Estados, mas nada que alterasse o perfil de desequilíbrio que caracteriza o quadro social brasileiro. Na nossa região, minha e de V. Ex^a, Senador Mão Santa, o Nordeste, repito, a desigualdade aumentou.

A forte perda de renda do trabalhador brasileiro registrada em 2003 – 7,4%, a maior desde 1997 – agravou o quadro de pobreza em que vive a maioria da população. Mesmo entre os que têm emprego com carteira assinada, mais de um décimo, segundo o IBGE, teve, em 2003, rendimento familiar **per capita** inferior a meio salário mínimo. Vejam bem, menos de meio salário mínimo! Considerando-se o total da população brasileira, segundo o mesmo IBGE, a parcela dos que têm renda **per capita** inferior a meio salário mínimo cresceu de 24% em 2002 para 24,6% em 2003. São números insuspeitos, porque fornecidos pelo próprio Governo Federal. Cito-os apenas para ilustrar algo que é perceptível a todos, independentemente de estudos e pesquisas: o Brasil está mais pobre, o brasileiro está mais pobre. Pior: está sem perspectivas. Teme-se que fique sem esperanças.

A eleição do Presidente Lula expressou o desejo de mudança do cidadão brasileiro. Supunha a maioria que o PT, uma vez instalado no poder, expressaria em atos concretos o discurso que fizera ao longo de mais de duas décadas de história, discurso que sustenta-

va, entre outras coisas, a primazia do trabalho sobre o capital, a redução das desigualdades e a mudança do modelo econômico.

Dois anos depois, nada disso se materializou; mantém-se o modelo econômico-financeiro anterior e, o que é pior, mantém-se não por uma convicção em sua eficácia, mas por falta de alternativa ou por não se conhecer outra alternativa. Não há também a tal primazia do trabalho sobre o capital – e os números do IBGE mostram que a renda do trabalhador não pára de cair. Fala-se também em supressão de direitos trabalhistas no bojo de uma anunciada reforma sindical-trabalhista.

E, por fim, a desigualdade social aprofunda-se exatamente onde foi sempre mais acentuada: nas regiões mais pobres, o que denota falta de projeto de desenvolvimento por parte do Governo do PT.

O Governo pode alegar – e tem alegado – que a conjuntura externa é adversa, que herdou dificuldades de administrações anteriores e que o desafio brasileiro não se resolve num passe de mágica. Ninguém discute nada disso, muito embora o PT quando oposição sempre rejeitasse essas premissas.

O que se reclama, porém, é uma sinalização positiva no rumo das transformações. Os atos, até aqui, do Governo Lula denotam, no mínimo, ausência de projeto de governo. Que o PT tinha um projeto de poder, todos sabemos. Projeto, diga-se, engenhoso, eficaz.

Constou de um discurso eficiente, obsessivo, que demolia implacavelmente os adversários e semeava esperanças inconsequentes. Ao eleitor garantiu que era possível um país diferente em curto prazo. Dizia que esse país-paráíso não se materializava porque os demais partidos políticos estavam intrinsecamente comprometidos com forças retrógradas e obscurantistas. E mais: que o País submetia-se docilmente ao cabresto do FMI.

Lembro-me do candidato Lula dizendo que, com ele no poder, o FMI não mais daria as cartas. O que se viu, no entanto, foi o Governo do PT aumentar espontaneamente o percentual do superávit primário a ser destinado ao pagamento dos bancos internacionais. Passou dos 3,5% dos tempos do Ministro Pedro Malan para 4,25%. De mão beijada. Sem ser santa, porém beijada. Pior: nenhuma explicação convincente foi dada ao eleitor do PT que antes ouvia do partido que aquele percentual era excessivo e deveria ser simplesmente suprimido em nome da justiça social e da soberania.

No entanto, de repente, não mais que de repente (como diria o poeta Vinícius de Moraes), o Governo do PT simplesmente o aumentou em quase um ponto percentual, o que significa algumas centenas de mi-

lhões de dólares a mais suprimidos dos investimentos sociais.

É essa falta de nexo entre discurso e prática, que chegou ao paroxismo na reforma da Previdência e no trato com o funcionalismo público, que desorienta a sociedade brasileira e a leva à perplexidade.

Vejam um exemplo. Na semana passada, o Presidente Lula discursando no Palácio do Planalto, por ocasião da cerimônia de entrega do Prêmio Nacional de Gestão Pública, retomou um tema que foi especialmente caro a Sua Excelência e ao seu Partido por duas décadas: o baixo salário do servidor público.

Pois bem, o Presidente, que até aqui concedeu aumento de 1% ao funcionalismo – corrijo-me, 1,1% porque recentemente foi concedido aumento de 0,1% –, dividido em duas vezes, defendeu ganhos maiores para a categoria e afirmou o que todos sabemos e proclamamos, inclusive por ocasião da votação da reforma da Previdência nesta Casa: o Estado corre o risco de continuar perdendo mão-de-obra qualificada para a iniciativa privada se não reverter, com rapidez, a política do arrocho salarial em curso. Não é possível imaginar uma política de inclusão social efetiva com o Estado falido e mal remunerado.

Ora, o Presidente criticou a si próprio. Na campanha eleitoral, lembro-me bem, proclamou como injusta e absurda a política salarial anterior, dizendo que, para repor as perdas acumuladas, os servidores precisavam de um reajuste inicial de, pelo menos, 60%. Isso, para início de conversa. Mas, tão logo chegou ao poder, o Presidente simplesmente mudou de assunto e concedeu 1% parcelado em duas vezes e ponto final.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Daqui a pouco, concederei o aparte a V. Ex^a, com muita honra, nobre Senador Mão Santa.

As explicações ficaram por conta da área econômica, que tem o hábito de envolvê-las em uma linguagem tecnocrática e cifrada, que passa ao largo da percepção do público. O resultado é que a frustração aumentou, acrescida de maior desgaste para as instituições políticas que, diante do público, passam por mentirosas e demagógicas.

Não estou entrando no mérito (ou na ausência do mérito) da política econômico-social do Governo. Refiro-me, fundamentalmente, à falta de coerência entre discurso e prática, que leva à desorientação do público, à frustração e à revolta. E eis aqui outro exemplo claro do que digo. Na mesma solenidade em que o Presidente Lula pediu melhores salários para o funcionalismo público (e ele não está no lugar de pedir, mas de conceder), o Ministro Interino do Planejamento,

Nelson Machado, presente à cerimônia, fez aos jornalistas avaliação contrária àquele diagnóstico. Disse simplesmente que: “No conjunto, o salário do funcionalismo público federal está num patamar adequado”, ou seja, um subordinado do Presidente ousa afrontá-lo no espaço da mesma solenidade, desdizendo o que Sua Excelência disse. A conclusão do público é a de que o Ministro Interino (embora interino e embora Ministro) manda mais que o Presidente, pois que, ao final, prevalece sua palavra, não a do Presidente.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Paraíba das grandes lutas traz aqui seu extraordinário Senador Efraim Morais. Líder da Minoria, a maioria o levou à Mesa Diretora com retumbante vitória, elegendo-o Secretário desta Casa. Lembro que cresci ouvindo Dom Hélder Câmara, do nosso Nordeste. Ele dizia que, neste País, cada vez mais os ricos ficam mais ricos e os pobres, mais pobres. Senador Augusto Botelho, estava refletindo sobre o pronunciamento de V. Ex^a. Nos anos 80, quando era Deputado Estadual no Piauí, vi um Parlamentar, engenheiro como V. Ex^a, o Senador João Lobo, dizer que há dois brasis: o do Sul, rico, e o do Nordeste, pobre. A renda do Nordeste é a metade da do Sul. E dentro do Nordeste há dois nordestes: o rico, representado por Bahia e Pernambuco; e o pobre, representado pelo Piauí e Maranhão, quer dizer, a metade da renda. Então, a renda maior era quatro vezes a menor. Hoje, o IBGE diz que a maior renda **per capita**, a de Brasília, é mais de oito, quase nove, vezes a menor, que é a do Maranhão. Então, cada vez se distancia. Essa aceleração, essa desigualdade aumentou no Governo do PT, sacrificando ainda mais o Nordeste, distanciando os nordestinos do sonho de riqueza e felicidade. E a decepção é maior porque o nosso Presidente é do Nordeste. Mas tem a compensação de o Nordeste mandar para cá um Senador extraordinário como V.Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Mão Santa, V. Ex^a é sempre generoso. Agradeço e incorpoço o seu aparte a meu humilde discurso. Concordo com V. Ex^a, nós, os nordestinos, sonhamos com a diminuição da desigualdade. Cabe a nós, representantes do povo brasileiro e de nossos Estados, continuarmos discutindo e defendendo melhores condições para aqueles Estados nordestinos, entre os quais, se encontram o meu, a Paraíba, e o de V. Ex^a, o Piauí. Tenho convicção de que, inicialmente, com fé em Deus, juntos, haveremos de diminuir essas desigualdades entre as regiões brasileiras.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, outro sinal que, mais que desorientar, assustou o público foi o envio ao Congresso, no último dia útil do ano passa-

do, da malfadada Medida Provisória nº 232. A pretexto de reajustar a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (diga-se, num percentual bem abaixo do justo e adequado), o Governo aumentou, substantivamente, o Imposto de Renda das empresas prestadoras de serviço, que declaravam por lucro presumido.

O que repôs com uma mão, e ainda assim parcialmente, às pessoas físicas retirou com as duas mãos da outra parte, os prestadores de serviço. Com isso, gerou mais um estímulo à sonegação, à informalidade, que tanto afilgam e empobrecem a economia brasileira.

Constata-se que a ausência de um projeto de governo, de um projeto de desenvolvimento para o País, agrava as dificuldades que já lhe são inerentes.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, sem rumos para a economia, prossegue a gestão aleatória e contraditória de um governo que faz lembrar a famosa blague de Carlos Lacerda: com sua desorientação mata o pobre de fome e o rico de raiva.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – SRA.s e Srs. Senadores, comunicamos que, após o Senador Efraim Moraes, estava inscrita a Senadora Ana Júlia Carepa. Peço desculpas a S. Ex^a, mas temos a sua frente ainda o nosso querido amigo, Senador Augusto Botelho. Logo após, usará da palavra a Senadora Ana Júlia Carepa e, em seguida, o Senador Francisco Pereira da Silva. Porém, só temos trinta minutos, que, divididos, dariam dez minutos para cada um.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, não faz muito que afirmavam ser um sonho irrealizável. Diziam que o salário mínimo no Brasil nunca chegaria ao valor emblemático de cem dólares. As promessas do Governo soavam como palavras ao vento.

Os fatos mostram, porém, que os célicos estavam errados. Este momento chegou para o bem da população brasileira. Nas últimas semanas, a cotação da moeda norte-americana tem ficado em torno de R\$2,60. Antes da correção anual, em 1º de maio, o salário mínimo brasileiro já vale mais do que uma nota de cem dólares.

Essa conquista foi antecipada pela valorização do real. Dizem que ela é pouco importante porque não será para sempre. Na verdade, o vigor do real revela a força da economia brasileira. Não fosse assim, ninguém confiaria em nossa moeda.

O Brasil ganhou respeito internacional. Não é o Governo que está dizendo, não é o PT, não sou eu. É a agência Bloomberg, respeitada pelos mercados

financeiros, que anuncia: o real é a moeda que mais se valoriza no mundo.

Em outras palavras, a Bloomberg está dizendo: o brasileiro está recuperando seu poder aquisitivo! A moeda forte segura os preços da economia e beneficia os mais pobres. Após anos em queda, a renda do trabalhador voltou a crescer.

É um atestado de que o fracasso do Governo Lula, anunciado pelos adversários, não se concretizou. O “medo” do período pré-eleitoral não tinha razão de existir. O Ministro Palocci manteve firme o leme da economia. Conteve a inflação, diminuiu a dependência externa, fez o real se reerguer novamente.

O Governo conseguiu tudo isso sem comprometer as políticas sociais. Unificou o cadastro do Fome Zero, para melhor distribuir os recursos. Reforçou programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Bolsa-Atleta. E vem cuidando para garantir correções dignas para o salário mínimo.

Sr. Presidente Mão Santa, o orçamento prevê que, em 1º de maio, o salário mínimo chegará a R\$ 300,00. Confirmado pelo Presidente Lula, significará um aumento de 50% sobre o nível em que estava quando assumiu o Governo. Não é nada desprezível. Está bem acima da inflação acumulada de lá para cá.

Trezentos reais representam mais de US\$ 115. Houve um tempo que essa realidade parecia impossível. Lembro da discussão neste mesmo Congresso quando, em 2000, no Governo Fernando Henrique propôs um tímido salário mínimo de R\$ 115.

Na época, o ínfimo valor proposto causou revolta no Parlamento. A causa sensibilizou a todos como um mínimo de sensibilidade social, da Oposição à base governista de FHC. O Governo alegou que um aumento maior colocaria em risco as contas públicas.

Hoje, os tempos são outros. Sem abrir mão da responsabilidade fiscal, o Governo Lula mostra o compromisso de recuperar o valor histórico do salário mínimo. Tem consciência da repercussão social de aumentar o poder aquisitivo dos mais necessitados.

Sabe que poucas ações sociais têm tamanha eficácia e abrangência. São quatorze milhões de aposentados e pensionistas da Previdência que recebem um salário mínimo. Indiretamente, o número de beneficiados é três vezes maior, ou seja, 32 milhões de pessoas. No interior do Norte e Nordeste, muitas famílias dependem quase exclusivamente dessa renda. No conjunto de servidores públicos, 5% do total recebem o mínimo como salário.

É certo que cem dólares ainda não são suficientes para assegurar o que determina a Constituição. Nem cem, nem cento e quinze, nem duzentos. Seria preciso mais para garantir o que está no art. 7º da

Carta Magna, quando diz que o salário mínimo deve ser capaz de atender às necessidades vitais básicas dos trabalhadores e às de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Essa conta exigiria um valor superior a R\$ 1.400,00, pelos cálculos do Dieese. Infelizmente, o Governo não tem como arcar com uma despesa dessa magnitude. Cada R\$1,00 de aumento no salário mínimo eleva o gasto da Previdência Social em R\$132 milhões. Nem a União, nem Estados, nem Municípios poderiam suportar esse peso em suas contas.

Tenho certeza de que não devemos esmorecer. Podemos chegar lá com trabalho e responsabilidade. O crescimento da economia e a austeridade fiscal darão espaço para progressivas correções do mínimo, reconstruindo o sonho idealizado por Getúlio Vargas, quando criou o salário mínimo na década de 30. Barreiras que pareciam intransponíveis, como a de US\$100, foram superadas. Outras serão também.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Augusto Botelho, o Sr. Leonel Pavan, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedemos a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, do Estado do Pará, representando o Partido dos Trabalhadores.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Obrigada, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, quero comunicar a esta Casa sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Externa que o Presidente Renan Calheiros nomeou, instituiu, para a qual fui eleita Presidente, para acompanhar as investigações sobre o assassinato da Irmã Dorothy e fazer um relatório circunstanciado a esta Casa sobre essa questão.

Já havíamos feito uma audiência pública aqui, na semana passada, fomos na segunda-feira para Altamira e Anapu, onde ouvimos os presos, os dois pistoleiros que confessaram o crime, e também, em audiência pública, o Prefeito do Município de Anapu, representantes da CPT, representantes, inclusive, da Associação de Madeireiros e um representante do Presidente da Associação de Produtores Rurais da Terra do Meio.

Para mim, como Presidente da Comissão e como uma pessoa do Estado do Pará, uma coisa fica clara nessa situação, ou seja, existe um problema de segurança pública no Estado do Pará. Existe um problema de conflito de terra? Existe um problema de conflito de terra, de disputa – e de disputa, também, de modelo

de desenvolvimento para aquela região. Há em Anapu um procedimento que vem acontecendo em outras regiões: chegar, ocupar uma terra e limpar a área. E quero explicar não só para as pessoas que aqui estão, Senadores e Senadoras, mas também para a população que nos assiste, que limpar a área não significa simplesmente capinar ou deixar a área limpa para a produção rural. Limpar a área significa também, ou sob pressão, ou sob ameaça ou matando mesmo, tirar os pequenos agricultores que estão nessa área. Isso aconteceu e aconteceu ainda mais fortemente no sul do Pará.

Hoje há uma pressão nessa região, chamada região oeste, onde está incluída a Terra do Meio. Isso porque lá ainda se encontra a floresta. Eu já fui a Anapu três vezes nos últimos quinze dias. Temos que ir de avião de Altamira para Anapu. Sou testemunha, como os outros também, do desmatamento na região, o que é preocupante, sem dúvida nenhuma.

Declaro aqui para V. Ex's que ficou claro para mim que um grupo está envolvido. E esse crime só terá uma solução diferente da impunidade, comum na nossa região e também, infelizmente, no Estado do Pará, quando forem presos aqueles que arquitetaram o crime.

Vimos que, apesar da covardia, apesar de o atirador ter feito isso depois de a Irmã ter lido a Bíblia, segundo informações da Polícia, eles não tinham passagem pela polícia. E nenhum matador profissional naquela região aceitaria matar – o matador profissional sabe da repercussão de um crime desses – sem receber um centavo. Percebemos também a pobreza das pessoas que apertaram o gatilho. E eles não receberam nada. São criminosos e, por isso, têm que estar presos, mas tão ou mais criminosos do que aqueles que apertaram o gatilho são os que arquitetaram e planejaram o crime, porque esses sabiam muito bem o que estavam fazendo. Essas pessoas estão acostumadas a fazer isto na região: pressionar e matar uma Irmã ou um trabalhador rural.

Então, para pôr fim a essa situação, para acabar com a impunidade – e a Polícia diz que estão fazendo os autos complementares, as investigações complementares –, é preciso chegar-se aos mandantes do crime. Aos mandantes do crime! Se é um, se são dois ou se são vários, como parece pela questão da coleta, é importante que isso aconteça, como são importantes as ações já iniciadas. O “Fantástico” mostrou a reação de alguns produtores. E eu faço mais uma vez questão de afirmar aqui, para ser justa, como tenho feito em todos os meus pronunciamentos, que não são todos os produtores rurais. A Associação de Madeireiros ex-

pressou claramente que fazia parceria com os do PDS, parceria com esses pequenos produtores.

Não podemos generalizar. Não são todos os madeireiros. Não são todos os produtores rurais. Não são! Não é verdade! Há pessoas sérias naquela região. São trabalhadores também. Então, não podemos generalizar. Mas é necessário que os culpados paguem, paguem até para haver paz na região, para que as pessoas possam trabalhar. Agora se vai atingir o momento mais difícil da investigação, que vai exigir inteligência e muito trabalho. Os mandantes não vão dizer, não vão confessar. É claro que vão tentar, de todas as formas, esquivar-se da responsabilidade. Noticiava a imprensa hoje que houve oferta para retirar a acusação feita àquele que já está preso.

Fomos à região e ouvimos que há problemas, e não são somente problemas agrários, como falei.

O "Fantástico" mostrou um produtor falando que o Ministro do Desenvolvimento Agrário fora a Altamira e dissera da necessidade de paz na região. Continuou o produtor falando claramente que, sendo implantado o PDS, aí é que começariam as mortes.

Isso deixa claro que houve, sim, uma reação às ações do Governo. Pode-se até dizer que elas poderiam ter sido mais rápidas. Concordo. Pode-se dizer também que o Incra e o Ibama precisam ser mais bem-estruturados. Com o que também concordo. E sabemos que precisamos de recursos para recuperar a Transamazônica. Levamos ao Governo essa necessidade, pois não adianta assentar trabalhadores e produtores rurais, se eles não podem escoar o produto. Mas apresenta-se claro esse problema de segurança. Mesmo onde há assentamento, as pessoas são ameaçadas. E isso não foi apenas manifestação de por parte dos trabalhadores. Repito as palavras do Presidente da Associação de Produtores Rurais da Terra do Meio: "A Polícia não funciona; não apura os crimes e não prende". E ele é de um Município da região da Terra do Meio. Então, isso mostra que a Polícia não está funcionando a polícia. É necessário que a segurança pública, Senador Mão Santa, Presidente desta sessão, funcione não só para alguns, mas para todos.

Mas vamos continuar. Na próxima semana, faremos duas audiências públicas, uma na terça-feira e outra na quarta-feira. Ouviremos tanto setores do Estado, da área de meio ambiente, como também o Ministério do Meio Ambiente. Serão ouvidos também o Iterpa, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Incra e o Ibama. Espero que, em 30 dias, entreguemos o relatório.

Fiz questão de vir aqui falar do nosso trabalho e de reafirmar que as investigações não podem ser dadas como encerradas, por nenhum setor. Sei que

a Polícia Federal e a Polícia Civil continuam trabalhando. Nenhum delegado pode chegar e dizer que é "mente fértil" essa questão de coleta. Não. Porque quem conhece aquela região não duvida do fato de que existam outras pessoas envolvidas e não apenas um único mandante.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Francisco Pereira, do PL do Estado do Espírito Santo.

V. Ex^a tem até o fim desta sessão para o seu pronunciamento.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores.

Cumprimento o Deputado Federal Neucimar Fraga, meu querido amigo e irmão, e o Deputado Federal Walter Pinheiro, que nos prestigia aqui neste momento.

É com muita alegria que eu falo a este Parlamento.

O tecido da vida dos homens é feito a muitas mãos, nem todas elas mãos humanas. Assim é que, pelo momento, a vida do meu amigo, meu correligionário, meu companheiro Magno Malta – Senador que, nesta cadeira, vem engrandecendo o Estado e o povo do Espírito Santo – encontrou um fio que lhe recomenda o esforço de concentrar-se em seu restabelecimento.

A melhor maneira de agradecer e honrar a ausência temporária de Magno Malta, esse homem de fé, será, da minha parte, lutar pelas causas que desta tribuna S. Ex^a defendeu, com a mesma atenção, a mesma paixão e a mesma responsabilidade, agregando aquilo que me diferencia, aquilo que será a minha contribuição específica para o valor político e social deste mandato.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, venho do seio de um povo, da minha distante Carangola, nas Minas Gerais, onde aprendi o valor da família, o valor do trabalho duro, o valor da solidariedade e da caridade, que armam a trama deste outro tecido: o social.

Venho da boléia daquele caminhão que, por muitos anos, conduzi, fazendo negócios pelo Brasil afora e que acabou por me conduzir à minha terra de adoção – a esse pedaço do Brasil abençoado por uma gente industriosa, por uma geografia especial e por uma alcunha inspirada – que é o Espírito Santo. Essa luta foi apoiada por pessoas que não poderia esquecer, como o Sr. Lindberg Coelho, que me apoiou e me incentivou a olhar sempre para a frente. Com ele, lembro-me, trabalhei duro na Recapagem Silvana, onde marcou o início dos meus trabalhos com pneus. Guardo também, na minha memória, a força recebida do amigo

Alberto Aldet, que muito me ensinou no início de minha caminhada, em Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro, na Casa Sete Sapataria.

Ao meu Estado de adoção, que me deu, na condição de companheiro eleitoral de Magno Malta, os 860 mil votos que já se inscreveram em destaque na sua história política, o meu mais profundo agradecimento. Nos limites de minha força e da minha competência, farei por onde honrar sua confiança.

A Lada, minha esposa e companheira, que, com amor e amizade, vem comigo entendendo o tecido da vida, a ele unindo os fios de Bruno e Daniela, nossos filhos, a clareza de haver nela encontrado meu sul e meu norte, a viga principal daquilo que considero mais importante, a edificação na vida de um homem e na vida de uma nação: a família. Saibam minha esposa e meus filhos que é de sua presença amorosa, de seu apoio constante que retiro forças necessárias para fazer de mim um homem melhor. As orações da minha querida mãe, D. Dalma, e de meus irmãos fortificam-me a cada dia nessa longa caminhada.

A Deus, fonte única de valor e de certeza, a humildade e a renovada disposição de atuar, seja na condição de homem de fé, como pastor da Igreja Evangélica Batista de Vitória, seja na condição de homem político, como membro do Senado, na construção de Sua Obra. Aos meus melhores companheiros de fé e de Igreja, na pessoa do meu amado Pastor Brito, Presidente do nosso Ministério, e meu amado irmão e companheiro Pastor Beline, cuja convivência vem contribuindo para me tornarem mais presentes, concretos e palpáveis os ideais da vida cristã, o compromisso com os fundamentos de nossa Fé.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, vive o Estado do Espírito Santo um momento singularmente favorável no que diz respeito à sua economia. Passadas as mais recentes atribulações políticas, o crescimento econômico vem retornando, em níveis elevados, a partir principalmente das atividades produtivas relacionadas ao petróleo. Esse crescimento concorre, inquestionavelmente, para a eliminação da pobreza e dos problemas sociais que ainda preocupam a sociedade, os segmentos políticos e os homens de bem.

Diversos gargalos da infra-estrutura, entretanto, demonstram a necessidade de ações imediatas e contundentes por parte do Poder Público para sustentar esses momentos e garantir adequadas condições de sua continuação. E esse fato, que é a infra-estrutura capixaba, não só se afigura importante para o desenvolvimento estadual, mas também indispensável para o incremento de toda gama de setores da economia brasileira, dado que o Espírito Santo é peça funda-

mental para diversas das cadeias produtivas que vêm sustentando o desenvolvimento nacional.

Como pólo de escoamento de produtos minerais, siderúrgicos, agropecuários, os portos capixabas representam ativos de alto valor nos desdobramentos da estratégia de desenvolvimento adotada pelo Governo Federal, mas os problemas de acesso vêm negando o pleno aproveitamento de todo esse potencial.

Nesse sentido, é imperativa a atuação da coordenação das Bases do Governo e do próprio Executivo para apoiar e dar concretude às soluções que se afiguram recomendáveis.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Francisco Pereira, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES) – Pois não, Senador.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Primeiro, gostaria de cumprimentar V. Ex^a em sua chegada a este Congresso Nacional, que é o espelho fidedigno da sociedade brasileira, por ter representantes de todos os estratos sociais e de todos os segmentos econômicos deste País. V. Ex^a fala bem da sua origem, mas foi a firmeza de caráter que o conduziu à Alta Corte que discute os grandes problemas nacionais. V. Ex^a aborda, inclusive, uma das questões mais contundentes que afligem o Brasil e particularmente o seu Estado: o problema da infra-estrutura, principalmente no tocante à logística de transporte e dos produtos deste País. Estou seguro de que a sua presença aqui fortalecerá o trabalho de outros eminentes Colegas que também têm uma preocupação muito grande com a logística e com a matriz de transportes do Brasil. Desejo a V. Ex^a boa sorte no seu mandato, e que V. Ex^a possa efetivamente atender às aspirações da brava gente do Espírito Santo, que o conduziu a esta Casa.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES) – Sou grato a V. Ex^a por essa posição. Muito obrigado.

Voltando ao tema da atuação coordenada das Bases de Governo e do Executivo, é preciso dar consequência, por exemplo, aos objetivos do projeto de lei de autoria do Senador Magno Malta ora em apreciação na Câmara dos Deputados. O projeto autoriza a construção do trecho rodoviário que ligará o cais de Capuaba, no Porto de Vitória, à BR-262, desafogando o acesso dos produtos originários de Minas Gerais e do Centro-Oeste a esse porto.

Também urgente e relevante é a construção do anel rodoviário do Contorno de Vitória, ligando os quilômetros 249 e 275 da BR-101, obra que vai ordenar e racionalizar o acesso ao complexo portuário capixaba. Essa obra trará ainda melhores condições para o tráfego que cruza o Estado na direção norte-sul, com

consequências saudáveis e desejáveis para a maior atratividade dos centros turísticos do Espírito Santo, localizados em uma faixa turisticamente significativa e diferenciada do litoral brasileiro.

Não são esses, entretanto, os únicos gargalos que se apresentam ao desenvolvimento do Espírito Santo. Conhecemos todos os problemas financeiros por que passam as Unidades da Federação e, em especial, os Estados. Vemos, com alguma preocupação, a participação cada vez menor dos Estados e dos Municípios na receita tributária brasileira, fato que, combinado com a alta carga tributária e com o alto nível de engessamento nas despesas estaduais, tem tornado crítico o financiamento das atividades do Governo estadual, como também tem reservado para o atendimento às necessidades de caráter social recursos insuficientes.

Por isso, é importante a retomada, já em 2005, da discussão da reforma tributária, única estratégia que vejo suficientemente resolutiva para repor adequadamente o equilíbrio entre as atribuições e os recursos, no balanço dos direitos e deveres de cada esfera de poder, bem como para dar fim aos efeitos nocivos da guerra fiscal que se vem desenvolvendo entre os Estados brasileiros.

Não será por iniciativas de caráter isolado e tópico que esses gargalos serão finalmente resolvidos. É preciso, como já se sabe, pensar globalmente, desatando os nós estruturais que aprisionam o nosso futuro, e, a partir dessa abordagem, agir localmente onde as oportunidades se apresentem de formas mais claras e onde os investimentos retomem com maior rapidez e com melhor proveito para o desenvolvimento.

Gostaria, portanto, de remarcar os pontos de orientação mais diferentes da minha atuação no âmbito desta Casa: a reforma tributária e os ajustes de infraestrutura. Em combinação com os efeitos positivos a serem buscados na continuação da Reforma do Judiciário, assunto para o qual o talento e as luzes dos capixabas abrigam, por certo, um enorme e diferenciado potencial de colaboração, esses serão os temas para os quais mais prontamente me apresentarei.

Para finalizar, ofereço a esta Casa e às Bancadas que a compõem meu compromisso radical de trabalho incansável e de participação interessada. Sinto-me preparado para o embate leal e construtivo, para a discussão dos grandes temas nacionais e para a deliberação de acordos que, saindo do Senado Federal, prepararão o futuro do País. Tenham em minha figura política um pronto aliado para a defesa intransigente dos melhores interesses do Brasil.

Ao meu amigo Magno Malta, votos de um rápido e completo restabelecimento. Aos colegas da Bancada

capixaba, meus agradecimentos pela receptividade com que me brindaram, agradecimento que estendo às demais Senadoras e aos demais Senadores, pela atenção dispensada a este pronunciamento.

Ao povo do Espírito Santo e aos irmãos em Cristo, em todo o País, peço o apoio na urdidura de um tecido cívico que orgulhe os brasileiros. Peço, ainda, a graça de suas orações.

Muito obrigado, Sr. Presidente e SRA.s e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Concedemos a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, do PMDB do Tocantins.

O tempo da sessão está esgotado, mas ele é um homem abençoado por Deus. O grande mérito dele não é ser Senador, "Senador Carreiro", mas é ter sido abençoado por Deus e ter conquistado uma mulher do Piauí e, com ela, ter construído uma bela família.

Como piauiense, concedo três minutos para o pronunciamento, embora já se tenha encerrado o tempo da sessão.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO).
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Eminente Senador Mão Santa, agradeço a generosidade de V. Ex^a. Prometo ser muito breve.

Pretendo apenas fazer um pequeno registro do importante encontro que tive hoje, juntamente com outros eminentes Senadores, com o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, quando, de forma bastante apropriada e sintética, S. Ex^a traçou um panorama da agricultura, da pecuária e do agronegócio brasileiro.

Todos temos razões de sobra para comemorar.

Primeiro, pela competência do agricultor e do pecuarista brasileiro, que, com todas as condições adversas, com infra-estrutura inadequada, legislação trabalhista ainda complicada, encargos sociais altíssimos, crédito difícil e sobretudo concorrendo com agricultura e pecuária altamente subsidiada, o Brasil tem razões de sobra para comemorar que o agronegócio tenha permitido que o País amplie suas exportações, que abra fronteiras em outros países para colocar produtos de extraordinária qualidade. O Brasil tem conseguido estabelecer equilíbrio em sua balança de pagamentos exatamente porque tem um setor extremamente forte. E está aqui, no Brasil, Senador Mão Santa, a última fronteira agrícola deste País.

Quero comentar a preocupação que toma conta de tantos quantos cuidam da questão dos diversos gargalos que experimenta a logística de transporte de escoamento da nossa produção, assunto que realmente tem preocupado a todos. O Brasil escolheu efetivamente a modal rodoviária como matriz do seu

transporte. Naturalmente essa é conhecida de todos como a mais cara das modais.

É preciso que implementemos urgentemente as hidrovias e as ferrovias para dar curso ao transporte de carga pesada a longa distância e que possamos discutir as questões do gargalo e do impedimento e questões referentes à legislação pertinente que existe atualmente.

É preciso que nos debrucemos sobre essa legislação e alteremos as questões relacionadas aos gargalos que a produção brasileira tem enfrentado com relação às questões ambientais, aos licenciamentos ambientais, que criam certo constrangimento, certo garroteamento não só para o sistema produtivo brasileiro ou para os empreendimentos que ampliam a produção brasileira, mas para a implantação de hidrovias e ferrovias. É importante que o Senado, ciente da sua responsabilidade com este País crescente, procure ajustar o arcabouço jurídico hoje existente para que possamos alterar a matriz de transporte de que o Brasil precisa para dar curso ao processo de crescimento econômico que estamos experimentando e que traz alegria ao povo brasileiro.

Era o que queria registrar, Sr. Presidente, renovando os meus agradecimentos pela generosidade da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 120, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 167, combinado com o artigo 214, inciso "III", do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão da PEC nº 12, de 2004, que "Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias", na Ordem do Dia do Plenário.

Sala das Sessões, 3 de março de 2005. – **Lúcia Vânia.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência defere a solicitação da Senadora Lúcia Vânia, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, será incluída na Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Pedro Simon, Romero Jucá e Flávio Arns enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.)

FÉ E POLÍTICA

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, convidado pela Comissão Episcopal para o Laicato, fui, no dia 21 de fevereiro, à sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília, para a cerimônia de instalação em Brasília, do Centro Nacional Fé e Política Dom Helder Câmara. Trata-se de uma entidade que terá como meta central contribuir para a formação e o aperfeiçoamento de lideranças inseridas na política, levando-as a uma mais profunda formação em teologia, doutrina social e conhecimento da bíblia.

Foi uma bela solenidade. Estavam lá reunidas expressivas lideranças da Igreja Católica no Brasil, como o Presidente da CNBB, Dom Geraldo Majella Agnello; o núncio apostólico e representante do Vaticano, Dom Lorenzo Baldisseri; e o Secretário-Executivo do Centro, Padre José Ernani Pinheiro. Entre as lideranças políticas estavam os Ministros Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social – que fez um belo pronunciamento, de grande profundidade – e Waldir Pires, da Controladoria-Geral da União. Entre os Parlamentares, eu destacaria a presença do Senador Marco Maciel.

Como o pronunciamento que fiz naquela oportunidade tem tudo a ver com a atividade política – já que seu título era Fé e Política –, peço à Presidência do Senado a sua transcrição nos Anais desta Casa.

Eis a íntegra do documento:

Meus irmãos, é uma honra e uma alegria participar deste importante evento, promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que, através da sua Comissão Episcopal para o Laicato, veio a criar o Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara. Creio que certamente, no futuro, esta será uma data importante na história do Brasil.

A constituição do Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara tem como seu objetivo primordial contribuir para a formação de lideranças inseridas na política. Quer-se que, a partir daqui, as nossas novas lideranças tenham uma mais profunda formação em Teologia, doutrina social e conhecimento da Bíblia. No fundo, o que se pretende é que essas lideranças tenham papel de protagonismo na construção de uma nova sociedade, mais justa, democrática, solidária e plural.

Digo que não poderia haver objetivo mais nobre. Sempre achei que era preciso unir mais a atuação política e o pensamento cristão, levando em conta os valores do evangelho e a doutrina social da Igreja. Essa reflexão é fundamental para que, depois, coloquemos esse aprendizado em prática. Na política, são tantos e tão graves os assuntos a que nos dedicamos que a nossa tendência é nos concentrarmos apenas no mais imediato, no mais concreto, no material.

O nosso Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara vai também incentivar os grupos já existentes no País e que examinam e estudam a intercessão de temas tão relevantes. Outra meta das mais importantes é a formação de assessores para as comunidades, entidades e organizações sociais. Eu destacaria, também, o fato de que, aqui, serão fortalecidas as pastorais sociais, os movimentos eclesiais e outros organismos da igreja que tenham atuação no campo político.

Quando juntamos esses dois temas, fé e política, cristianismo e ação pública, estamos tratando de um assunto delicado, mas essencial, neste nosso tempo de tantas e tão profundas dificuldades para o ser humano. No caso brasileiro, devemos acrescentar ainda a imensa dúvida que esta Nação tem para com seus habitantes mais humildes. Além de todos os grandes problemas universais que nos angustiam – como, por exemplo, o aparente declínio da religiosidade em nosso tempo, paralelamente ao avanço do egoísmo, do ateísmo e do consumismo –, em nossa terra temos que conviver com a fome, a miséria e a falta de perspectivas de ascensão social para uma vasta fatia do povo.

Vivemos hoje num mundo assolado pelo materialismo vulgar, pela pobreza espiritual, pelo individualismo, pela indiferença em relação aos mais pobres, pelo consumismo desenfreado e pela ganância. A situação é dramática. Mas acho que os intelectuais e os militantes cristãos podem e devem trabalhar duro para mudar esse quadro. Já os políticos cristãos, creio eu, devem colocar sobre os ombros esse encargo e assumir um papel de liderança nesta batalha. O Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara será o espaço privilegiado em que nós, que temos vivência política, poderemos refletir e trocar experiências com nossos irmãos.

Uma entidade como o nosso Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara é essencial para que os brasileiros discutam sobre a permanente necessidade de se buscar uma vivência mais íntegra, voltada para a caridade e para a solidariedade. Estou seguro de que registraremos grandes avanços aqui. Neste nosso Centro muitos encontrarão ou verão reforçados os argumentos que os motivarão para a luta por mais justiça. Uso a palavra justiça no seu sentido mais amplo.

Preparando-me para esta reunião, reli trechos de algumas encíclicas e descobri, na abertura da recente encíclica *Fides et ratio*, do nosso querido João Paulo II, um texto que, de certa forma, me lembrou o que será realizado aqui neste Centro. Diz o Papa: “A fé e a razão (*fides et ratio*) constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade. Foi Deus quem colocou no coração do homem o desejo de conhecer a verdade e, em última análise, de conhecer a Ele, para que,

conhecendo-O e amando-O, possa chegar também a verdade plena sobre si próprio”.

Meus irmãos, temos que estudar com profundidade a realidade social brasileira. É essa reflexão que nos guiará na nossa atividade cotidiana, seja ela política ou não. Pode-se dizer que as nossas experiências são resultado do acúmulo de dois mil anos de estudo daqueles que têm o olhar mais aguçado para verificar as contradições do mundo, daqueles que têm a alma mais fortalecida, o coração mais generoso. A doutrina social da nossa Igreja é um verdadeiro manancial de ensinamentos em defesa da dignidade da pessoa humana. Com seus cursos, seminários, encontros e publicações, o Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara vai contribuir para que cada vez mais nossos militantes cheguem a esse manancial.

Neste ponto, quero fazer um breve comentário. Penso que, de um modo geral, nós, pessoas do Século XXI, estudamos pouco. E, quando estudamos, não alcançamos a profundidade necessária. Vivemos hoje uma vida muito movimentada. O mundo exige de nós que nos mantenhamos em agitação o tempo todo. Estamos na chamada era das comunicações. Nunca estamos sós. Há sempre um computador, uma televisão, um rádio, um aparelho de som por perto. Seja em nossa casa, seja no ambiente de trabalho, não temos mais o silêncio necessário ao recolhimento, ao recolhimento reflexivo, ao recolhimento que dá frutos. Mas, julgo que aqui, no nosso Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara, teremos um cenário ideal para o debate e para a reflexão. Uma reflexão que, claro, deverá resultar numa prática mais intensa, numa dedicação maior ao trabalho pelos nossos irmãos mais necessitados.

No livro intitulado *As Três Cidades*, o Padre Patrick de Laubier, lembra que Aristóteles distingua três tipos de justiça: a Justiça política, a Justiça social e a Justiça civil. E, a seguir, explica Laubier: “Apenas com Justiça política, ter-se-ia um regime totalitário. Somente com Justiça social, ter-se-ia um regime de corporações e de grupos de pressão. Presente tão-só a Justiça civil, o sistema seria puramente liberal”.

E acrescenta o Padre Patrick de Laubier: “A doutrina social da Igreja retoma essas três dimensões da Justiça, tornando possível sua elevação a um plano em que a amizade política é sustentada por um amor mais desinteressado: o da caridade!”.

Com a palavra caridade chegamos ao centro da doutrina social a Igreja.

Nós, cristãos, somos movidos pelo amor ao próximo. Nós, cristãos, vivemos para partilhar e compartilhar nossas experiências, nossos conhecimentos e nossos bens.

O cristão é levado desde o início de sua formação a buscar, sempre, em qualquer circunstância, o bem comum. Queremos buscar uma vida melhor, sim, mas que seja uma vida melhor para todos. Isso é o que dá brilho à doutrina da nossa igreja. Temos que ser cidadãos participantes, interessados em que a vida seja melhor – ou menos sofrida – para todos os que nos cercam, na nossa cidade, no nosso país, no universo.

A sociedade brasileira precisa colocar em lugar de destaque a solidariedade. O que é a solidariedade? Ela nada mais é do que é o princípio da partilha, que os Santos Padres colocaram no âmago do pensamento social da nossa Igreja. O ser solidário é justamente o contrário do ser indiferente. Ele se preocupa pelos que sofrem e, mais do que isso, trabalha para que lhes sejam amenizados os males.

Diz o Padre Laubier que, a partir de 1975, o Papa Paulo VI profetizou uma civilização do amor, que se estenderia pela terra toda. Hoje, o Papa João Paulo II luta para concretizar essa civilização do amor, calcada nos valores cristãos. Tem feito isso com grande clarividência, com grande amor, com grande empenho. Apesar, é claro, da realidade que está aí diante dos nossos, uma realidade triste, constrangedora, uma realidade em que parece imperar a cultura da violência.

Nesta minha breve intervenção, quero destacar aqui – muito rapidamente – a importância de algumas encíclicas que foram fundamentais para a atual configuração da nossa doutrina social.

Há um verdadeiro consenso sobre a mais célebre das encíclicas de Leão XIII: a Rerum Novarum, de 1891. Foi ela que lançou as bases da nossa moderna doutrina social. Ela reflete com sabedoria sobre as profundas modificações que sofriam as estruturas econômicas e sociais no final do Século XIX. Já naquela época, a encíclica fazia restrições ao socialismo e, na outra ponta, ao capitalismo liberal. Leão XIII diz que só na justiça haverá paz e condena as duas tendências extremas de só se olhar os problemas terrenos ou de só se olhar para uma salvação extraterrena.

Vou dar um grande salto na história para falar de João XXIII, o Papa que nos deu, em 1961, a Mater et Magistra; e, em 1963, a Pacem in Terris. A primeira encíclica retoma o pensamento de Papas anteriores e os atualiza diante dos novos elementos da vida social. Já a Pacem in Terris está centrada nos direitos e deveres do homem, na natureza da autoridade política e no bem comum em nível universal.

Entre as seis encíclicas de Paulo VI, eu destacaria a Populorum Progressio, que trata diretamente de questões sociais. Embora seja impossível resumi-la, pode-se afirmar que na sua primeira parte ela expõe os princípios para o desenvolvimento do homem. Na

segunda, especifica as ações para que se obtenha um desenvolvimento solidário da humanidade.

Por fim, queria mencionar aqui, também brevemente, a encíclica Centesimus annus – de 1991, já no Papado de João Paulo II – que apresenta uma notável explicação da mensagem social cristã. Trata-se da encíclica que vem exatamente cem anos depois da Rerum Novarum para tratar dos mesmos temas, mas á luz das principais modificações que ocorreram nos campos da política e da economia no final do Século Vinte.

Nesse documento, o nosso atual papa mostra que o fracasso do projeto comunista já estava previsto na Populorum Progressio. Mas não exalta a ideologia liberal. Segundo a antropologia cristã, ele analisa temas como propriedade, trabalho e liberdade. A economia de mercado é admitida, mas com muitas exigências de contrapartida. Uma hipoteca social pesa sobre o direito à propriedade. A solidariedade com os desassistidos deve ir além dos gestos pessoais, tem que chegar às políticas públicas. A economia – que não é centro de tudo – está subordinada à política que, por sua vez, deve estar de acordo com uma filosofia que defende a dignidade do ser humano.

Sobre essas encíclicas é que temos de refletir. E isso será feito com profundidade aqui no nosso Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara.

Meus irmãos, tratando brevemente de política, eu diria que no centro da nossa atividade se encontra a palavra Ética. Eu diria mais: Ética na Política é o tema mais importante da nossa agenda nacional. Minha vida pública tem sido um combate incessante em defesa da ética na gestão pública, da ética na política. E a minha formação cristã tem sido o meu farol nessa travessia.

Para que se imponha definitivamente a Ética no centro da consciência política desse país, temos que lutar incessantemente pelo fim da impunidade. Infelizmente, como se sabe hoje, as pessoas que praticam grandes crimes contra o patrimônio público raramente são punidas. Por isso, os crimes se repetem. Sempre digo e repito: no Brasil, só ladrão de galinha vai para a cadeia. Para os poderosos, a impunidade ainda é a regra.

A grande novidade no campo da Ética na seara política é que o povo brasileiro não aceita mais conviver pacificamente com a corrupção. Através de suas muitas organizações, o povo agora exige apuração e punição dos envolvidos. Mas, apesar de tudo, sou otimista. Acho que estamos no começo de um caminho que nos levará a uma situação melhor. Temos muito pela frente, mas já começamos a caminhar.

O centro da minha atividade política me foi dado pela minha educação cristã. Sem dúvida, vem dela toda a minha inclinação para lutar, com decisão, pelo bem

comum. Foi a minha crença religiosa que me impulsionou a lutar, sempre, pelos mais necessitados.

No momento, eu diria que nossa luta política mais imediata deve ser por maior justiça social. Temos hoje um terço da população brasileira vivendo em situação de miséria. Isso é inaceitável.

Liberdade e justiça social são as duas palavras que têm movimentado a minha ação política. Solidariedade, amor, generosidade e tolerância são os conceitos cristãos que me orientam desde que ingressei na vida pública até hoje. De onde busquei essas motivações? Da minha família, da minha preparação religiosa, dos meus mestres.

Entre esses mestres, eu gostaria de destacar a figura ímpar do Senador Alberto Pasqualini, um dos maiores homens públicos que o Rio Grande do Sul já produziu. Jovem ainda, estudante, tive contato com Pasqualini. Era ele um homem de forte sentimento religioso e dono de vasta erudição. Foi ele quem elaborou a teoria do trabalhismo brasileiro. Com ele, tive minha iniciação na política.

Hoje, tenho consciência que Alberto Pasqualini foi um homem muito à frente do seu tempo. Certa vez, disse ele: "Devemos considerar o capital e a propriedade como uma espécie de delegação ou mandato da sociedade ao indivíduo para o fim de desenvolver o bem-estar econômico e social". E mais adiante acrescentou: "Entre o capitalismo individualista e a supressão do capital privado, há uma posição intermediária na qual nos colocamos e em que se procura considerar a empresa – isto é, a conjugação dos fatores da produção – como uma comunhão de interesses que devem se tratados com eqüidade na partilha de benefícios."

Meus amigos:, quero, ainda, dizer umas poucas palavras sobre o homem que dá nome a este Centro, Dom Hélder Pessoa Câmara, um dos líderes da nossa luta pela redemocratização do Brasil. Foi ele o cidadão brasileiro que mais sofreu o rigor da censura. Mas a muralha de silêncio que a ditadura tentou erguer em torno de Dom Hélder só o fortaleceu. Além de dezenas de importantes prêmios que recebeu em todo o mundo, o religioso nordestino chegou a ser indicado, em 1970, para receber o Prêmio Nobel da Paz. Dom Hélder Câmara foi um dos criadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e, depois, da Campanha da Fraternidade.

Leio trechos do mais conhecido livro de Dom Hélder, que tem um título sugestivo: "O Deserto é Fértil".

Escreveu Dom Hélder:

"Quem vive em áreas onde milhões de criaturas humanas vivem de modo subumano, praticamente em condições de escravidão, se não tiver surdez de alma, ouvirá o clamor dos oprimidos. E o clamor dos oprimidos é a voz de Deus."

"Quem vive em países desenvolvidos e ricos, onde existem zonas cinzentas de sub-desenvolvimento e de miséria, se tiver antenas espirituais, ouvirá o clamor silencioso dos sem-vez e sem-voz. E o clamor dos sem-vez e sem-voz é a voz de Deus."

"Quem é despertado para as injustiças geradas pela má distribuição da riqueza, se tiver grandeza d'alma, captará os protestos silenciosos ou violentos dos pobres. E o protesto dos pobres é a voz de Deus."

"Quem acorda para as injustiças nas relações entre países pobres e impérios capitalistas ou socialistas, nota que, em nossos tempos, as injustiças já não ocorrem apenas entre indivíduos e indivíduos ou entre grupos e grupos, mas entre países e países. E a voz dos injustiçados é a voz de Deus."

Meus irmãos, quero encerrar essa breve participação mais uma vez elogiando essa grande iniciativa, que foi a criação do Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara. Ele é importante porque só agindo e pensando em torno dos ideais cristãos o homem encontrará o verdadeiro bem comum, não o bem comum para um só país, ou para um só povo, mas sim o bem comum para a humanidade inteira. Os ensinamentos cristãos são a mais límpida fonte de respostas para grande parte dos problemas contemporâneos.

Para encerrar esta palestra, quero ler aqui a oração da Campanha da Fraternidade deste ano de 2005, que li numa igreja de Porto Alegre e que muito me emocionou, especialmente levando em conta o brutal assassinato da irmã Dorothy Stang, no Pará.

Ó Senhor, Deus da vida, que cuidas de toda criação, dá-nos a paz!

Que a nossa segurança não venha das armas, mas do respeito.

Que a nossa força não seja a violência, mas o amor.

Que a nossa riqueza não seja o dinheiro, mas a partilha.

Que o nosso caminho não seja a ambição, mas a justiça.

Que a nossa vitória não seja a vingança, mas o perdão.

Desarmados e confiantes, queremos defender a dignidade de toda criação, partilhando, hoje e sempre, o pão da solidariedade e da paz.

Por Jesus Cristo, teu Filho divino, nosso irmão, que, feito vítima da nossa violência, ainda do alto da cruz, deu a todos o teu perdão.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente SRA.s e Srs.

Senadores, constatamos com profunda tristeza, no mundo de hoje, um verdadeiro culto à violência.

Não podemos continuar a assistir, impassíveis, todos os dias, a desastres, catástrofes e acidentes com múltiplas vítimas, sem adotarmos uma política de atendimento às urgências e emergências na área médica e sem o planejamento de ações para o fortalecimento de políticas adequadas na área de saúde pública.

Além da solidariedade humana, da fraternidade, da ética e da verdadeira prática do amor ao próximo, é uma obrigação do Estado garantir saúde e bem-estar a todos os cidadãos.

A “*Política Nacional de Atenção às Urgências*” é tema da mais alta relevância, fortemente correlacionada com a solidariedade e o humanismo.

É preciso colocar à disposição da comunidade os novos recursos de que dispõe a medicina. A tecnologia, os equipamentos, os meios de transporte modernos, as técnicas administrativas, tudo deve ser usado para reduzir tempo de espera e, de certa forma, antecipar as probabilidades de ocorrência de urgências médicas.

Trata-se, antes de tudo, de dispormos de *planos de contingência* para enfrentar situações críticas, situações de emergência e de urgências médicas, com o objetivo de reduzir o número de óbitos, de diminuir o sofrimento de pacientes e de recuperar a capacidade de trabalho e as melhores condições de vida para todos os pacientes, independentemente da situação social ou econômica de cada um.

Acidentes e atos violentos constituem alguns dos mais graves problemas de saúde pública no Brasil, o que exige a aplicação de políticas adequadas para enfrentar a necessidade imediata de reduzir a morbi-mortalidade.

Essas ocorrências matam anualmente milhares de brasileiros, na maioria jovens, deixam seqüelas muito graves, aumentam a demanda por serviços médicos e hospitalares de forma muito forte e oneram os custos da prestação de serviços de saúde.

Esse acidentes decorrem de ações e omissões que contribuem para ocasionar danos físicos, emocionais, morais e espirituais a milhares de pessoas diariamente, com profundas repercussões sociais, econômicas e políticas.

Os homens, principalmente os jovens, são as maiores vítimas da violência, da agressão física que resulta em morte. A criança, a mulher e o idoso também sofrem diversos tipos de violência, que, muitas vezes, não resultam em morte, mas têm influência sobre o perfil de morbidade da população, com impacto negativo sobre a saúde pública.

O Ministério da Saúde publicou recentemente um documento de grande importância para a orientação de todos quantos cuidam da saúde pública no Brasil, denominado “*Política Nacional de Atenção às Urgênc-*

cias”, resultado de uma parceria do Ministério com o Conselho Nacional de Saúde, Estados e Municípios.

Com a implantação dessa política, 68 milhões de brasileiros passarão a ter acesso ao *Serviço de Atendimento Móvel às Urgências (SAMU)*, que disporá de unidades de *Suprimento Avançado* e de *Suprimento Básico de Vida* e que responderá às necessidades de urgência médica da população, o que representa um avanço e uma melhoria no atendimento do *Sistema Único de Saúde (SUS)*.

A universalidade, a integralidade, a descentralização, a participação social e a humanização do atendimento são as diretrizes básicas que norteiam a “*Política Nacional de Atenção às Urgências*”, garantindo a todos os cidadãos um atendimento digno e de acordo com o que determina a Constituição Federal.

As *Centrais de Regulação Médica* terão a orientação de um médico regulador que estabelecerá prioridades de atendimento das urgências, dará orientação nos atendimentos, determinará o deslocamento de equipes com médico, enfermeiro e todos os equipamentos de que dispõe uma UTI.

O atendimento às necessidades de cada paciente será específico, individualizado: cada um será atendido na medida de suas necessidades pessoais, conforme o grau de urgência requerido.

A “*Política Nacional de Atenção às Urgências*” tem como objetivos a promoção da saúde pública e a solidariedade, com ações ágeis, urgentes e adequadas, e não se limita ao campo específico de atuação do Ministério da Saúde e Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios.

As *Centrais de Regulação Médica* não apenas propiciam o atendimento adequado das urgências médicas, mas também procuram estabelecer ações preventivas em cooperação com outras áreas governamentais, para que os cuidados com a saúde da população não se limitem a um atendimento rápido após a ocorrência dos acidentes.

Entre as preocupações das *Centrais* se encontram a indicação de reparos e melhorias em pontos críticos de determinadas ruas ou cruzamentos que apresentam elevado número de atropelamentos de pedestres, remoção de obstáculos em ruas que contribuem para quedas de pessoas idosas e a atenção básica de saúde para reduzir o número de acidentes vasculares cerebrais.

Desejo ressaltar a oportunidade da implantação da “*Política Nacional de Atenção às Urgências*”, garantindo uma rede de serviços regionalizada de cuidados integrais às urgências, facilitando o acesso aos meios adicionais de atendimento médico e a integração com o *Sistema Único de Saúde*, com o *Conselho Nacional de Secretários de Saúde*, e *Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde*.

Com o estabelecimento de uma política integrada de atendimento às urgências, fica assegurada a universalidade, a eqüidade e a integralidade das urgências clínicas, cirúrgicas, gineco-obstétricas, psiquiátricas e as relacionadas a causas externas, como traumatismos, violências e suicídios.

A regionalização é outra diretriz que está contemplada na “*Política Nacional de Atenção às Urgências*”, o que possibilitará uma criteriosa distribuição de recursos, de modo a garantir uma boa cobertura geográfica, reforçando as redes de atendimento estaduais, regionais e municipais.

O objetivo principal de toda essa política de atenção às urgências é promover a qualidade de vida de todos os cidadãos, prevenir agravos, educar para a defesa e recuperação da saúde, garantindo autonomia para que todos tenham o efetivo direito à saúde e à integridade física e mental.

A construção de mapas de risco regionais e locais é outro ponto importante da estratégia traçada na “*Política Nacional de Atenção às Urgências*”, o que permitirá uma avaliação dinâmica do estado de saúde da população e do desempenho do *Sistema Único de Saúde*.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, gostaria de encerrar este meu pronunciamento com as palavras do Ministro Humberto Costa, que assim se manifestou na apresentação do documento que resume essa importante política de saúde: “É com a maior satisfação que estamos implantando a Política Nacional de Atenção às Urgências, avançando na construção do SUS, tendo como diretrizes a universalidade, a integralidade, a descentralização, a participação social, ao lado da humanização a que todo cidadão tem direito. Esta vitória, que é da população, é fruto do trabalho conjunto do Ministério da Saúde em parceria com o Conselho Nacional de Saúde, com os Estados e Municípios. Neste primeira etapa, 68 milhões de brasileiros passarão a ter acesso ao Serviço de Atendimento Móvel às Urgências (SAMU)”.

A população do nosso Brasil, em sua grande maioria constituída por pessoas que não dispõem de recursos financeiros para contratar serviços particulares de atendimento às urgências médicas, certamente necessita e merece um serviço especializado de atendimento nessas horas de crise e de ocorrência de acidentes.

Todos nós sabemos que muitas vidas poderiam ser recuperadas com um atendimento eficaz e imediato para enfrentar essas situações difíceis, que representam questão de vida ou morte, muitas vezes dependentes de minutos a mais ou a menos na chegada do socorro médico.

É louvável a estratégia adotada por essa política de saúde, que objetiva prevenir agravos, corrigir situa-

ções que representem risco para a vida do cidadão, e assegurar qualidade de vida, educação para a defesa e recuperação da saúde.

Essa nos parece a melhor estratégia, pois representa economia de recursos, de tempo, de energia e, principalmente, é capaz de poupar vidas preciosas para todos nós.

Faço votos para que essa importante política de saúde pública seja imediatamente implantada em todo o território nacional, para que todos brasileiros possam dispor desses recursos médicos e para que tenham melhores condições de vida e saúde.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.).

MANIFESTO: O PARANÁ MERCE RESPEITO

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, gostaria de utilizar o Plenário desta Casa para associar-me a um manifesto assinado por entidades representativas de diversos setores a respeito da situação de grave preocupação que vem se tornando crônica quando nos referimos a investimentos em infra-estrutura destinados ao Estado do Paraná.

A manifestação quanto aos poucos recursos que nosso Estado tem recebido ao longo dos anos pelo Governo Federal foi publicada nos principais veículos de comunicação do Paraná com o título “O Paraná merece respeito”.

Sem dúvida alguma, o Estado responsável pela geração de 6,3% do PIB nacional e que ocupa as primeiras posições nos rankings mais importantes do país relacionados à agroindústria merece todo o respeito e atenção por parte do governo federal, principalmente no que se refere à infra-estrutura.

Estradas, ferrovias, portos e aeroportos paranaenses necessitam urgentemente passar por um processo de modernização e readaptação para absorver o grande fluxo de grãos e produtos movimentados pelo Estado e que são essenciais para o desenvolvimento econômico não só da região, mas do país.

Gostaria de chamar a atenção deste Parlamento, da sociedade e dos meios de comunicação para este manifesto que claramente nos traz um relato da problemática e nos conduz a uma reflexão importante sobre as necessidades pelas quais o Paraná vem passando no campo da infra-estrutura e da logística.

Quero também parabenizar as instituições que assinam o manifesto pela iniciativa e me colocar à disposição desta causa que representa uma das principais carências do Estado e um dos principais clamores do povo paranaense.

A seguir, o manifesto a que me refiro, na íntegra:

“O Paraná merece respeito

Responsável por 6,3% do PIB nacional, por um quarto dos grãos produzidos no país, sede da maior hidrelétrica do mundo e do primeiro porto em embarque de granéis sólidos da América Latina, o Paraná tem recebido pouco ou quase nada em investimentos em infra-estrutura, essenciais para a cidadania econômica.

Ou, pior, tem recebido explicações insuficientes para o descaso oficial, que vem de administrações passadas e torna-se crônico no atual governo federal.

O caso mais recente e emblemático foi a queda da ponte sobre a represa Capivari-Cachoeira, no último dia 26, com consequências irreparáveis para todos os setores da economia e prejuízos sociais imensuráveis.

A rodovia Régis Bitencourt, onde se deu o desastre, é o principal elo rodoviário para transporte da produção entre as regiões mais ricas do país e do Mercosul.

Há dezenas de outros exemplos, que se multiplicam, de pouca atenção ou descaso para a infra-estrutura, apesar dela ser essencial para o aprimoramento e democratização dos bens e serviços, redução de custos, aumento de produtividade e maior integração nacional.

Segundo o Fórum Industrial Parlamentar Sul, o Paraná precisa emergencialmente de R\$ 600 milhões para a modernização do seu principal porto, das rodovias, aeroportos e ferrovias. O Estado necessita de R\$ 3 bilhões para ter uma infra-estrutura adequada de transporte e de logística. No entanto, o total de recursos orçamentários reservados ao Paraná pelo governo federal em 2005 é de R\$ 160 milhões.

Dante deste quadro, as entidades abaixo-assinadas, unidas suas forças, convocam todos os que repudiam a política de investimentos em infra-estrutura do governo federal para reivindicar, no mínimo, os direitos de nosso Estado. Precisamos de maior volume de recursos para melhorar a qualidade de vida de nossa população e proporcionar à Nação maior desenvolvimento econômico e social.

Uma agenda para debates das deficiências da infra-estrutura nacional, especialmente no Paraná, será divulgada nos próximos dias. Participe!"

Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Paraná

Associação Comercial do Paraná

Associação Nacional do Transporte de Cargas no Paraná

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia do Estado do Paraná

Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas do Paraná

Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Federação do Comércio do Estado do Paraná

Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná

Federação das Indústrias do Estado do Paraná

Instituto de Engenharia do Paraná

Movimento Pró-Paraná

Sindicato dos Estabelecimentos Privados de Ensino

Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Materiais de Construção do Estado do Paraná

Organização das Cooperativas do Paraná

Muito obrigado,

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 34 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 02 DE MARÇO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, ontem, desta tribuna, destacava a enorme distância existente entre o discurso e a prática governamental; enfatizava que a palavra está sendo, a cada passo, desmoralizada na atividade pública brasileira.

Se não me falha a memória, ainda na semana passada, o Presidente da República afirmava que o servidor público brasileiro está desestimulado porque é pessimamente remunerado e que deixa muitas vezes a função pública e busca a iniciativa privada ou outros setores da atividade pública, longe do Poder Executivo – referindo-se certamente ao Legislativo e ao Judiciário –, em função do salário. Imaginávamo que o Presidente da República fosse oferecer ao servidor público, em consonância com o seu discurso, um reajuste que o estimulasse.

Falou também o Presidente sobre o sucateamento da máquina pública e o seu desestímulo, provavelmente angustiado por verificar que o Poder Executivo nacional está incapaz de atender as demandas e as exigências da sociedade brasileira. Não consegue a não ser uma lastimável execução orçamentária, nem sequer chega

a aplicar os recursos disponibilizados pelo Orçamento da União, demonstração visível da incapacidade de gerenciamento do seu Governo.

Imaginava-se, portanto, que, diante dessa análise feita pelo próprio Presidente, houvesse um reajuste aos servidores públicos que os estimulasse a atuar com mais entusiasmo e eficiência.

O que ocorre, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, é exatamente o oposto: o Presidente encaminha – e o fez na última sexta-feira – ao Congresso Nacional um projeto, propondo um reajuste de 0,1%. Fica difícil acreditar. Não é 1%. É 0,1%. Não é 0,2%, não é 0,3%, não é 0,5%. É 0,1%. Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, isso soa como uma piada incompreensível, principalmente nesse momento em que a Câmara dos Deputados debate um reajuste salarial da ordem de 67% para os Parlamentares. Confrontar 0,1% de reajuste para os servidores, que não obtêm aumento digno há muito tempo, com 67% destinado aos Parlamentares, certamente será de difícil entendimento para a opinião pública do País.

Não quero discutir o mérito. Não quero saber, nesse momento, se a Constituição do País está sendo cumprida ao estabelecer teto único, portanto, igual, entre os três Poderes. Isso não interessa agora. Interessa, sim, afirmar que não é oportuno discutir esse tema. Nós estamos desgastados. A população não está satisfeita. Ao contrário. A população vê crescer a indignação relativamente às instituições públicas, aos partidos políticos e aos políticos de forma geral, porque estão descontentes com os resultados da atividade pública brasileira. O Congresso Nacional tem que trabalhar duro para recuperar sua credibilidade. Quem sabe, depois, a sociedade o autoriza a discutir reajuste salarial?

Sei que alguns haverão de entender esse tipo de manifestação como demagógica. Entendam como quiserem. Na verdade, fica difícil uma omissão em relação a uma questão que nos diz respeito tão de perto. Certamente, sobretudo a população trabalhadora do País, ao assistir o debate sobre o reajuste salarial de Parlamentares, imagina que o dever primeiro nosso seria debater alternativas para melhorar o salário dos assalariados brasileiros ao invés do debate sobre o aumento do *jeton* parlamentar. A classe média do País estaria a esperar o debate sobre alternativas que lhes possibilitassem aumentar o seu próprio salário. Afinal, é para isso que somos eleitos. Certamente, enquanto não estabelecermos um patamar de razoabilidade em matéria de credibilidade popular para esta instituição, estamos proibidos de defender os nossos próprios interesses. Nós não estamos autorizados a debater reajustes salariais. Temos de renunciar até a esse direito para, em primeiro lugar, colocar o direito de todos os brasileiros que confiam na instituição parlamentar como garantia do processo democrático e, sobretudo, ferramenta política capaz de atender às necessidades elementares da população de vida digna.

Quem sabe, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, o desestímulo, provocado pelos baixos salários aos servidores públicos da União, não seja uma das causas centrais da ineficácia administrativa que se assiste no País de forma ímpar!

Nesses dois anos, não há resultados que possam ser comemorados. A inoperância do Governo em áreas estratégicas, como a da Saúde, cujo Programa da Aids, por exemplo, desenvolvido na gestão do atual Prefeito de São Paulo e ex-Ministro José Serra, obteve o reconhecimento internacional, na atual gestão do PT foi desmantelado a tal ponto que até remédio falta aos portadores do vírus da Aids.

Senador Mão Santa, já vou conceder o aparte a V. Ex^a, sobretudo porque V. Ex^a é médico e sabe da importância da área da Saúde. Como pôde o Governo, em tão pouco tempo, desmantelar um setor da atividade pública que mereceu o reconhecimento internacional em função de sua eficiência?

Sr. Presidente, difícil entender como puderam, em tão pouco tempo, desmontar o que se fez, com competência e eficiência, em uma área sensível da atividade pública como é a da Saúde?

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa, com o maior prazer.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, o povo do Paraná e o do Brasil está orgulhoso do Senador pela sua coragem. Quero apenas colaborar, porque um quadro vale por dez mil palavras. Trata-se de matemática simples que até, acho, o Palocci sabe. Refiro-me à Aritmética de Trajano. Rui Barbosa disse: “O trabalhador vem antes; a ele se dê primazia, pois ele faz a riqueza”. Presume-se que eles terão um aumento, em maio, de R\$30,00. O nosso, é de R\$ 9.000,00. Trezentas vezes mais! E a vergonha é muito maior quando rasga-se a democracia, que tem por base um tripé: os três Poderes, harmônicos, independentes, que não se imiscuem. Isso, essa vergonha, foi influenciada pelo Poder Judiciário. Então, estamos desrespeitando o povo; o povo que nos fez Senador para fazermos leis boas e justas. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Acrescenta-se, em matéria de desmoralização da instituição que representamos, o fato de que esse tal reajuste para Parlamentares foi promessa de campanha eleitoral – é evidente que isso prevalece na opinião pública –, causa maior da eleição do atual Presidente da Câmara dos Deputados. É isso que se ressalta, certamente quando se insiste em uma tese antípatica, que coloca o Congresso Nacional em oposição ao desejo da sociedade.

Sr. Presidente, referia-me à inoperância do Governo na área social. Falava da área da Saúde, citando o exemplo do desmantelamento do Programa da Aids, que obteve tanto sucesso no Governo anterior.

Na área social, como um todo, o Governo está protagonizando um verdadeiro papelão. Essa não é

uma afirmativa de um opositor aqui da tribuna do Senado Federal. É manchete recente do principal jornal da Espanha, **El País**. Portanto, o desastre da administração petista na área social já é do conhecimento público internacional.

Por que razão um jornal da Espanha, de renome, de conceito, de prestígio internacional, cuidaria de estampar em manchete que o Governo Lula protagoniza um papelão na área social? Porque o desastre, aqui, é visível. E o Fome Zero e o Bolsa-Família, principais Programas sociais do Governo? Falta articulação e sua execução é precária. O Fome Zero, sobretudo, é uma grife, criada pelo publicitário preferido do PT, o Sr. Mendonça. Preferido do PT e dos cofres públicos, porque é o publicitário que mais ganha no País em função da gorda verba de publicidade disponibilizada pelo Governo do PT e que o premia regiamente, em função de sua participação, sobretudo nas campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores.

E antes de incursionar pela área de infra-estrutura, concedo aparte ao Senador Antero Paes de Barros, do PSDB do Mato Grosso.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Alvaro Dias, cumprimento V. Ex^a pela clareza e pelo brilhantismo do pronunciamento, com o qual desnuda a atual administração. Mostra, com muita clareza, o total descompromisso com os trabalhadores. O PT continua sendo o Partido do aparelhamento, da indicação de cabos eleitorais para a máquina pública, mas descompromissado inteiramente com o Estado gerencial e com a valorização do servidor público. O índice de 0,1%, como ressaltou V. Ex^a, de aumento salarial para os servidores públicos federais chega realmente a ser um deboche com a inteligência da população brasileira. Em um instante, o Governo comemora o superávit de 5,2%; em outro, comemora os bons rumos da economia; e, no momento seguinte, mostra a incapacidade de reconhecer a importância do servidor público como patrimônio insubstituível para o bom gerenciamento do Estado Brasileiro. Sua Excelência anuncia o superávit ao mesmo tempo em que informa a restrição e os cortes em todos os Ministérios, a ponto de levar os Ministros da Cultura e da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário a reclamar, o que, neste último caso, acaba sendo mais um fator estimulador da violência no campo. V. Ex^a sabe bem disso, porque preside a explosiva CPMI que trata da violência urbana e rural. Isso tudo reflete, em nosso entendimento, um descompromisso, como se dissessem: "Esqueçam a nossa história". Este PT não tem qualquer relação com aquele PT da campanha eleitoral que vendia o céu. O PT atual não apresenta nem a terra – não se trata de disputa pela terra. O PT atual apresenta realmente um inferno, principalmente nessa área social. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Antero Paes de Barros. V. Ex^a, com contundência, demonstra a inficiência do Governo

em setores fundamentais e estabelece, de forma didática e pedagógica, o contraste existente entre as ações na área social e o desperdício do Governo em outros setores.

Quando o Governo oferece 0,1% de reajuste ao servidor público, nós nos lembramos de que ele pagou US\$57 milhões para que o Presidente da República pudesse viajar confortavelmente pelo mundo. Em dois anos, o Presidente esteve 114 dias no exterior, visitando 39 Nações. Nesse período, passou quase quatro meses viajando pelo mundo. E já há mais treze viagens programadas para este ano.

Portanto, o Presidente da República, que entende estar o funcionário público mal-remunerado, oferece um reajuste 0,1%, mas viaja num avião cuja suíte é igual à de sheik árabe e pelo qual pagou, sem concorrência pública, US\$57 milhões, a pretexto de zelar pela segurança nacional.

Fica difícil entender, Senador Mão Santa, o Governo, neste momento, cortar R\$15 bilhões do Orçamento, R\$2 bilhões do Programa de Reforma Agrária e anunciar a aplicação de R\$3 bilhões para o metrô em Caracas, a fim de alimentar a amizade que desfruta com o Presidente Hugo Chávez. Trata-se de uma relação que não proporciona ao Presidente da República brasileiro angariar conceito internacional, já que certamente Hugo Chávez não é um modelo de estadista que se deseja para o nosso País ou para qualquer país do mundo.

Lembro que, no final de 2003, o Presidente anunciou que os investimentos de 2004 seriam de R\$12 bilhões. Se buscarmos os números dos investimentos realizados em 2004, verificaremos que a aplicação não passou da metade do que foi anunciado e assumido como compromisso pelo Presidente da República, que, a cada fim de ano, gera expectativas em relação ao ano seguinte, sendo a frustração a consequência da expectativa gerada. Não há investimentos compatíveis com a necessidade do Brasil na área de infra-estrutura.

O País necessita de mais de R\$20 bilhões anuais de investimentos. Consequentemente, corremos o risco de plantar, de produzir, de colher, de vender e de não poder entregar. Isso é uma lástima, tendo em vista que as infra-estruturas rodoviária, ferroviária e portuária em nosso País estão aquém de sua capacidade de crescimento. Se observarmos, além dessa área de infra-estrutura, um setor emblemático do Governo ou pelo menos uma bandeira fundamental da candidatura Lula, que é a reforma agrária, o desastre ainda é maior.

No ano passado, o Governo não realizou a meta proposta. Neste ano, há um corte de R\$2 bilhões, ou seja, o Governo investirá menos de 25% do que investiu no ano passado. Significa dizer que, em relação ao ano passado, o corte é de 75%.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É claro que o Governo não vai cumprir a meta, e diz, por in-

termédio do Presidente da República, que a violência no Pará, a tragédia que levou a vida da Irmã Dorothy foi uma reação às ações governamentais em matéria de ordenamento agrário e preservação ambiental naquele Estado. Mas reação a quê, se, na verdade, o Governo realizou apenas 3% do que anunciou em matéria de reforma agrária na Amazônia? Pouco mais de quatro mil famílias foram assentadas na Região Amazônica no ano passado. Como poderia ocorrer reação a esse tipo de ação – uma ação inoperante –, que, ao contrário, permitiu que a violência crescesse de forma avassaladora?

Creio que meu tempo tenha terminado, pela ausência do som.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – V. Ex^a tem um minuto, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou respeitosamente concluir o meu pronunciamento, cumprindo rigorosamente o Regimento.

Agora, a reação. O MST anuncia um “abril vermelho”. O País não pode sobreviver a essa irresponsabilidade governamental. Um governo que fala, não faz! Um governo que fala, não sustenta! Um governo que anuncia, e não realiza! Promove a indignação, a insatisfação cresce, e a violência é a principal consequência. É preciso restabelecer a autoridade do Governo do Brasil!

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dois do mês de março de dois mil e cinco, quarta-feira, às dezoito horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 239**, adotada em 18 de fevereiro de 2005 e publicada no dia 21 do mesmo mês e ano, que “Acrescenta artigo à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.”, sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada por falta de quorum**.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 02 de março de 2005.



SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

ATO DO PRESIDENTE N° 8 , DE 2005 (*)

O Presidente do Senado Federal, no uso da competência que lhe confere o art. 75 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista o assassinato, a tiros, da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, ocorrido no último dia 12 de fevereiro, na cidade de Anapu, Estado do Pará, onde trabalhava, há 20 anos, na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e do meio ambiente; e considerando a intensa repercussão que o crime teve em âmbito nacional e internacional,

R E S O L V E

Art. 1º - Criar Comissão Externa, composta de oito Senadores, para acompanhar, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Civil do referido Estado e apresentar ao Senado Federal, no prazo de trinta dias, relatório circunstanciado sobre o ocorrido.

Art. 2º – Designar, para integrar a mencionada Comissão, as Sr^as e os Srs. Senadores:

- Ana Júlia Carepa
- Eduardo Suplicy
- Fátima Cleide
- Flexa Ribeiro
- Luiz Otávio
- Demóstenes Torres
- Serys Slhessarenko
- Sibá Machado

Senado Federal, em 15 de fevereiro de 2005

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

(*) Republicado por haver saído com incorreção no *Diário do Senado Federal* de 18/02/2005, pg. 01330.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 937 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

exonerar **DOUGLAS GUARINO DE FELICE**, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Renan Calheiros, e nomeá-lo para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Especial de Imprensa da Presidência, símbolo FC-09, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 02 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

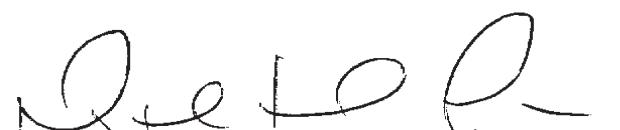
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 938 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

exonerar **JOAQUIM ALVES SÃO PEDRO FILHO**, do cargo, em comissão, de Assessor do Órgão Central de Coordenação e Execução, e nomeá-lo para exercer o cargo, em comissão, de Assessor de Imprensa da Presidência, símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 02 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

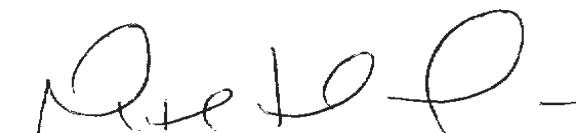
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 939 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

nomear **ALEXANDRE LEMOS BERNARDES**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor de Imprensa da Presidência, símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 02 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 940 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

nomear **RAQUEL GUIMARÃES ULHOA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor de Imprensa da Presidência, símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 02 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 941 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no
uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,**

RESOLVE:

tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 588/2005, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal nº 3178, de 21 de fevereiro de 2005, que exonerou **GABRIELA CARVALHO RIBEIRO BARBOSA**.

Senado Federal, em 02 de março de 2005.



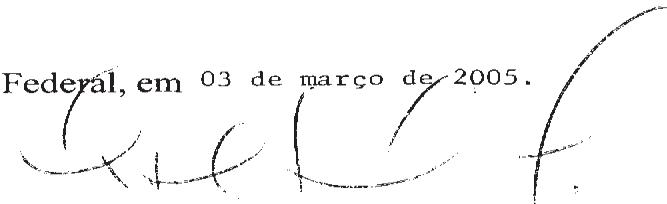
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 942 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no
uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do
Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º
002.199/05-0,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II
do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **IVANISA MARIA TEITELROIT
DE SOUZA MARTINS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente
Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e
exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

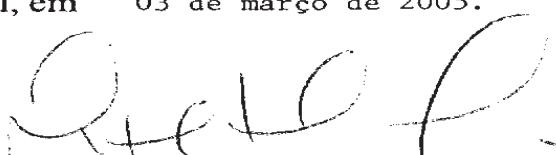
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 943 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004, e em conformidade com o disposto no art. 9º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005,

R E S O L V E:

Dispensar o servidor **AFONSO CELSO VIEIRA DE QUEIROZ**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matr. 4084, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, da Função Comissionada de Diretor da Subsecretaria de Engenharia, Símbolo FC-8, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Diretor da Secretaria de Engenharia, Símbolo FC-9, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 944 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004, e em conformidade com o disposto, no art. 9º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005,

R E S O L V E:

designar o servidor **JANDUI HONORATO DE MEDEIROS**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matr. 25840, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer a Função Comissionada de Chefe De Gabinete Administrativo, Símbolo FC-7, da Secretaria de Engenharia, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 945 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004, e em conformidade com o disposto no art. 9º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005,

R E S O L V E:

Dispensar o servidor **EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matr. 45527, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, da Função Comissionada de Chefe do Serviço de Manutenção, da Subsecretaria de Engenharia, Símbolo FC-7, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Diretor da Subsecretaria de Manutenção, Símbolo FC-8, da Secretaria de Engenharia, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.

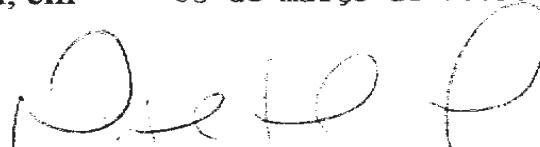
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 946 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004, e em conformidade com o disposto parágrafo único, do art. 9º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005,

R E S O L V E:

designar o servidor **ZUITO NOLETO OLIVEIRA**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matr. 21950, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Prevenção de Acidentes e Segurança do Trabalho, da Subsecretaria de Manutenção, Símbolo FC-7, da Secretaria de Engenharia, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

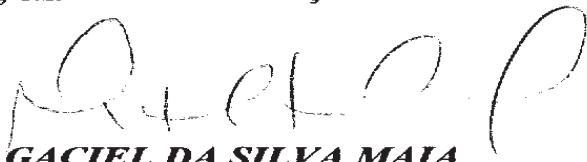
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 947 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004, e em conformidade com o disposto parágrafo único, do art. 9º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005,

R E S O L V E:

designar o servidor **CARLOS ALBERTO CORREA**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matr. 25449, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Execução e Gestão, da Subsecretaria de Manutenção, Símbolo FC-7, da Secretaria de Engenharia, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 948 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004, e em conformidade com o disposto parágrafo único, do art. 9º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005,

R E S O L V E:

designar o servidor **EUDO PEREIRA DOS SANTOS**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matr. 23581, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Marcenaria, da Subsecretaria de Manutenção, Símbolo FC-7, da Secretaria de Engenharia, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 949 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004, e em conformidade com o disposto no art. 9º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005,

R E S O L V E:

Dispensar o servidor **ADRIANO BEZERRA DE FARIA**, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, matr. 24380, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, da Função Comissionada de Chefe do Serviço de Obras, da Subsecretaria de Engenharia, Símbolo FC-7, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Diretor da Subsecretaria de Obras, Símbolo FC-8, da Secretaria de Engenharia, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

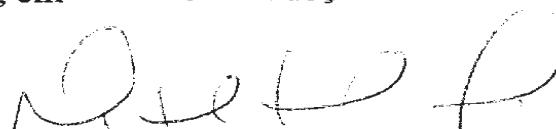
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 950 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004, e em conformidade com o disposto parágrafo único, do art. 9º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005,

R E S O L V E:

designar o servidor **FRANCISCO MÁRIO RIBEIRO BARROS**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matr. 42472, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Execução e Fiscalização de Obras, da Subsecretaria de Obras, Símbolo FC-7, da Secretaria de Engenharia, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

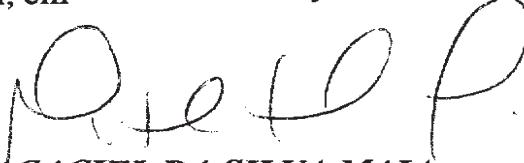
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 951 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004, e em conformidade com o disposto parágrafo único, do art. 9º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005,

R E S O L V E:

designar o servidor **JOSÉ RICARDO SOARES VITERBO**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matr. 4762, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Projetos de Instalações, da Subsecretaria de Obras, Símbolo FC-7, da Secretaria de Engenharia, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

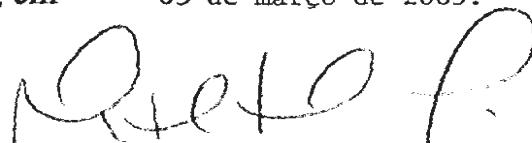
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 952 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004, e em conformidade com o disposto parágrafo único, do art. 9º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005,

R E S O L V E:

designar o servidor **LUIZ CARLOS CARNEIRO MONTEIRO**, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, matr. 23076, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Projetos Arquitetônicos, da Subsecretaria de Obras, Símbolo FC-7, da Secretaria de Engenharia, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

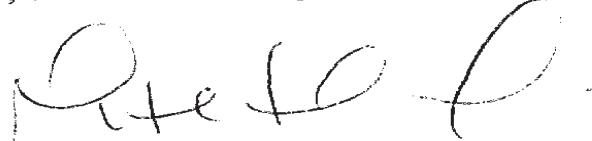
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 953 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004, e em conformidade com o disposto parágrafo único, do art. 9º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005,

R E S O L V E:

designar o servidor **JOSÉ ADAUTO ARAGÃO CAMPELO**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matr. 23398, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Planilhas Técnicas, da Subsecretaria de Obras, Símbolo FC-7, da Secretaria de Engenharia, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 954 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004, e em conformidade com o disposto no art. 9º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005,

R E S O L V E:

Dispensar o servidor **SIDNEI JOSÉ KRONEMBERGER**, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, matr. 1457, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, da Função Comissionada de Chefe do Serviço de Instalações Especiais, da Subsecretaria de Engenharia, Símbolo FC-7, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Diretor da Subsecretaria de Instalações Especiais, Símbolo FC-8, da Secretaria de Engenharia, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

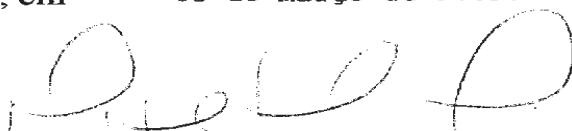
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 955 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004, e em conformidade com o disposto parágrafo único, do art. 9º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005,

R E S O L V E:

designar o servidor **JOSÉ MARIANO LEAL MOURA**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matr. 0698, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Instalações Elétricas, da Subsecretaria de Instalações Especiais, Símbolo FC-7, da Secretaria de Engenharia, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

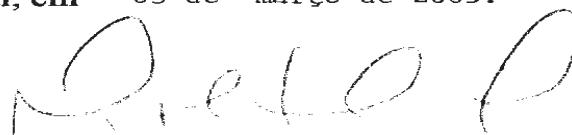
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 956 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004, e em conformidade com o disposto parágrafo único, do art. 9º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005,

R E S O L V E:

designar o servidor **MANOEL SOARES FILHO**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matr. 0981, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Geração de Energia, da Subsecretaria de Instalações Especiais, Símbolo FC-7, da Secretaria de Engenharia, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

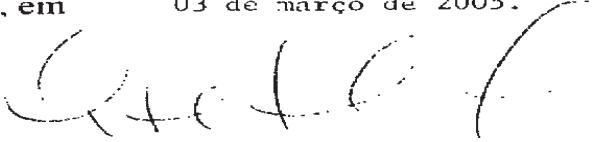
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 957 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004, e em conformidade com o disposto parágrafo único, do art. 9º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005,

R E S O L V E:

dispensar o servidor **RAIMUNDO MANOEL DO NASCIMENTO**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matr. 2648, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, da Função Comissionada de Assistente Técnico, símbolo FC-6, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Elevadores, da Subsecretaria de Instalações Especiais, Símbolo FC-7, da Secretaria de Engenharia, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

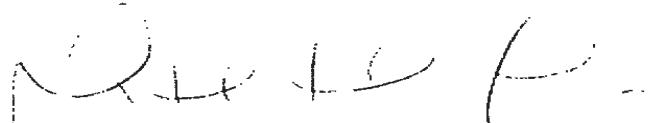
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 958 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004, e em conformidade com o disposto no art. 9º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005,

R E S O L V E:

Dispensar o servidor **ALEXANDRE ASSUCENA DE VASCONCELLOS**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matr. 3296, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, da Função Comissionada de Chefe do Serviço de Instalações Prediais, da Subsecretaria de Engenharia, Símbolo FC-7, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Diretor da Subsecretaria de Instalações Prediais, Símbolo FC-8, da Secretaria de Engenharia, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

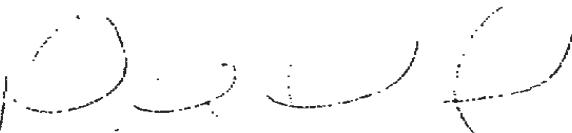
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 959 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004, e em conformidade com o disposto parágrafo único, do art. 9º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005,

R E S O L V E:

designar o servidor **LEONARDO CORTES ALMEIDA**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matr. 2701, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Instalações de Ar-Condicionado, da Subsecretaria de Instalações Prediais, Símbolo FC-7, da Secretaria de Engenharia, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

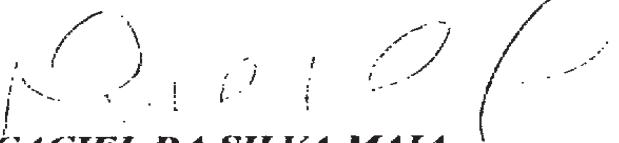
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 960 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004, e em conformidade com o disposto parágrafo único, do art. 9º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005,

R E S O L V E:

designar o servidor **JOSÉ MARTINS GONÇALVES**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matr. 2606, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Instalações Hidrossanitárias, da Subsecretaria de Instalações Prediais, Símbolo FC-7, da Secretaria de Engenharia, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 961 , DE 2005

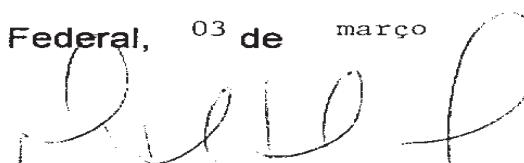
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JOAQUIM CAMPELO MARQUES, matrícula nº 138311 e, RAIMUNDO PONTES CUNHA NETO, matrícula nº 32922, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 002728/05-2 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 962 , DE 2005

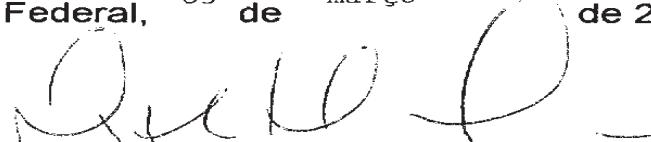
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JOAQUIM CAMPELO MARQUES, matrícula nº 138311 e, RAIMUNDO PONTES CUNHA NETO, matrícula nº 32922, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 002729/05-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

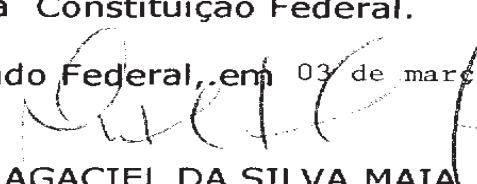
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 963 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 015.956/90-3.

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 885/2004, que alterou o Ato do Presidente nº 22/1991, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor **ANTÔNIO LUIZ DA CONCEIÇÃO**, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal, com diagnóstico comprovado em **17/04/2003**, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 964 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003134/05-9,

RESOLVE dispensar a servidora TERESA MÔNICA NUNES DE BARROS MENDES, matrícula 2618, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Terceira Secretaria, a partir de 24 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 965 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 003116/05-0,

RESOLVE dispensar o servidor GUSTAVO ANTÔNIO M. DE FREITAS, matrícula 4287, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Jefferson Peres, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, a partir de 24 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 966 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 04, de 2005, da Comissão Diretora do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 003155/05-6,

RESOLVE dispensar o servidor JAVERT LACERDA SANTOS JÚNIOR, matrícula 3103, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Administração da Subsecretaria Técnica de Eletrônica, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Administração da Secretaria Técnica de Eletrônica, a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, 03 de março de 2005.

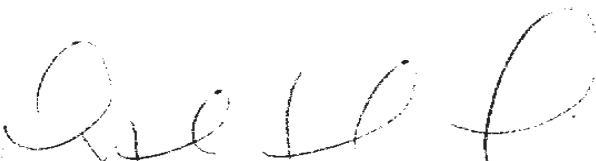

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 967 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003286/05-3,

RESOLVE designar o servidor FREDERICO ARTHUR CORDEIRO CARNEIRO, matrícula 4244, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Plenário e Comissões da Subsecretaria de Operações, a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, 03 de março de 2005.



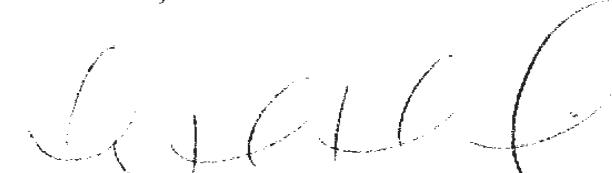
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 968 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003287/05-0,

RESOLVE designar o servidor CLAIR APARECIDO VIANA REZENDE, matrícula 5460, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço Técnico de Atendimento ao Plenário e Comissões da Subsecretaria Técnica de Manutenção, a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, 03 de março de 2005.



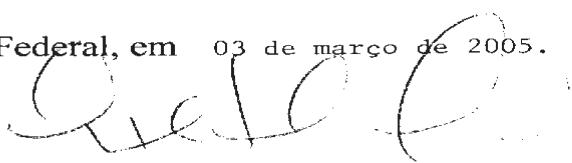
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 969 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.489/05-1,

R E S O L V E exonerar **ERICSON ANDRADE DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 180959, do cargo de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Paulo Paim e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.

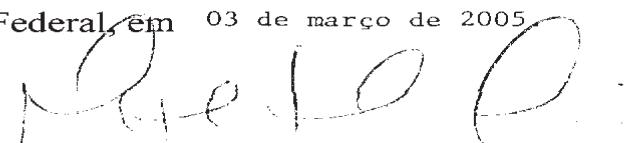

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 970 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.628/05-1,

R E S O L V E exonerar **FRANCISCA HIGINO DE ALMEIDA**, matrícula n.º 137847, do cargo de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Ney Suassuna e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

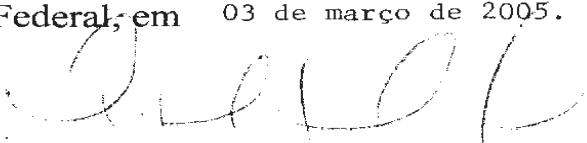
Senado Federal, em 03 de março de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003617/05-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RAFAEL RODRIGUES GAGLIANO**, matrícula n.º 182543, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



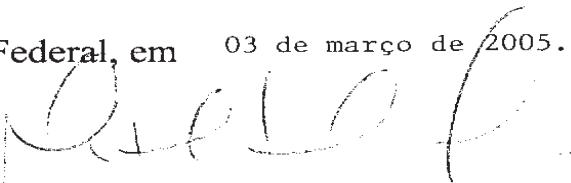
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 972 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.488/05-5,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **IVAN FERRONATTO**, matrícula n.º 167554, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Paulo Paim.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



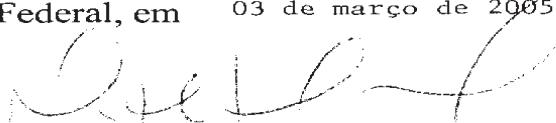
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 973 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.517/05-5,

R E S O L V E exonerar **RICARDO LIMA ROCHA**, matrícula n.º 166.677, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete da Quarta Secretaria e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



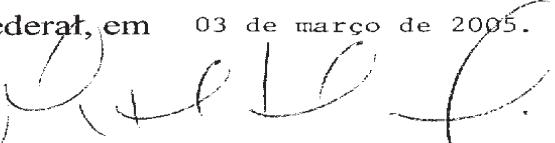
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 974 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.518/05-1,

R E S O L V E exonerar **JANAÍNA ALVES CAETANO DOS SANTOS**, matrícula n.º 165.338, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3 do Gabinete da Quarta Secretaria e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



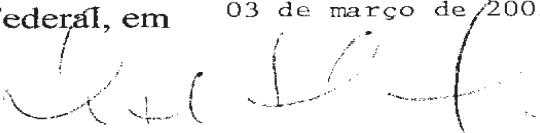
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 975 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.498/05-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MICHEL PATRÍCIO SILVA**, matrícula n.º 175060, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, a partir de 01 de março de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 976 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.495/05-1**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ISONILDA APARECIDA DE SOUZA**, matrícula n.º 176671, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Demóstenes Torres, a partir de 01 de março de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 977 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.538/05-2**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **REBECCA NUNES PRADO**, matrícula n.º 182.683, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares, a partir de 01 de março de 2005.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 978 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003565/05-0**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 885, de 28 de fevereiro de 2005, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3184, de 01/03/2005, que nomeou **ANTÔNIO CARLOS SANTOS ZAFFINO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 979 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003565/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTÔNIO CARLOS SANTOS ZAFFINO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

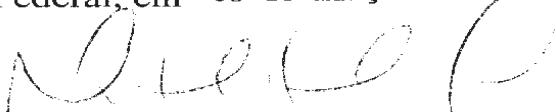
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 980 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003568/05-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **KELLY REGINA VIEIRA LEÃO ALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

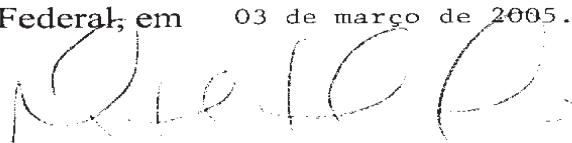
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 981 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003564/05-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SAMANTHA COL DEBELLA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 982 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003616/05-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARREL YPIRANGA BENEVIDES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

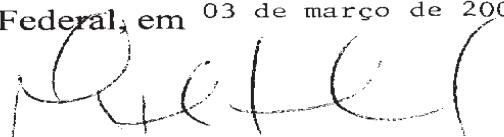
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 983 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.500/05-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SANDRA CHRISTINA ROCHA DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Papaléo Paes.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



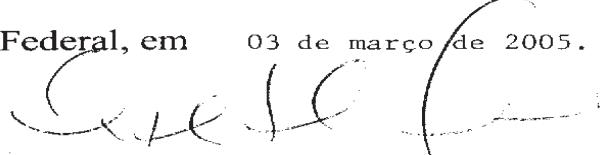
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 984 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003563/05-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PRISCILA SOUZA DOMINGUES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



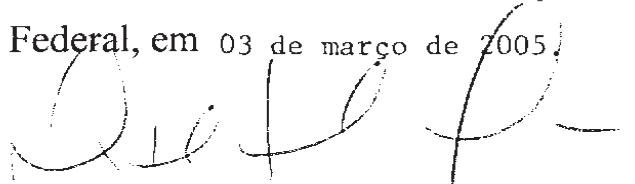
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 985 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.490/05-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SILVANA LETTI** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Paim.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 986 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.622/05-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WILSON BATISTA HENDGES** para

exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Auguto Botelho.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

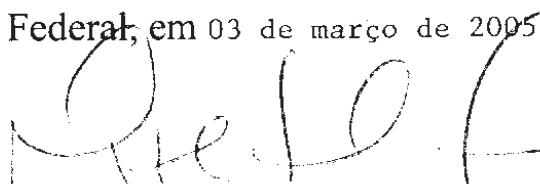
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 987 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003567/05-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIANA PEREIRA DE PORTUGAL FIGUEIREDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

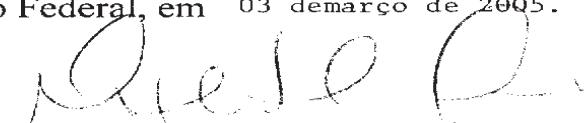
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 988 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003569/05-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PEDRO MENDES MARTINS** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



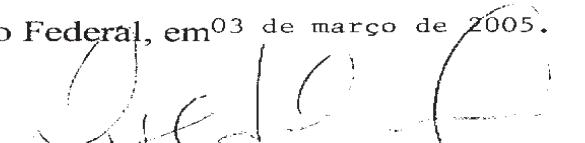
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 989 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003496/05-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO CESAR TEIXEIRA ALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



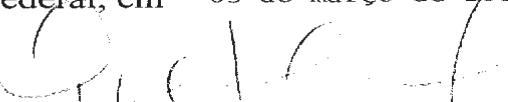
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 990 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.550/05-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTONIO ALMEIDA DE MENEZES JUNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.

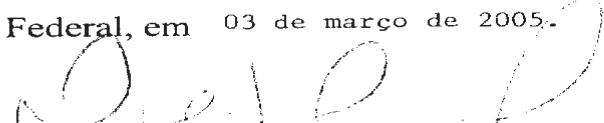

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 991 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.551/05-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA JESUS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 992 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.494/05-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO JOSÉ CARNEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 993 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.497/05-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JACI PATRÍCIO SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 994 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.516/05-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARGARETH RODRIGUES GONÇALVES FARIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 995 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.478/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DALVA HELENA PIMENTEL LUCENA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.

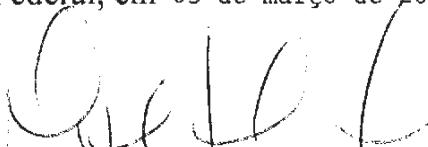

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 996 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002.183/05-6,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **RUBIA MARIA OLIVEIRA VILLAS BOAS**, matrícula nº 174.870, ocupante do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete da Quarta Secretaria para o Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52^a LEGISLATURA)

	BAHIA		
PFL	Rodolpho Tourinho	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Antonio Carlos Magalhães	PMDB	Mão Santa
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Rosiana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa	PFL	SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PSDB	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PFL	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PFL	Gilberto Miranda
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	S/partido	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Mário Calixto
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Francisco Pereira	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Dulcídia Ramos Calháo Irani Ribeiro dos Santos Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 3508) (Ramal: 3514) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Hermes Pinto Gomes Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3502) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CFC CI CRE CLP	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Celso Antony Parente Maria Lúcia Ferreira de Mello Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 4354) (Ramal: 4777) (Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretaria: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3111856 Fax: 3114646

E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente: Senador
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995
2^a Eleição Geral: 30.06.1999

3^a Eleição Geral: 27.06.2001
4^a Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares (Vago) ¹⁰	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
João Alberto Souza	MA	1411	1. Ney Suassuna	PB	4345
Ramez Tebet	MS	2222	2. Pedro Simon	RS	3232
Luiz Otávio	PA	3050	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
			4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfiliou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9^a Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Réginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001

2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PB)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB -TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT – DF)

Atualizado em 22.02.2005

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPILY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÉ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DA MINORIA</u> SÉRGIO GUERRA PSDB-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 23.02.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 150 PÁGINAS